

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA
INTERNACIONAL

ELIZABETH VASCONCELLOS DE CARVALHO

**LIÇÕES DE UMA UTOPIA: UMA ANÁLISE SOBRE O PRIMEIRO
MOVIMENTO INTERNACIONALISTA DO SÉCULO XXI**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

RIO DE JANEIRO
FEVEREIRO DE 2011

ELIZABETH VASCONCELLOS DE CARVALHO

**LIÇÕES DE UMA UTOPIA: UMA ANÁLISE SOBRE O PRIMEIRO
MOVIMENTO INTERNACIONALISTA DO SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia Política Internacional, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. José Luis Fiori

RIO DE JANEIRO
FEVEREIRO DE 2011

ELIZABETH VASCONCELLOS DE CARVALHO

**LIÇÕES DE UMA UTOPIA: UMA ANÁLISE SOBRE O PRIMEIRO
MOVIMENTO INTERNACIONALISTA DO SÉCULO XXI**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de MESTRE EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 21 de fevereiro de 2011.

Prof. Dr. José Luís Fiori
Coordenador do programa

Examinadores:

.....
Prof. Dr. José Luis Fiori – UFRJ
Presidente

.....
Prof. Dr. Emir Sader – UERJ
Membro

.....
Prof. Ingrid Sarti – UFRJ
Membro

.....
Prof. Dr. Daniel Barreiros – UFRJ
Suplente

Para Felipe, que desconfia das utopias, Jorge, que dorme abraçado a elas, e Barbara, que entre um e outro costuma caminhar com os pés (quase sempre) plantados no chão. E também para Joaquim, Olivia, e tantos quantos vierem ainda se juntar a nós no meio do caminho.

« Caminante, son tus huellas
el camino y nada más ;
Caminante, no hay camino,
el camino se hace al andar.»

Antonio Machado
*Proverbios y cantares XXIX- Campos
de Castilla*

“Deixando, então, de lado as coisas imaginárias no que se refere a um príncipe e não falando senão das coisas verdadeiras(...)”

Nicolau Maquiavel
O Príncipe, cap. XV

PREFÁCIO

Este trabalho deve ser entendido como a análise crítica de uma utopia - a utopia do “outro mundo possível” elaborada nos encontros internacionais do Fórum Social Mundial, que tive o privilégio de acompanhar de perto, na condição de jornalista, ao longo de seus dez primeiros anos. Pretende melhor entender este processo no espaço-tempo conjuntural em que se formou, se multiplicou e, do nosso ponto de vista, defronta-se com seus limites, como principal centro irradiador de uma concepção de luta mundial contra-hegemônica, diante das aceleradas mudanças por que passa o sistema capitalista e da clara reconfiguração geopolítica na década que se inicia.

Pela adesão veloz de milhares de redes e a afluência de um público inesperado de 20 mil ativistas de 117 países, o primeiro encontro, em janeiro de 2001, despontou como uma novidade política. Era a primeira resposta organizada de uma esquerda até então atônita e silenciosa ao violento processo de internacionalização do capital que o mundo conheceu especialmente nos anos 1990, quando os Estados-Nações pareciam reduzidos a instrumentos da arquitetura do poder corporativo global. Nascia em Porto Alegre um espaço inédito de encontro e sistematização de idéias “sem rótulos políticos”, como muitos de seus atores o definiram, onde o cosmopolitismo democrático, o comunismo proletário, o internacionalismo anarquista e o autonomismo buscariam articulações para impulsionar um movimento popular globalitário na direção de formulações e experimentos inovadores. No sentido contrário ao universalismo da esquerda do século XX, como observaram Fisher e Ponniah¹, o radicalismo de uma “nova esquerda” foi ali entendido como a libertação da diferença.

Em meados de 2004, quando o FSM iniciou sua carreira itinerante e deixou Porto Alegre para ser realizado em Mumbai, na Índia, comecei a gestar a idéia de um livro-reportagem que pudesse dar conta desse vasto

¹ FISCHER, William F.; PONNIAH, Thomas. **Another World is Possible: Popular Alternatives to Globalization at the World Social Forum**. Londres: Zed Books, 2003, p.8

universo emancipatório que não mais se aglutinava apenas como contraponto ao Fórum Econômico do Davos, mas tendia a se dispersar em diferentes direções. Pretendia descrever o conjunto de um processo que recebia do jornalismo diário um tratamento superficial e fragmentado, quando não preconceituoso. Tinha como objetivo revelar sua história a partir do acesso que tive aos bastidores do FSM, descrever a evolução das relações entre seus múltiplos atores e medir as contribuições reais para a construção pacífica de um sistema pós-capitalista, “o outro mundo possível” de que falava sua Carta de Princípios.

Durante esses anos, travei contato com o pensamento de teóricos de diferentes correntes com participação ativa e/ou grande influência no processo do FSM, como Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, Antonio Negri, István Meszáros, Michael Löwy, Daniel Bensaïd, David Harvey, Noam Chomski, Samir Amin e Boaventura de Sousa Santos. Segui a trilha de algumas das mais ativas organizações globalitárias anti-sistêmicas em suas propostas de reordenamento da economia mundial, como a ATTAC² e sua bandeira pela taxa sobre as transações financeiras internacionais, os lucros das corporações transnacionais e o Investimento Direto Externo, e a CADTM³, extensa rede pelo cancelamento da dívida dos países periféricos; tanto quanto possível, acompanhei o caminho intrincado de inúmeros projetos circunscritos às diferentes expressões de identidade (a causa ambientalista, a pacifista, a feminista, a dos povos indígenas, das raças oprimidas, dos sem terra e dos sem teto), integrantes de uma galáxia de organizações, movimentos sociais e associações de diferentes países presentes nos FSMs.

Sobretudo, procurei entender as razões do que me pareceu uma contradição presente na gênese deste processo e jamais resolvida - a relação ao mesmo tempo dependente e conflitiva com partidos e governos -, que com o tempo terminou por acirrar o antagonismo entre duas visões estratégicas que co-habitavam o “espaço” FSM: a que defendia a sua

² A ATTAC foi fundada na França em 1998, pelos diretores do jornal *Le Monde Diplomatique*, Ignacio Ramonet e Bernard Cassen, e chegou a ter representação em mais de 40 países.

³ O Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo, criada pelo economista e historiador Eric Toussaint em 1990, e sediada na Bélgica, criou uma rede com representações em vários países da Ásia, América Latina e África.

“politização” através desta interação e da retomada pela autocrítica de uma tradição revolucionária do século XX, e a da sociedade civil como o espaço de troca de experiências, autônomo, separado das estruturas governamentais, livre de coerções, restrições e de qualquer projeto de poder, que podemos considerar como visão hegemônica no FSM em sua primeira década.

Esta contradição, e a necessidade de compreender melhor a relação entre a “globalização” que reordenou o poder mundial e ampliou o controle das forças sobre os mercados nacionais e a “outra globalização possível” (a da pluralidade internacionalista, com estratégias nem sempre conciliáveis), impulsionaram a idéia de aderir ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da UFRJ e engavetar o projeto do livro. Os estudos de EPI me levaram a um recuo no tempo e me introduziram nas principais escolas de pensamento⁴ em torno das quais se travou o debate sobre a internacionalização do poder e do capital a partir do século XVII, entre elas a do *sistema-mundo*, assentada na longa duração do tempo histórico de Fernand Braudel⁵, e desenvolvida por dois importantes interlocutores dos movimentos anti-sistêmicos globalitários, Giovanni Arrighi e, principalmente, Immanuel Wallerstein.

Se a leitura mais sistematizada de vários autores destas escolas ampliou minha visão dos mecanismos de poder e controle no sistema interestatal capitalista, o diálogo travado com eles pelos professores Maria da Conceição Tavares, Carlos Medeiros, Franklin Serrano, Daniel Barreiros e, especialmente, José Luis Fiori, na pesquisa sobre uma nova economia política contemporânea do sistema mundial e as transformações do final do século XX, foi revelador de um novo ponto de vista, do qual dois aspectos importantes remetem ao debate no espaço do FSM.

O primeiro deles foi formulado na contramão do consenso de que o

⁴ A “teoria do imperialismo”, desenvolvida por John Hobson, Rudolf Hilferding, Nikolai Bukharin e Vladimir Lenin, a teoria da “hegemonia mundial”, na pesquisa de de Charles Kindleberger, Robert Gilpin e Robert Cox e a teoria do *sistema mundo*, por Andre Gunder Frank, Wallerstein e Arrighi.

⁵ É na longa duração, na “história de fôlego ainda mais sustentado, de amplitude secular”, que Braudel baseia a narrativa da formação da economia-mundo européia. BRAUDEL, Fernad, *Écrits sur l’Histoire*, Paris, Éditions Flammarion, 1985, p.44.

processo desencadeado nos anos 1970, a partir do fim da era de Bretton Woods, representa o início de um contínuo e inexorável declínio do poder hegemônico americano; ao contrário, é a partir deste momento que começa a ser elaborado um projeto de retomada hegemônica⁶ que vai assumir sua forma “imperial” na virada do século XX para o século XXI.

O segundo é a tese de Fiori que observa o sistema interestatal capitalista do ponto de vista de um universo em permanente expansão, onde o poder político exercido pelo Estado é e será sempre desigual, submetido a uma permanente “pressão competitiva”: de um lado, pelos demais poderes soberanos e, de outro lado, pela força das camadas da sociedade que buscam expandir sua margem de manobra e resistência⁷. Se assim for, qualquer articulação internacionalista anti-sistêmica que não envolva um projeto de poder só tem eficácia dentro da “margem de manobra” em que pode se mover, e sua tendência natural é ser absorvida pelo próprio sistema competitivo em expansão permanente.

Estas reflexões me fizeram desengavetar o projeto do livro e transformá-lo numa dissertação de mestrado em 2009, um ano que me pareceu especialmente ilustrativo dos limites da margem de manobra dos movimentos no FSM, frente o novo cenário de crise do próprio modelo de desregulamentação neoliberal contra o qual o Fórum foi concebido e da reacomodação do sistema mundial, diante da emergência acentuada de países do sul no cenário mundial.

Ou, quem sabe, 2009 tenha sido o ano em que me rendi à evidência dos limites, presentes deste sempre, na margem de manobra para a construção de “um outro mundo possível” no horizonte do alterglobalismo; imaginei, de qualquer forma, que um estudo mais aprofundado deste fenômeno, pouco estudado no universo acadêmico brasileiro, poderia ser de algum interesse diante dos impasses teóricos que impedem o avanço das idéias para a transformação de um sistema de acumulação permanente num mundo de recursos finitos, e que continua se expandindo, vitoriosa e ininterruptamente, desde a formação dos Estados nacionais no “longo século

⁶ TAVARES, Maria da Conceição. A Retomada da Hegemonia Americana. Rio de Janeiro: **Revista de Economia Política**. v. 5. n.2, abril/junho, 1985.

⁷ **O Poder Global** (prefácio). Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2007, p 17.

XVI”.

Por sugestão do professor Fiori, comecei a direcionar a pesquisa para a investigação de um declínio simultâneo de duas utopias – a neoliberal, de uma sociedade mercantil sem fronteiras nacionais, globalizada, movida pela auto-regulação dos mercados e livre das fronteiras nacionais, e a alterglobalista, de uma “nova e esquerda” igualmente globalizada, igualmente sem fronteiras, movida pela articulação auto-regulada de setores diversos da sociedade civil pela emancipação social e idealização de um mundo pós-capitalista.

O projeto em sua forma original – que implicaria num estudo comparativo dos internacionalismos no século XIX e XX, revelou um horizonte por demais extenso e ambicioso. A troca de idéias com Fiori e também com Emir Sader e Ingrid Sarti me ajudou a “fechá-lo” em torno da espinha dorsal do Fórum Social Mundial, do contexto em que surgiu, suas inovações políticas, seu esforço em conectar e preservar a harmonia entre organizações heterogêneas e seu impasse diante de um mundo que mudou com rapidez muito maior do que poderiam supor os seus atores e retornou ao fortalecimento de suas fronteiras nacionais.

Trabalhando nessa direção, busquei, em primeiro lugar, testar a tese que liga o sistema interestatal capitalista ao universo em permanente expansão de Fiori, confrontando a teoria da Nova Economia Política Mundial com algumas correntes teóricas de presença pontual no FSM, onde identifiquei divergências mas também semelhanças. Em segundo lugar, pretendi analisar diferentes conceitos de globalização e sociedade civil nas últimas décadas e o contexto histórico em que foram gerados; finalmente, procurei reconstruir a partir desta perspectiva o núcleo de formação do FSM, sua história e seu processo de internacionalização, com base na extensa bibliografia construída por alguns de seus atores principais.

Braudel escreveu que faz pouco tempo as ciências sociais perceberam que “a vida dos homens oscila ao sabor de movimentos periódicos, infinitamente recomeçados”⁸. Neste sentido, “movimento social” significa a

⁸ BRAUDEL, Fernand. **Civilization matérielle, économie et capitalisme**. v. 3. Le Temps du Monde, p. 74-75.

soma de todos os movimentos que animam a sociedade, constituindo as conjunturas: as múltiplas, que afetam a economia e a política, mas também as “tomadas de consciência e as mentalidades coletivas”. A história conjuntural é, portanto, “complexa e incompleta”. Como incompleto é, também, este trabalho, e a pequena etapa do longo caminho da emancipação social que ele procura examinar um pouco mais de perto neste começo do século XXI.

AGRADECIMENTOS

Devo muito aos meus professores no Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da UFRJ - Maria da Conceição Tavares, Ernani Torres, Carlos Medeiros de Aguiar, Franklin Serrano, Ingrid Sarti, Daniel Barreiros, Vânia Cury e José Luis Fiori – que me fizeram conhecer um pouco melhor o campo teórico que resulta no exercício de reflexão crítica exposto neste trabalho.

Devo muito também aos muitos atores do Fórum Social Mundial com quem partilhei dúvidas e esperanças ao longo dos últimos dez anos. Na lista extensa dos que me acolheram para longas conversas não posso deixar de mencionar Cândido Gryzbowski, a primeira pessoa a abrir a porta para minha pesquisa sobre o que representou o Fórum Social Mundial como afirmação de uma globalização contra-hegemônica no final do século XX e início do século XXI. A consistência intelectual e a militância de Emir Sader foram essenciais na elucidação de algumas questões cruciais com que fui me deparando. José Correa Leite e Antonio Martins, interlocutores generosos e pacientes, acompanharam de perto os impasses, os retrocessos e os avanços deste projeto de quase uma década.

Meus companheiros do PEPI caminharam lado a lado comigo na aventura destes dois últimos anos. Wagner de Souza e Taís Borges me emprestaram livros. Tulio Sene e Pedro Gama sofreram comigo as minhas angústias.

Bernard Cassen foi um grande companheiro de jornada. Mesmo não concordando com tudo, leu, linha por linha, capítulo por capítulo, tirou dúvidas, rebateu e absorveu críticas com interesse e sinceridade. Minha amiga Claudia Antunes, com seu extraordinário faro jornalístico e grande bagagem de informação, me presenteou com excelentes contribuições.

A todos, a minha gratidão. E minha homenagem maior ao professor José Luis Fiori, que vem me ensinando a nadar em águas profundas sem perder a perspectiva do horizonte que só se avista da superfície.

RESUMO

Nascido sob a grande vaga da mundialização do capital financeiro, da perda de legitimidade das instituições estatais, da auto-regulação dos mercados e da reconcentração do poder num mundo unipolar, o século XXI viu nascer também a primeira grande articulação global de resistência à restauração liberal-conservadora do sistema mundial moderno, depois da perda de referências que organizavam a percepção do mundo até o colapso da União Soviética. Seu grande espaço de convergência foi Fórum Social Mundial. Este trabalho identifica na experiência internacionalista do FSM alguns paradigmas que regeram o próprio processo de globalização. É neste processo que se encontram os limites da utopia horizontalista da “sociedade civil global” diante do retorno acentuado à geopolítica das nações, com o fortalecimento das fronteiras nacionais e da competição mercantil que se intensificam na nova década.

Palavras-chave: Fórum Social Mundial, globalização, antiglobalização, alterglobalismo, contra-hegemonia, internacionalismo, Fórum Social Mundial, movimentos sociais, geopolítica das nações.

ABSTRACT

Born under the great wave of globalization of financial capital, the loss of legitimacy of state institutions, self-regulating market rules and re-concentration of power in a unipolar world, the 21st century also saw the birth of the first major global articulation against the liberal conservative restoration after the loss of references which organized the perception of the world until the collapse of the Soviet Union. Its major area of convergence has been the World Social Forum. This study aims to identify in the WSF internationalist experience some paradigms that governed the globalization process itself. There is where we can find the boundaries of the horizontalist utopia of a “global civil society”, in face of the sharp return to the geopolitics of Nations, with the strengthening of national borders and mercantile competition which seems to intensify within the new decade.

Keywords: World Social Forum, globalization, antiglobalization, Alterglobalism, counter-hegemony, internationalism, the World Social Forum, social movements, geopolitics of nations.

LISTA DE SIGLAS

FSM – Fórum Social Mundial

FEM – Fórum Econômico Mundial

AMI – Acordo Multilateral de Investimentos

FMI – Fundo Monetário Internacional

OMC – Organização Mundial de Comércio

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

CBPJ – Comissão Brasileira de Justiça e Paz

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

CIVES – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

CUT – Central Unica dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 GLOBALIZAÇÃO E ALTERGLOBALISMO: VERSO E REVERSO DE UMA ERA	25
2.1 Anatomia da globalização	26
2.1.1 O pós-globalização: a tese do “caos sistêmico”	30
2.1.2 A tese do retorno à geopolítica das nações	34
2.2 Anatomia do alterglobalismo	37
2.2.1 Sociedade civil: uma perspectiva histórica	39
2.2.2 1968: um ano que durou três décadas	41
3 OS PARADIGMAS DA ESQUERDA GLOBALIZADA.....	48
3.1 O levante zapatista.....	49
3.1.1 O paradigma da desterritorialização	54
3.2 O Levante contra o “pensamento único”	57
3.2.1 1968: o ano se fecha	62
4 OS IMPASSES DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL.....	65
4.1 A experiência latino-americana	66
4.1.1 PT e FSM: relações delicadas	70
4.2 A experiência europeia	75
4.2.1 Duas visões de um processo.....	78
5 OS LIMITES DO MUNDO POSSÍVEL.....	85
5.1 As regras do jogo	88
5.1.1 Os limites do poder.....	90
5.2 A volta à geopolítica das nações e o O FSM.....	96
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS.....	103
ANEXOS	109
ANEXO A - CARTA DE PRINCÍPIOS DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL.....	110
ANEXO B - LA PENSEE UNIQUE	113
ANEXO C - RELAÇÃO DE EVENTOS DO FORUM SOCIAL MUNDIAL, NÚMERO DE PARTICIPANTES E TEMAS CENTRAIS ENTRE 2001 E 2009*	116
ANEXO 4 - ORGANIZAÇÕES QUE COMPÕEM O CONSELHO INTERNACIONAL DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL	118

1 INTRODUÇÃO

Nos estudos sobre o fenômeno da globalização como marco de transição do sistema capitalista de um mundo bipolar para um mundo unipolar nas três últimas décadas, pouco espaço foi dedicado à contratendência na sociedade civil que resultou na criação do fenômeno Fórum Social Mundial, a espinha dorsal do que consideramos o primeiro movimento internacionalista depois da perda de referências que organizavam a percepção do mundo e a ação política até o colapso da União Soviética.

Concebido e realizado pela primeira vez no Brasil em 2001 em contraposição ao Fórum Econômico de Davos, um dos símbolos de maior visibilidade das estruturas corporativas internacionalizadas de poder envolvidas com o desmonte das relações Estado-sociedade da era globalista, o Fórum Social Mundial foi moldado como um “*espaço da sociedade civil*” que partilha os mesmos anseios e os mesmos objetivos. Assim é descrito no primeiro parágrafo de sua Carta de Princípios:

[...] um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes de entidades e movimentos da sociedade civil, que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo e estão empenhados na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.⁹

Existindo enquanto “espaço” dos movimentos sociais, o FSM começou por recolher náufragos de um campo socialista que haviam perdido a sintonia com a história e conectou algumas milhares de organizações, associações e movimentos de mais de uma centena de países. Tornou-se uma espécie de marca contestatária “alterglobalista” e multiplicou-se em centenas de outros fóruns continentais, regionais, locais. Funcionou como um laboratório global de experiências de rompimento com a lógica tradicional da política, privilegiando a diversidade e a não-hierarquia – jamais se posicionando como uma instância representativa da sociedade civil e jamais autorizando que

⁹ Anexo 1

posições fossem emitidas em seu nome. Sob a tempestade das mudanças radicais no quadro geopolítico mundial com o fim da Guerra Fria e o triunfo das leis de auto-regulação do mercado, o FSM se tornou, para usar uma metáfora de Immanuel Wallerstein, *the only game in town*¹⁰, o único ponto de reunião, debate, articulação e contestação internacionalista contra uma nova e avassaladora etapa no sistema de mundialização e concentração do capital no início do século XXI.

Pelo ineditismo de seu formato e pela amplitude da utopia de “um outro mundo possível”, de uma “nova sociedade planetária”, é difícil definir com clareza o que representou esta forma de resistência ao final da primeira década. A diversidade política que ela comporta se expressa na própria diversidade de sua nomenclatura: jamais pareceu haver um consenso entre teóricos se a melhor expressão para designá-la seria “globalização solidária”, “globalização anti-corporativa”, “globalização contra-hegemônica”, “globalização dos povos” ou ainda, “alterglobalismo”, que é a expressão que nos parece mais adequada, por remeter à idéia de que “um outro mundo é possível”, seu slogan principal. Mas todas remetem ao “global”, “ao sentimento avassalador de compressão de nossos mundos espaciais e temporais”¹¹ a que David Harvey se refere ao descrever um momento histórico de “desintegração” das identidades nacionais experimentado na última década do século.

Do ponto de vista de suas potencialidades, o fenômeno FSM que expressa esta contra-tendência pode ser visto como síntese do que Giovanni Arrighi identificou como “o ruído estridente” que o sistema-mundo teve que enfrentar na medida em que o século XX foi chegando ao fim¹², muito mais amplo em termos de “direito total à diversidade, de direito de confronto de poder diferente como parte de um projeto social e de direito de igualitarismo

¹⁰ WALLERSTEIN, Immanuel. **New Revolts against the System**. Londres: New Left Review, 2002a.

¹¹ HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity: an enquiry into the Origins of Cultural Change**. Oxford: Basil Blackwell, 1989, p. 240.

¹² ARRIGHI, Giovanni; WALLERSTEIN, Immanuel; HOPKINS, Terence. The Continuation of 1968. IN: Review, n.15, v. 2. **The Antisystemic Movements** Londres: Verso, 1992, p. 221-242.

urgente”¹³ do que o conjunto de reivindicações nos movimentos anti-sistêmicos do final dos anos 1960 e início dos 70.

Do ponto de vista de seus limites, ele esbarra, desde o começo, nas dificuldades de produção, no campo da esquerda mundial, de uma ideologia renovada e consistente nas estratégias de transformação para que estes direitos sejam plenamente conquistados. Alguns de seus atores imaginaram ali o embrião de uma nova e moderna Internacional Socialista que nunca vingou. O fenômeno FSM parece melhor situado na definição de Boaventura de Souza Santos, que o viu como a “reemergência de uma utopia crítica radicalmente democrática contra uma utopia conservadora cujo caráter utópico residia na sua negação radical de alternativas à realidade”¹⁴ - a utopia de uma próspera sociedade mercantil num mundo sem fronteiras e sem disputas ideológicas que se acreditava sem guerras, e sobretudo sem alternativas ao modelo triunfante da globalização liberal.

Os limites desta utopia crítica são o objeto de análise deste trabalho. Ela estaria ligada a uma concepção de luta com fôlego capaz de gerar uma nova teoria de transformação do modelo produtivo do sistema, ou tenderia a se circunscrever ao círculo percorrido pelo própria utopia da globalização? Nossa hipótese, que leva em conta o pensamento hegemônico no “espaço” FSM, se inclina para a segunda direção. O FSM e o alterglobalismo surgem no cenário mundial condicionados a um momento histórico adverso, como uma dupla resposta ao comunismo burocrático produtivista e ao reformismo social-democrata entre os quais oscilou a esquerda no século XX, e simultaneamente, ao neoconservadorismo ideológico e ao neoliberalismo econômico que reconcentraram o poder no novo mundo unipolar de mercados autoregulados e Estados politicamente fragilizados. Fazem parte de um rito de passagem histórico ainda não concluído e de uma recomposição das forças precariamente costurada, em que a heterogeneidade e as visões multifacetadas do mundo são contraditoriamente a sua originalidade e a sua fraqueza.

¹³ ARRIGHI, Giovanni. Hegemonia e movimentos anti-sistêmicos. IN: **Os impasses da Globalização – Hegemonia e contra-hegemonia**. v. 1. SANTOS, Theotonio dos (coord). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003.

¹⁴ SOUZA SANTOS, Boaventura de. **O Fórum Social Mundial: Manual de Uso**. São Paulo: Cortez, 2005.

Por outro lado, é possível reconhecer sinais de um mesmo paradigma orientando as ações da globalização neoliberal e do antiglobalismo, como a horizontalidade anárquica de suas redes, extremamente complexa na tradução de uma hierarquia de prioridades de lutas; a metodologia de atividades auto-gestionadas da sociedade civil, que guarda alguma semelhança com a dos mercados auto-regulados das finanças, em que uma espécie de “mão invisível” faz avançar a emancipação social; e, sobretudo a tendência acentuada ao antiestatismo, ao não reconhecimento do papel transformador do estado da sociedade.

Desse ponto de vista, estaremos diante de uma utopia crítica esvaziada pelo declínio de sua utopia contrária. Esta idéia se ancora na premissa de José Luis Fiori que observa o sistema interestatal capitalista como um universo em expansão permanente no seu tempo histórico, por natureza competitivo e protetor dos interesses dos estados, no qual a utopia da globalização ocupou um brevíssimo espaço.

Fiori, como Gilpin¹⁵, Hirst¹⁶ e Krasner¹⁷, tende a interpretar a internacionalização das relações econômicas ou sociais como um fenômeno ditado pelo interesse das políticas das grandes potências e a interdependência internacional uma situação temporária e contingente. Nesse sentido, o que convencionamos nomear “globalização” nada mais é do que a construção ideológica de consolidação do capital anglo-americano em outras regiões do mundo, que cresceu de forma contínua até o início do século XXI.

Do ponto de vista instável de onde é possível observar as peças do sistema mundial nesta segunda década do novo século, destacamos quatro aspectos importantes da perspectiva de Fiori¹⁸:

1. A rapidez com que a utopia da globalização neoliberal foi “soterrada”, e com que o sistema mundial moderno retornou à

¹⁵ GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

¹⁶ HIRST, Paul. **The Global Economy: Myths and Realities**, International Affairs, 1997, p. 73.

¹⁷ KRASNER, S.D. **Structural Conflict: The Third World Against Global Liberalism**. Los Angeles: University of California Press, 1985.

¹⁸ FIORI, José Luis. **A nova geopolítica do sistema mundial no início do Século XX**. Trabalho apresentado no Segundo Workshop Internacional do Projeto BRICS. Disponível em: <<http://www.unicap.br/real/artigos/ProfFiori.pdf>>. Acesso em 17 nov. 2010.

geopolítica das nações.

2. O fato de que, pela primeira vez na história do sistema econômico mundial, “o movimento de “autoproteção nacional e social” está começando pela periferia do sistema mundial, com as relações Sul-Sul adquirindo “uma densidade material “importante e expansiva”no mundo do capital e do poder, trazendo consigo “uma grande mobilização social e política” a favor de transformações sociais e igualitárias das sociedades mais afetadas, e sem a existência prévia de guerras e destruições massivas.
3. A constatação de que está em curso um movimento, “cada vez mais amplo e universal”, em favor da democracia e da igualdade social, de retorno ao mundo do trabalho e dos excluídos, “depois de três décadas de supremacia incontestável do mundo do capital”.
4. A afirmação de que não existe a menor possibilidade de que a liderança da expansão econômica do capitalismo saia - alguma vez - das mãos dos “estados-economias nacionais” expansivos e conquistadores.

Desse modo, a hipótese de um declínio simultâneo das duas primeiras utopias do século XXI exige um confronto da tese do retorno à geopolítica das nações com a visão de “caos sistêmico” que perpassa as reflexões de teóricos neomarxistas do Grupo de Apoio e Reflexão do Fórum Social Mundial, em especial Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, mas também Samir Amin e David Harvey, que retomam pela autocrítica a tradição histórica revolucionária do século XX e buscam traçar rotas continuístas para um pós-alterglobalismo.

Parte deste debate se trava na primeira parte do primeiro capítulo, dedicado à compreensão do fenômeno da globalização como um processo desencadeado nos anos 1970, acelerado nos 80 e que atinge o seu auge na década de 90. É um debate que, em seu conjunto, se opõe à visão globalista (David Held, Anthony Giddens, Robert Keohane), de uma “democracia social”

inserida num “sistema reformulado e muito mais forte de gestão global”¹⁹, que tragou a democracia social numa “Terceira Via” e pretendeu eliminar a distinção entre os campos da esquerda e da direita, considerando como “novos radicais” os que aderiram ao mercado global e às políticas de ajustes estruturais e critérios de convergência, enquanto que os que se opunham a essas políticas eram “conservadores”.

Na segunda parte do primeiro capítulo, procuramos entender as razões da força com que o conceito de sociedade civil ressurgiu nos anos 90, tanto como base teórica da projeção política do neoliberalismo como dos setores progressistas desencantados com a fragilização dos Estados e com o fracasso das elites políticas no poder do mundo socialista²⁰. Elas remetem nossa pesquisa ao fascinante estudo de Jorge Luis Acanda sobre as diferentes interpretações da sociedade civil como peça-chave do discurso liberal até o século XIX, e também ao uso do conceito que Gramsci colocou no centro de suas reflexões teóricas. É a nossa principal ferramenta de compreensão do vendaval antiestatista dos movimentos anti-sistêmicos de 1968, analisados por Giovanni Arrighi, Terence K. Hopkins e Immanuel Wallerstein, reatualizado no anticorporativismo dos anos 1990, que culmina com as grandes manifestações ao final da década em Seattle.

No segundo capítulo, que procura traçar um quadro do processo de articulação dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais que precede a criação do Fórum Social Mundial, distinguimos dois marcos iniciais representativos de duas tendências bastante distintas na gênese deste processo. O primeiro, em 1994, é o levante zapatista na selva de Lacandona, no México, e a veloz e eficiente “rede de redes” que se pôs em marcha e transpôs para um plano global os acontecimentos que se passavam no interior de uma floresta tropical do mundo periférico.

A leitura deste movimento inaugural por um dos teóricos do alterglobalismo, John Holloway, carrega o simbolismo da forte influência anarquista no processo de convergência do FSM, a partir da “noção mais

¹⁹ HELD, David. *Democracy and the Global Order: From the Modern State to Cosmopolitan Governance*. Cambridge: Polity Press, 1995. In HELD, David, MCGREW, Anthony. **Prós e Contras da Globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

²⁰ ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade Civil e Hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

pura de revolução²¹” que o autor identifica no zapatismo - a de fazer um mundo novo sem tomar o poder. É uma noção que dialoga com o conceito de “Multidão²²” desenvolvido por Michael Hardt e Antonio Negri, segundo o qual a globalização, ao provocar a desterritorialização real das estruturas anteriores de exploração e controle, se torna a “cláusula” para libertá-la.

O segundo marco, que dá ao movimento um sentido bastante distinto do primeiro, é a publicação, no ano seguinte, nas páginas do jornal mensal francês *Le Monde Diplomatique*, de um editorial que sintetizou e unificou a reflexão crítica sobre o processo neoliberal em curso nos anos 1990. Com a força de um manifesto, *O Pensamento Único*, de Ignacio Ramonet, pode ser visto como inaugural de um alterglobalismo no sentido inverso ao do movimento zapatista – do global para o local.

A repercussão do artigo de Ramonet na Europa coincide com as primeiras grandes articulações contra a internacionalização do capital, um dos mais importantes eixos do debate travado no FSM, no qual as organizações europeias como o Fórum Mundial de Alternativas²³, o Fórum do Terceiro Mundo²⁴, a CADTM e, especialmente, a ATTAC, tiveram um papel central. A ATTAC e o jornal *Le Monde Diplomatique* estão no topo da “família” fundadora do alterglobalismo, e são os grandes indutores da definição da localização do FSM no tempo - simultâneo ao Fórum Econômico de Davos – e no espaço – sua realização num país do Sul²⁵.

A concepção e a metodologia do Fórum Social no Brasil formam o terceiro capítulo, focalizando dois aspectos que consideramos de relevância para este trabalho, a partir de uma análise de suas principais matrizes fundadoras: a da sociedade civil autônoma que emerge na América Latina nas décadas de 70 e 80, anos de expansão das ditaduras militares em quase todos os países da região. No caso brasileiro, é relevante também a

²¹ HOLLOWAY, John. **Mudar o Mundo sem tomar o Poder**. São Paulo: Boitempo, 2003.

²² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Record, 2004.

²³ O Fórum Mundial de Alternativas é uma rede internacional de centros de pesquisa para projetos de convergência internacional de movimentos sociais e outros atores da sociedade civil, com sede na Bélgica. É ligado ao Centre Tricontinental, fundado por François Houtart.

²⁴ Com sede em Dakar, o Fórum do Terceiro-Mundo foi fundado pelo economista Samir Amin.

²⁵ CASSEN, Bernard. **Tout a commencé à Porto Alegre..mille forums sociaux**. Paris: Mille et une nuits, 2003.

convergência de movimentos sociais distintos para o Partido dos Trabalhadores, que nasce do processo de redemocratização ao final dos anos 80, e que chegaria ao poder em 2002.

Seis das oito organizações brasileiras que conceberam e realizaram o FSM, todas com alguma experiência internacionalista, estavam de alguma forma vinculadas às origens petistas dos anos 80, e Porto Alegre representava para o alterglobalismo mundial a grande referência da democracia descentralizada e participativa reivindicada pelos movimentos sociais desde a década de 70. Elas nos remetem ao momento fundador do PT e a uma análise das relações estreitas, e ao mesmo tempo conflitivas, entre sociedade civil, partidos políticos e estado que atravessaram os 10 anos do FSM, e à constatação da perda progressiva de embocadura que observamos diante das mudanças no quadro do poder na América Latina e da absorção das aspirações dos movimentos sociais por parte dos governos progressistas.

O segundo cenário é o da internacionalização do FSM como um processo permanente, de longo prazo, e da composição de seu Conselho Internacional (atualmente com 163 organizações e nove observadores²⁶, que resulta de uma permanente tensão entre a política híbrida brasileira antiglobalista que emergiu dos movimentos de base, das associações cristãs, da teologia da libertação e da experiência da democracia participativa, com o que Boaventura de Souza Santos considera uma política de princípios formulados no Norte anticapitalista, sobretudo em relação ao papel do estado na tradução da utopia em política:

Esta é uma clivagem em que os movimentos do Norte se reconhecem mais facilmente do que os movimentos do Sul. Por um lado, há aqueles que pensam que o Estado, apesar de no passado ter sido uma arena de luta importante, foi transnacionalizado e transformado num mero agente da globalização neoliberal durante os últimos 25 anos. Ou o Estado se tornou irrelevante ou é hoje o que sempre foi: a expressão dos interesses gerais do capitalismo. [...] Por outro lado, há aqueles que pensam que o Estado constitui uma relação social. [...] A globalização neoliberal não retirou ao

²⁶ Dados fornecidos no site <www.forumsocialmundial.org.br>. Acesso em 28 nov. 2011.

Estado sua centralidade, apenas a reorientou para servir melhor aos interesses do capital”²⁷.

É a partir desta clivagem, que nos parece central na compreensão dos limites da utopia crítica do FSM, que retomamos, no quarto capítulo, o debate do primeiro, focalizado nos quatro aspectos do pensamento de Fiori que destacamos acima e que consideramos bastante relevantes para um diálogo com o movimento alterglobalista.

Pela tese realista de Fiori, cujo “núcleo duro” de sustentação se situa na obra de Hobbes e Maquiavel, a transição gradual do mercado para o mundo das “altas engrenagens” e dos “grandes predadores” não se explica pelos “jogos das trocas”²⁸ de que fala Braudel em sua investigação sobre o longo prazo histórico da formação do sistema interestatal capitalista, mas pelos “jogos das guerras”: são elas que impulsionam a necessidade de lucro e acumulação de riqueza que mantêm o sistema em permanente expansão.

Sob esta ótica, é possível afirmar que o ponto de inflexão do FSM e do alterglobalismo tenha se dado em 2003, na sequência dos acontecimentos depois de 11 de setembro de 2001 que conduziram à invasão do Iraque. Alguns teóricos viram ali, de fato, o momento em que o conceito e as práticas de uma “sociedade civil global” tendem a um progressivo esvaziamento diante das questões de soberania que emergem a partir da decisão unilateral de guerra por parte dos Estados Unidos.²⁹

Cabe aqui responder se “a grande mobilização social e política a favor de transformações sociais nas áreas mais afetadas” de que fala Fiori - o movimento de “autoproteção nacional e social” que de forma inédita se inicia pela periferia do sistema mundial, pode, de alguma forma, se relacionar com as atividades de grupos pró-estatistas que trouxeram para o espaço FSM nos anos subsequentes diversos líderes políticos ligados aos movimentos sociais que chegaram ao poder na América Latina; ou se um movimento “cada vez mais amplo e universal” em favor da democracia e da igualdade social, em

²⁷ SOUZA SANTOS op. cit, 2005, pp 93-94.

²⁸ BRAUDEL, Fernand. **Les Jeux de l'échange, Civilisation matérielle, économie et capitalisme**. vol. 2, Paris, Le Livre de Poche, 1979b.

²⁹ ANDERSON, Kenneth; RIEFF, David. **Global civil society, a sceptical view**. IN: Civil Society. Londres: Sage Publications, 2005, p. 27.

favor do mundo do trabalho e dos excluídos de que Fiori nos fala não tenha encontrado no FSM um eco importante na “rede de redes” formada pelo anglobalitarismo.

Finalmente, desejamos entender de que forma as principais campanhas que emergiram do FSM – supressão do pagamento da dívida externa dos países pobres, restrições às especulações financeira, direito de acesso aos bens comuns, justiça climática, – se movem na direção de um avanço real de “um outro mundo possível” ou tendem a “aperfeiçoar” a liderança de uma expansão econômica do capitalismo que estará sempre “nas mãos de estados-economias nacionais expansivos e conquistadores”.

Resumindo: tentamos investigar a hipótese de um “declínio conjunto de duas utopias partindo de uma pesquisa sobre diferentes pontos de vista o fenômeno da globalização e dos conceitos de sociedade civil que ela gerou a partir dos anos 70; segundo, identificando divergências e convergências da sociedade civil antiglobalista na gênese do movimento; terceiro, buscando compreender os impasses do alterglobalismo entre Norte e Sul a partir de suas matrizes ideológicas e na metodologia aplicada ao FSM e seu comportamento contraditório frente aos partidos políticos e o Estado; e finalmente melhor entendendo a herança acumulada nos últimos dez anos – se como elemento que contribui para transformações que levem efetivamente a um mundo pós-capitalista, ou se como elemento que contribui para introduzir transformações no próprio sistema que segue sendo competitivo e expansivo desde a formação dos estados no século XIV.

2 GLOBALIZAÇÃO E ALTERGLOBALISMO: VERSO E REVERSO DE UMA ERA

Em janeiro de 2010, intelectuais de diferentes correntes teóricas ligados ao processo do Fórum Social Mundial postaram no site de preparação do seminário internacional *Dez Anos Depois: Desafios e Propostas para um Outro Mundo Possível* suas análises e projeções diante do impasse teórico de como avançar na formulação das bases do que seria um sistema pós-capitalista no século XXI.

A primeira década terminava de forma bem diferente de como havia começado: a crise de 2009 se encarregara de passar a pá de cal sobre a utopia neoliberal de uma “nova economia” da sociedade global da informação num mundo sem fronteiras, capaz de reduzir pelas forças do mercado a soberania dos Estados nacionais. Ao mesmo tempo, colocava diante da utopia alterglobalista – a que lutava por uma “outra globalização” - o desafio de manter um combate contra um adversário que promovia uma mudança de guarda na gestão do poder político e da acumulação econômica no sistema mundial capitalista.

No cenário caleidoscópico de alternativas do GRAP, os textos dos neomarxistas Samir Amin, David Harvey e Immanuel Wallerstein eram os que melhor expressavam esse impasse. Mais do que pela análise crítica do processo FSM nos últimos dez anos, eles proporcionavam uma visão totalizante de suas leituras sobre as relações globais de poder na história contemporânea do sistema mundial moderno, onde encontramos alguns pontos de contato com as interpretações de José Luís Fiori, cuja tese de retorno à geopolítica das nações diante do declínio da utopia neoliberal é o ponto de partida deste trabalho.

Em seu conjunto, Amin, Harvey, Wallerstein e Fiori podem ser agrupados no chamado campo dos “céticos” com que David Held e Anthony McGrew³⁰ separaram, no auge do neoliberalismo dos anos 1990, os analistas que fizeram a leitura do fenômeno da globalização a partir da lógica

³⁰ HELD David David; MACGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

expansionista do capital nas relações sociais, daqueles que o observaram como um fenômeno novo, de “mudanças estruturais reais, inclusivas e homogeneizadoras” - os chamados “globalistas” - na escala da organização social moderna.

O debate que abre este trabalho se trava, portanto, entre “céticos” que analisam o fenômeno da globalização, não como decorrência inevitável das transformações tecnológicas e do processo de erosão de fronteiras e das barreiras geográficas à atividade econômica (Giddens, 1990), de “reinvenção de identidades” provocada por uma “terceira revolução tecnológica” (Castells, 1999) ou de “governança global” (Held, 1995), mas inserido num grande enquadramento temporal histórico, como um momento de transição e de reconstrução ideológica para o reordenamento do poder mundial, ainda que cheguem a conclusões bastante diferentes. Nesse sentido, representa um privilegiado posto de observação das diferentes rotas por onde se moveu o internacionalismo da chamada “nova esquerda” do século XXI que integrou o Fórum Social Mundial, o contexto em que se desenvolveu e o cenário que tem pela frente.

2.1 Anatomia da globalização

Há um consenso na localização das raízes da construção ideológica da globalização no início da década de 1970, num cenário de forte abalo da hegemonia americana: o fim do regime de Bretton Woods; a pressão dos déficits crescentes do balanço de pagamentos dos Estados Unidos; o declínio da taxa de lucros das grandes empresas produtivas do pós-guerra e a multiplicação exponencial de agitações sociais internas, da luta contra o racismo às grandes manifestações em oposição à guerra do Vietnã; e as derrotas sucessivas da política externa americana não apenas no Vietnã, mas com a vitória da revolução islâmica no Irã, a vitória sandinista na Nicarágua e a invasão soviética do Afeganistão.

A percepção do declínio americano esteve na base da reflexão teórica não apenas entre analistas da esquerda, mas pelos próprios teóricos do

universo acadêmico *policy oriented* americano – dos arquitetos do castelo teórico realista da “estabilidade hegemônica” (Kindleberger, 1973 e Krasner, 1976) aos formuladores da “teoria da interdependência” (Keohane e Nye, 1977), que daria suporte à tese de um mundo globalizado pacífico e sem fronteiras que impulsionou a ideologia neoliberal. “A liderança hegemônica dificilmente será revivida neste século pelos Estados Unidos ou qualquer outra nação”³¹, afirmava Robert Keohane. Sua idéia era de que, com o aumento exponencial das relações de mercado, os Estados haviam perdido a centralidade, e caberia aos regimes internacionais contemporâneos (fundamentalmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional) corresponderem “às expectativas de mudança de poder” e os substituírem na coordenação da cooperação internacional.

É a partir da ótica de perda do poder hegemônico que Amin e Wallerstein enfatizam seus trabalhos as bases do assentamento da Comissão Trilateral em 1973, composta de forma equilibrada pela classe industrial e financeira dos Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão³² - com objetivos em seguida ampliados pela formação do G7, na realidade o G6 ampliado com a entrada da Rússia em 1998. Em seus anos mais ativos, a “tríade” operou em dois sentidos complementares. Do ponto de vista econômico, na moldagem de novas formas de cooperação e defesa de interesses das economias mais fortes do mundo; do ponto de vista político, no desmonte gradativo das instâncias do relacionamento sociedade/Estado que vigoraram nas três décadas de notável expansão econômica subsequentes à Segunda Guerra Mundial. O relatório anual da Comissão de 1975 explicitava de forma exemplar a necessidade de eliminação do “excesso de democracia” na construção de uma nova ordem mundial:

³¹ KEOHANE, Robert. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton, Princeton University Press, 1984. In: COHEN, Benjamin J. **International Political Economy, an Intellectual History**. Princeton University Press, 2008, p. 75.

³² Fundada por David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan Bank, a Comissão Trilateral tinha, em sua composição original, 200 membros. Dos 74 representantes americanos 32 eram dirigentes corporativos, sete deles presidentes dos maiores bancos, quatorze eram parlamentares e vinte pertenciam ao mundo acadêmico das universidades americanas. Fonte: www.trileteral.org, consultada em 10/11/2010.

O funcionamento efetivo do sistema político democrático requer habitualmente uma certa medida de apatia e não-participação por parte de alguns indivíduos e grupos [...] Esta marginalização é, em si, anti-democrática por natureza, mas foi um dos fatores que permitiu à democracia funcionar efetivamente. E o perigo reside em sobrecarregar o sistema político de exigências que expandem suas funções e minam sua autoridade³³.

Wallerstein atribui o conceito da “tríade” a uma nova realidade em que a Europa Ocidental e o Japão “já não eram, em nenhum sentido significativo, dependentes das decisões do governo americano”³⁴. Foi uma tentativa política de reduzir as tensões entre parceiros, uma aparente “repartição” do poder mundial. Amin viu nela a inauguração de um “imperialismo coletivo”³⁵, que gradativamente foi deslocando o domínio das grandes potências através do monopólio da produção industrial para o controle sobre a tecnologia, os mercados financeiros, e o acesso aos recursos naturais do planeta, informação e comunicação e armas de destruição em massa.

Fiori diverge da interpretação dos teóricos neomarxistas de que o declínio americano dos anos 1970 seguiu um processo contínuo e irreversível. Observa, ao contrário, uma estratégia explícita de retomada hegemônica posta e marcha a partir destes anos, na direção sinalizada por Maria da Conceição Tavares em 1985, na contra-maré da “crise terminal” da supremacia dos Estados Unidos sobre o sistema mundial³⁶. É a partir da decisão unilateral americana de abandonar, em 1973, “o padrão-dólar” e o sistema de paridade fixa entre as moedas nacionais instituído em Bretton Woods que se põe em movimento a “revolução financeira” da globalização, de posição destacada entre os globalistas. .

Desse modo, um novo padrão monetário internacional não mais pactuado pelas nações se constituiu no “carro-chefe” das mudanças econômicas da estratégia de retomada hegemônica. Ele é o fio condutor que liga os anos 70 (quando a paridade “dólar-ouro” cede lugar ao “dólar

³³ CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel; WATANUKI, Joji. **The Crisis of Democracy, Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission**. New York University Press, 1975.

³⁴ WALLERSTEIN, Immanuel. Globalização, uma trajetória a longo prazo do sistema mundo. In: **O Declínio do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p. 208-281.

³⁵ Amin, Samir, El imperialismo colectivo, Buenos Aires, IDEP, setembro de 2004.

³⁶ TAVARES, Maria da Conceição. A Retomada da Hegemonia Americana. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, abr./jun. 1985.

flexível”³⁷ e passa a permitir que o déficit americano seja financiado automaticamente na própria transação que o gera) com os anos 80 (com a desregulação dos mercados de capitais das principais economias, quando já se pode falar de um mercado global de atividade 24 horas por dia sob o comando anglo-americano) e os “vitoriosos” anos 90, quando 80% dos negócios mundiais já são designados em dólares e o simples manejo da taxa de juros americana determina não apenas a variação das demais moedas, mas a própria dinâmica de curto prazo da economia mundial.

A estratégia desta transição é, na verdade, muito mais abrangente. Fiori a nomeia “a segunda grande transformação”, numa alusão à obra clássica de Karl Polanyi³⁸ sobre os acontecimentos das primeiras décadas do século XX, que vão dar origem ao desenvolvimentismo na periferia e ao Estado do Bem Estar nos países centrais depois da Segunda-Guerra Mundial. No sentido oposto à “grande transformação de Polanyi, os anos 1990 concretizam, enfim, uma ofensiva de tal amplitude que vai atingir, simultaneamente, o campo geopolítico, com a ofensiva ideológica anticomunista e a corrida tecnológico-militar da era Reagan, o desmoronamento da União Soviética e o fim da Guerra Fria; o campo ideológico, acompanhado do diagnóstico da ingovernabilidade democrática e do desgaste das políticas keynesianas e de bem-estar social; no campo tecnológico, com a “revolução” operada através da microeletrônica, que facilitou a integração em tempo real dos mercados financeiros; no campo do trabalho, com a reestruturação produtiva que atingiu empregos, salários, direitos sociais e trabalhistas e fez ruir o edifício da organização sindical; no campo das estratégias de desenvolvimento, com o desmonte do desenvolvimentismo na periferia, a renegociação da dívida, a imposição de pesados ajustes estruturais e as privatizações; e o enfraquecimento do papel do Estado através de um processo de “despolitização” da economia.

A força deste conjunto de mudanças em fase progressivamente ascendente ao longo de três décadas é identificada de forma muito

³⁷ SERRANO, Franklin. **A economia americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial dos anos 2000**. In: O Mito do Colapso do Poder Americano. Rio de Janeiro: Record, 2008.

³⁸ POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

semelhante pelos demais teóricos do GRAP. Amin descreve o impacto dos anos 1990 como aquele que soterrou, de uma só vez, as três grandes respostas ideológicas do pós-guerra – o comunismo burocrático produtivista, o “terceiro mundismo” desenvolvimentista e as alternativas socialistas³⁹. Mas a ênfase no esquema interpretativo de Fiori se centra no estado: o violento ciclo de transformações não alteram as leis fundamentais de funcionamento capitalista pelo simples fato de que a globalização não foi obra do “capital em geral”, mas sim uma obra de estados e economias nacionais que tentaram - e conseguiram - impor ao resto do sistema mundial “o seu poder soberano, as suas moedas, a sua dívida pública e o seu sistema de ‘tributação’ como lastro de um sistema monetário internacional transformado no espaço privilegiado de expansão do seu capital financeiro nacional”. Em outras palavras: a “grande transformação” operou uma mudança na face e no funcionamento do mundo capitalista, mas suas estruturas e leis fundamentais seguem sendo as mesmas, sem demonstrar sinais de esgotamento.

Desde a constituição do capitalismo [...] e durante sua expansão nesses últimos cinco séculos [...] os Estados nacionais e os capitais demonstraram a mesma vocação compulsiva e competitiva ao império e à globalidade. [...] Por isso, a “grande transformação” do final de século não poderá jamais ser entendida se não tiver em conta a estratégia de poder imperial que vem se impondo ao mundo a partir de seu eixo anglo-saxão⁴⁰. E o fato de que, como diz Fernand Braudel, o “resultado de uma crise longa e generalizada é muitas vezes o de clarificar o mapa do mundo, de devolver brutalmente cada um a seu lugar, de reforçar os fortes e inferiorizar os fracos”.

2.1.1 O pós-globalização: a tese do “caos sistêmico”

Wallerstein, como Fiori – distingue os ritmos cíclicos, que definem o caráter *sistêmico* de um sistema social e lhe permitem manter o equilíbrio, das tendências seculares que germinam dentro deles, definindo seu caráter *histórico*. Mas chegam a conclusões diferentes. Wallerstein afirma que as

³⁹ AMIN, Samir. **Capitalism in the age of globalization**. Londres: Zed Books, 1997.

⁴⁰ FIORI, José Luis. **As grandes transformações III**, in **60 lições dos 90, uma Década de Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 104.

tendências seculares não podem se prolongar indefinidamente, porque atingem assíntotas. Passam, portanto por três momentos inevitáveis: sua gênese, que decorre normalmente do colapso do sistema anterior; seu período relativamente longo de funcionamento e seu período de crise terminal, quando os ritmos cíclicos não podem mais devolver o equilíbrio de um sistema e ele se bifurca perante duas ou mais alternativas para uma nova estrutura, que é o que está acontecendo hoje na economia-mundo capitalista: “um momento de escolha histórica cujo desenlace é sempre indeterminado”⁴¹.

Wallerstein sugere que, depois de 500 anos, a função primária e estruturalmente central da economia mundo-capitalista de acumulação permanente se vê ameaçada não por uma, mas por diversas tendências seculares, apontando para um arrocho do lucro global pela elevação permanente dos custos dos quais ela depende: os custos da mão de obra, dos insumos e infra-estrutura e impostos. Em 1999, ele previa o fim inexorável da utopia neoliberal e, de certa forma, a crise que atingiria a economia global dez anos depois:

Podemos considerar toda a ofensiva neoliberal das últimas décadas como uma tentativa gigantesca de desacelerar os crescentes custos de produção – primeiramente por meio da diminuição do custo de salários e impostos e, num segundo momento, através da diminuição dos custos dos insumos via avanço tecnológico. Creio ainda que o grau de sucesso geral foi bem limitado e que até mesmo os ganhos estão prestes a serem revertidos, não obstante o quão doloroso tudo isso tenha sido para aqueles que suportaram o ímpeto do ataque.⁴²

Resumindo a tese de Wallerstein, o sistema se moveu para longe do equilíbrio e está adentrando um período de caos em que seus vetores se bifurcarão. Pode-se assim pensar esta “longa e caótica transição” como uma luta política entre dois campos: o que levaria à manutenção dos mesmos privilégios e hierarquias do atual sistema, ou o que poderia favorecer um sistema mais democrático e mais igualitário.

A idéia do “caos sistêmico” está presente, com diferentes nuances, nas

⁴¹ WALLERSTEIN, Immanuel. **The End of the World as We Know it**. Social Science for the 21st Century. Nova York: New Press, 1998, p. 64-67.

⁴² WALLERSTEIN, Immanuel. Uma política de esquerda para o século XXI ou teoria e praxis novamente. In: **O Espírito de Porto Alegre**. Pontos de Vista, o Momento da antiglobalização. Paz e Terra, 2002b.

interpretações de Samir Amin e David Harvey sobre o processo desencadeado nos anos 1970. Amin o descreve como uma segunda – e definitiva – “crise sistêmica” do capitalismo. A primeira, exatamente 100 anos antes, teve como reação um violento e acelerado processo de internacionalização do capital através de um duplo movimento, de concentração de monopólios e expansão de que fala Buckarin ⁴³, ao descrever a utopia de “um império universal” imaginada pelo capital financeiro no último quartel do século XIX. Foram estas transformações estruturais que levaram à chamada “*Belle Époque*” (1890-1914), um período de domínio global do capital financeiro monopolizado sobre os domínios do mundo.

O sistema mundial, do ponto de vista de Amin, acaba de viver sua segunda “*Belle Époque* (1990/2008), resultado do mesmo duplo movimento de concentração e expansão em resposta à crise de 1970. O que a distingue da primeira é o contexto do “imperialismo e coletivo” da nova globalização, quando o poder deixa de ser exercido pelo monopólio da produção industrial e passa a pertencer a uma “plutocracia acionista” que controla a tecnologia e os mercados financeiros. A primeira globalização, diz Amin, conduziu a um longo período de guerras e revoluções. A segunda, ao que tudo indica, seguirá pelo mesmo caminho, com a diferença de que o atual estágio do capitalismo – “o capitalismo senil” como ele o define, não terá mais condições de produzir uma terceira resposta no século XXI.

David Harvey entende a era iniciada nos 1970 como uma “transição histórica” do fordismo-keynesianismo para um novo regime que chamou provisoriamente de “acumulação flexível”⁴⁴ e que levou o sistema a um grave “ponto de inflexão”. A taxa de crescimento de 3%, considerada minimamente satisfatória para as economias capitalistas avançadas, tornou-se pouco viável de ser sustentada sem as “ficções” dos mercados dos ativos e das finanças praticadas nas últimas décadas, e não existe nenhuma alternativa para uma nova ordem de governança global capaz de lidar com uma transição eventual

⁴³ AMIN, Samir. **Condições para uma Resposta Eficiente por parte do Cone Sul**. p.p.10-11. Disponível em: <<http://www.grap.org.br>>. Acessado em 23 jan. 2010.

⁴⁴ Harvey op. cit., 1989.

para uma economia de crescimento zero.⁴⁵

No total, estima-se que mais de U\$ 4 trilhões de recursos públicos (volume quatro mil vezes superior ao dos investimentos Plano Marshall para a reconstrução do continente europeu destruído pela Segunda Guerra Mundial⁴⁶), foram transferidos para intermediários financeiros no saneamento de bancos, transformando os buracos negros privados em déficit público e dívidas dos Estados, sem que haja sinais concretos de recuperação.

Mesmo supondo, o que Harvey considera difícil, que nenhuma oposição séria à contínua acumulação do capital venha ocorrer como acreditam Amin e Wallerstein, outros obstáculos no campo da demanda efetiva, das tecnologias e da geopolítica são visíveis em sua análise do “ponto de inflexão” do sistema. Com a integração da China, do bloco soviético e do sul e sudeste da Ásia, sobram poucos espaços na economia global para a absorção do excedente de capital.

Há um momento em que mudanças quantitativas levam invariavelmente a deslocamentos qualitativos, e é preciso considerar seriamente a idéia de que estamos diante de um ponto de inflexão do capitalismo e talvez não existam soluções a longo prazo para o sistema. Questionar seu futuro, portanto, deve estar na linha de frente do debate atual⁴⁷.

Assim, podemos afirmar que, apesar das diferenças de pontos de vista, o grande traço de união entre os analistas neomarxistas é a idéia de que a era da mundialização do capital financeiro, da perda de legitimidade das instituições estatais, da desregulamentação internacional e da reconcentração do poder num mundo unipolar que se encerra ao final de década representou uma espécie de reação radical para salvar da morte um paciente que entrou em irremediável contagem regressiva.

⁴⁵ HARVEY, David. **Organizing for the Anti-Capitalist Transition**. Disponível em: <www.grap.org.br>. Acesso em 21 jan. 2010

⁴⁶ Os valores atualizados de acordo com a inflação pelo Instituto Friedrich Ebert fixam em 100 milhões de dólares os investimentos do Plano Marshall na reconstrução europeia.

⁴⁷ Harvey op. cit., 2010, p.25.

2.1.2 A tese do retorno à geopolítica das nações

A idéia de que o capitalismo está chegando ao fim vem sendo rigorosamente contestada por José Luis Fiori em sua pesquisa histórica sobre a dinâmica sobre o sistema econômico e político mundial, da qual destacamos dois aspectos importantes. O primeiro diz respeito à contradição político-econômica permanente do sistema, observada Buckarin em sua análise sobre a economia mundial ao final do século XIX: a expansão competitiva dos estados economias nacionais europeus criou impérios e internacionalizou a economia, mas nem os impérios, nem o capital eliminaram as economias nacionais; pelo contrário, fortaleceram substancialmente seus interesses, e este é o o paradoxo mais importante do sistema mundial moderno: os estados se expandem e conquistam novos territórios, assim como seu ‘território monetário e internalizam seus capitais’, mas só podem fazer isso mantendo seu vínculo com alguma moeda nacional do estado mais poderoso⁴⁸.

O segundo aspecto em Fiori que queremos ressaltar descreve o movimento destes estados num universo em permanente expansão, onde sempre existiu uma potência mais poderosa para liderar o “equilíbrio bélico”, no sentido que hobbes empresta à guerra: ela “não consiste apenas no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar a batalha é suficientemente conhecida”⁴⁹. A globalização significa a expansão vitoriosa de estados economias nacionais que conseguiram impor seu poder de comando. O que está em curso, de acordo com Fiori, é um retorno à geopolítica das nações que se segue ao curto período em que prevaleceram os princípios da utopia liberal; uma “nova” geopolítica, consequência de um limite teórico de expansão do “projeto imperial” que deu forma à globalização, levado a abrir as portas para a universalização e fortalecimento das fronteiras nacionais em todos os tabuleiros regionais do sistema mundial, e como tal deve ser levada em conta no debate em torno de uma saturação sistêmica.

⁴⁸ FIORI, José Luis. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI (org). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 30.

⁴⁹ HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 75.

Fiori tende a observar criticamente a contestação internacionalista da ordem mundial destes anos em diversos artigos agrupados no livro *60 Lições dos 90*⁵⁰, dedicados à utopia globalitária na última década do século XX, num dos quais reflete diretamente sobre o Fórum Social Mundial. Neste artigo, faz uma breve analogia entre o que chama de “o primeiro grande encontro internacionalista das forças sociais e políticas que se opõem à nova ordem imperial norte-americana” no século XXI com as “primeiras grandes reuniões internacionalistas da classe operária dos anos 1860-70, nascido no auge do império britânico”, com características pluralistas e libertárias, que deu origem à Associação Internacional dos Trabalhadores e acabou oposto anarquistas a marxistas. Mas, ainda que considerando a iniciativa “um grande passo à frente” na consciência crítica e na mobilização social nos anos de apogeu da globalização financeira dos anos 1990, acrescenta a observação:

O problema é que se trata de causas específicas e heterogêneas, que recolocam a velha tensão entre os movimentos sociais e a política, e a política só pode ser eficiente onde exista algum poder a ser conquistado, e cujas diretrizes possam ser alteradas. Nenhum projeto maior e de síntese política terá sentido ou eficácia se não existir esse centro de poder, e esses centros de poder seguem organizados de forma territorial e nacional. Esta é uma dificuldade que sempre se colocou no caminho de todos os internacionalismo antisistêmicos.”⁵¹

A questão central para Fiori, portanto, é a centralidade do Estado, não tão clara na crítica ao processo FSM por parte dos teóricos do GRAP. Amin prefere se referir à nova década como a de uma “nova etapa do despertar do Cone Sul”⁵² e a construção de um “novo internacionalismo” de luta dos Estados e nações por uma “globalização sem hegemonias”.

Harvey constrói uma “teoria-co-revolucionária” que deriva do entrelaçamento de sete “momentos” distintos identificados por Marx na etapa de transição do feudalismo para o capitalismo – 1) formas organizacionais de produção e consumo; 2) relações com a natureza; 3) relações sociais; 4) conceitos de mundo; 5) processos de trabalho e produção de bens e

⁵⁰ FIORI, José Luís. **Internacionalismo e Poder Social** in **60 lições dos 90, uma década de neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 137-139.

⁵¹ FIORI op. cit., 2001, p. 138-139.

⁵² AMIN, Samir. **Beyond Bandung: awakening of the South**. 2007. Disponível no site <<http://www.zeleza.com>>. Acessado em 12 out. 2011.

serviços; 6) acordos institucionais e reprodução social no cotidiano) - um conjunto harmônico que observa na reconfiguração das características operacionais do capitalismo entre 1970 e 2000.

Wallerstein, por sua vez, admite que em momentos de transição sistêmica as variáveis acidentais cedem lugar a uma confusão ideológica e analítica que se tornam realidades estruturais. Entende que a “batalha crucial” a ser travada no médio prazo não será uma batalha entre estados, mas entre forças sociais mundiais. Nesse sentido, ele afirma, as forças de direita possuem uma visão mais clara de curto prazo que as de esquerda, “combinando preparo para a violência e recusa de um comprometimento centrista”, ainda que nenhuma delas tenha desenvolvido qualquer visão estratégica de médio prazo.

Desta forma, podemos concluir que há um conflito claro de visões entre Fiori e as contribuições neomarxistas ao GRAP no que diz respeito ao futuro do sistema mundial, aos limites históricos da hegemonia americana no século XXI e à eficiência contra-hegemônica do internacionalismo construído em torno do Fórum Social Mundial. O que parece unificá-las é a idéia de que a utopia da globalização é um parêntesis na longa história de um sistema que só pode ser entendido no seu longo prazo histórico, e que o movimento de contra-tendência que ela gerou está inserido nele.

Se uma estrutura como a do Fórum Social Mundial depende ou não de uma “unidade teórica significativa” entre as diferentes tendências do alterglobalismo - como acreditam Wallerstein e Harvey - ou se ela, por sua própria natureza, não tem como gerar projetos de poder capazes de superar a velha tensão entre movimentos sociais e a política, como diagnostica Fiori, é preciso entender o que seria uma “sociedade civil global” e medir “a força de expansão da margem de manobra e resistência” acumulada nos últimos anos como resposta ao conjunto de transformações que acabamos de descrever.

2.2 Anatomia do alterglobalismo

Não é possível analisar o processo da convergência internacionalista no Fórum Social Mundial sem melhor compreender a força com que o conceito de “sociedade civil” foi recuperado nas últimas décadas. À exceção da originalidade do pensamento de Gramsci, que a colocou no centro de sua crítica ao marxismo economicista, recebida com reservas pela *nomenklatura* do comunismo de Estado, pouco se falava da sociedade civil desde a segunda metade do século XIX.

Foi um retorno ambivalente, paradoxal: de um lado, como bandeira de uma exigência política sob a qual se abrigaram as organizações democráticas e de esquerda que acionaram o alarme contra a desestabilização mundial provocada pelos mercados desregulamentados; do outro, como base teórica da projeção política do neoliberalismo na sua defesa do Estado mínimo, que a entendeu como uma “necessária retomada” da

esfera da vida social organizada de forma “voluntária, autogeradora, autosustentável e autônoma.”⁵³.

A idéia de sociedade civil revivida nos anos da globalização serviu, assim, a uma espécie de duplo conceito. Pode ser entendida como suporte ao individualismo, a atores sociais economicamente independentes em busca de máximo proveito no mercado e, e ao mesmo tempo, como estímulo às relações interpessoais de colaboração para enfrentar os efeitos do mesmo individualismo, como interpretada por Castells⁵⁴: “uma onda poderosa de identidade coletiva em desafio à globalização e ao cosmopolitismo em função da singularidade cultural e o autocontrole individual”, o embrião de uma “sociedade civil planetária” como se imaginou a galáxia de organizações e movimentos sociais abrigados no Fórum Social Mundial.

Foi, portanto, um conceito que reemergiu na disputa política, usado por

⁵³ *Towards Democratic Consolidation. Journal of Democracy, Baltimore, v.5, n.3, 1994. In: DIAMOND, Larry. Towards Democratic Consolidation. Journal of Democracy. Baltimore, v.5, n.3, 1994. In: ACANDA, Jorge Luis, **Sociedade Civil e Hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.*

⁵⁴ CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

polos opostos para ganhar terreno em disputas reais, se observado pela ótica de Jorge Luis Acanda, sobre a qual se fundamenta parte das idéias deste capítulo.

Ao vincular a retomada da idéia da sociedade civil aos complexos processos que se desencadearam no mundo a partir dos anos 1970, Acanda distingue três diferentes cenários de conflito⁵⁵. O primeiro é o dos países do Leste Europeu, onde o termo “sociedade civil” foi usado como denominador comum dos processos de subversão e mudança do comunismo de Estado. Vários autores englobaram neste conceito diferentes movimentos e organizações que levaram ao fim o sistema socio-político vigente e, nesse sentido, “sociedade civil” converteu-se em sinônimo de anticomunismo.

Neste mesmo período, o conceito foi amplamente utilizado pela nova direita dos países capitalistas avançados, especialmente Estados Unidos e Inglaterra, em sua luta pelo controle do poder. A ofensiva neoconservadora em marcha defendia a idéia de um Estado com reduzida intervenção na vida econômica e social, despojado de suas funções redistribucionistas, em nome do “fortalecimento” de uma sociedade civil autônoma. Uma vasta literatura que condicionava o desenvolvimento da sociedade civil à privatização econômica de suas organizações se disseminou nos anos 1990, como condição de “fortalecimento da democracia”⁵⁶

O terceiro cenário de que nos fala Acanda é o da nova esquerda latino-americana, onde a idéia de sociedade civil assumiu um outro significado nas décadas de 1970 e 1980. O termo “civil” tornou-se a representação de tudo que se opunha às arbitrariedades das ditaduras militares que disseminaram pelo continente e à reconstrução de laços associativos que visassem restabelecer a ação política. A crise dos Estados e dos partidos tradicionais levou ao protagonismo uma série de novos movimentos populares – associações de bairro, movimentos estudantis, movimentos sindicais, de mulheres e, sobretudo, das comunidades eclesiais de base da igreja católica progressista - dando ao termo “sociedade civil” um significado político contrário ao dos dissidentes do Leste Europeu ao dos neoconservadores

⁵⁵ ACANDA, op. cit., p.18-22.

⁵⁶ ALEXANDER apud ACANDA op. cit.

anglo-americanos, como um passo adiante na emancipação social.

Foi neste terceiro cenário que brotaram cinco das oito organizações que conceberam e lançaram em Porto Alegre o Fórum Social Mundial, não por acaso as de maior influência - nem sempre consensual - na condução do processo FSM a partir de 2001, que examinaremos melhor no terceiro capítulo. O que importa aqui é a compreensão do elo que une o cenário latino-americano aos demais cenários de conflito descritos por Acanda, que nos ajuda a entender o êxito teórico do conceito de sociedade civil nas últimas décadas, a sua raiz conceitual: a dicotomia Estado-sociedade, a separação entre público e privado. Enfim, o que definia a sociedade civil bifurcada do mundo pós-globalizado era, basicamente, aquilo que não é o Estado.

2.2.1 Sociedade civil: uma perspectiva histórica

A idéia da sociedade civil é uma construção da modernidade. Nasceu liberal, no sentido que o autor empresta ao liberalismo ao longo do século XVII – “radical, inovador, revolucionário”, centrado na “valorização do indivíduo como ente independente” (Acanda, 2004, p.74- 77) e, assim, livre de toda relação de subordinação pessoal em relação ao poder. No início da teoria liberal não havia diferença entre sociedade civil e sociedade política. Sociedade civil queria dizer sociedade organizada com um Estado que garantisse essa organização, como definida por Hobbes:

[...] é a unidade real de tudo em uma e na mesma pessoa, instituída pelo pacto de cada homem com os demais e de tal forma como se cada um dissesse a todos: “autorizo e transfiro a este homem ou assembléia de homens meu direito de governar a mim mesmo, com a condição de que vocês transfiram seus direitos a ele e autorizem todos os seus atos da mesma forma”. Feito isso, a multidão assim unida em uma pessoa se denomina Estado, em latim *Civitas*⁵⁷.

O conceito de *civil society* evoluiria para uma clara separação do

⁵⁷ HOBBS op. cit., 2004, p.14.

Estado um século e meio mais tarde, na obra de Hegel e, posteriormente, na crítica a Hegel na obra de Marx, que considerava irreconciliáveis as contradições entre público e privado. Mas o que chama a atenção nesta evolução, do nosso ponto de vista, é a gradativa complexidade de que vai se revestindo uma sociedade civil inicialmente concebida como espaço do interesse de uma classe – burguesa, proprietária, branca, do sexo masculino -, convertida aos poucos num espaço de interação de processos sociais antagônicos. É este aspecto da evolução do conceito que tentamos resumir aqui.

- i. Na visão de Acanda, a idéia de sociedade civil expressou inicialmente a tentativa de resolver a crise ideológica provocada pela ruptura nos paradigmas ordem social a partir do século XVII, com a Revolução Inglesa, e no século XVIII com a Revolução das Treze Colônias e a Revolução Francesa. Através do *contrato* como base da autoridade política e social, moldava-se a imagem ideal de como deveria ser o funcionamento da sociedade no sistema liberal, cuja melhor definição se resumiria na equação – liberdade-propriedade-Estado.
- ii. A nova maré revolucionária de 1848 eliminou os últimos resíduos das estruturas feudais europeias e consolidou o poder político liberal. Esta consolidação trouxe uma mudança de perspectiva na esfera da *civil society*. A questão já não era como *limitar* o poder do Estado, e sim como *dividir* o poder com “toda” a classe – e não apenas parte dela – e assim fazer com que o Estado – O Estado-gendarme, mantenedor da ordem - refletisse o equilíbrio dos diferentes grupos que a compunham.
- iii. O grande elemento a ser considerado na equação do poder pós-maré revolucionária de 1848 é a força crescente da ação de atores contrários aos interesses do grupo que detém o poder. Ao analisar o reposicionamento na relação entre economia e política e Estado e sociedade no último quarto do século XIX, Juan Carlos Portantiero descreve uma “explosão” da sociedade civil em diferentes direções e

seu “deslocamento” da política para outros espaços considerados “privados”.⁵⁸ O crescimento acelerado do tecido associativo (sindicatos, escolas noturnas, associações feministas, ligas sufragistas, cooperativas de consumidores, partidos políticos, sociedades culturais, etc..) levou inevitavelmente a uma “politização da sociedade” que teve como consequência a “socialização” da política: instituições até então ignoradas pelo Estado capitalista começam a ser cooptadas por ele. Incômoda e cada vez mais complexa, a distinção entre sociedade civil e sociedade política se torna difícil de traduzir no ideário liberal.⁵⁹

Gramsci chamou este processo de “expansão molecular”- a forma de recomposição hegemônica que aproximou o desenvolvimento da sociedade civil à estrutura de poder e eliminou as fronteiras entre o público e o privado⁶⁰. Tendemos a identificar no processo desencadeado nos anos 1970 um fenômeno similar – uma nova “expansão molecular” produzida por outra “explosão”- , mas de consequências distintas da que Portantiero descreve no final do século XIX: aqui, a recomposição hegemônica se fez pelo reforço das barreiras entre sociedade civil e Estado.

2.2.2 1968: um ano que durou três décadas

Se estabelecermos as revoltas de 1968 como primeiro marco do ataque “anti-autoritário e antiestatista” que caracteriza este momento tal como descrito por José Luis Fiori na introdução de seu ensaio sobre a crise vivida pelo Estado brasileiro⁶¹, podemos afirmar que elas misturam os cenários 1 e 3 de Acanda. Foram, ao mesmo tempo, uma expressão da decepção com o socialismo “real” do Leste Europeu, da crise da política intervencionista do

⁵⁸ PORTANTIERO, J.C. El Socialismo como construcción de un orden político democrático. Dialéctica, Universidad de Puebla, México, n.11, 1981. In: ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade Civil e Hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

⁵⁹ ACANDA, op. cit., p. 166-171

⁶⁰ ACANDA, op. cit., 182

⁶¹ FIORI, José Luís. **O Voo da Coruja**., Rio de Janeiro, Record, 2003, p. 16-20.

Estado Social dos países centrais e da crise hegemônica americana, marcada pela escalada da guerra do Vietnã e o envolvimento dos Estados Unidos nos golpes de Estado na América Latina. Em resumo, foram a centelha que fez explodir o pacto corporativo entre governo, sindicato e capital; um consenso moldado, como lembra Fiori, no calor de duas guerras mundiais e de experiências fascistas, que marcaram a luta violenta pela sucessão da hegemonia britânica e a consolidação da Pax Americana em 1947.

Ao mesmo tempo, é preciso observá-las do ponto de vista de uma formidável expansão de experiências identitárias como consequência do esforço de vários grupos sociais preteridos e das aspirações utópicas (das mulheres, de grupos raciais discriminados, de ambientalistas) que emergiram de forma muito mais extensa e multifacetada que a do último quarto do século XIX. Naquele momento, escreve José Correa Leite, elas pareciam

[...] antecipar um duradouro período em que todas as expressões de contestação poderiam se manifestar com legitimidade [...] no horizonte normativo da plena emancipação humana – até as experiências associadas a esse norte político serem brutalmente abaladas pelo deslocamento deste horizonte, pela crise da utopia que viabilizaria todas as utopias.⁶²

Ao observar a fenomenologia do poder nas sociedades capitalistas, Gramsci centrou seu conceito de hegemonia na capacidade da classe dominante de manter seu poder sobre a sociedade não apenas pelo controle dos sistemas econômicos de produção e os instrumentos de coerção, mas sobretudo na sua capacidade de produzir e organizar o consenso na aceitação da direção política, intelectual e moral. É esta recomposição hegemônica que desejamos ressaltar do cenário 2 de Acanda: a da “a contra-revolução liberal” iniciada em meados dos anos 70, que representou, no plano político, a apropriação ideológica do ataque anti-autoritário e antiestatista de 1968.

Em 1989, Giovanni Arrighi, Terence K. Hopkins e Immanuel

⁶² CORRÊA LEITE, José. **Fórum Social Mundial, A história de uma invenção política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 29.

Wallerstein⁶³ englobaram as mobilizações que abalaram o mundo em 1968 numa “segunda família” de movimentos anti-sistêmicos que veio substituir a primeira geração que floresceu ao final do século XIX - a dos que definiam a opressão em termo de classe e objetivavam a substituição do capitalismo pelo socialismo (movimentos sociais), a a dos que a definiam em termos “étnico-nacionais” (movimentos de libertação nacional).

A “família” de 68 provocou, na visão de Wallerstein, uma “revolução mundial” com um duplo-tema recorrente: o primeiro era a oposição à hegemonia dos Estados Unidos “e ao conluio soviético” com essa hegemonia. O segundo foi marcado pela desilusão com a “velha esquerda” em todas as suas formas, consequência paradoxal do seu sucesso exatamente durante este período.

O fato é que, no período da hegemonia dos Estados Unidos, os movimentos da velha esquerda tinham subido ao poder em quase todo o lado: como partidos comunistas de Elbe a Yalu; como partidos socialdemocratas ou seus equivalentes no mundo pan-europeu da Europa Ocidental, nas Américas do Norte e Australásia; eo como movimentos de libertação no terceiro mundo ou, de forma equivalente, como movimentos populistas na América Latina. Tinham subido ao poder mas não tinham dado o segundo passo que planejavam, a transformação da sociedade.⁶⁴

Arrighi, Hopkins e Wallerstein publicariam, três anos mais tarde, um artigo que interpretava os acontecimentos de 1989-91, da queda do Muro de Berlim à desintegração do império soviético, como uma “continuação” de 1968, agora definitivamente despida das ilusões de sua época – de que o colapso do sistema era iminente e que existiria alguma política alternativa para a “revolução”:

1989, como final do ensaio revolucionário mundial de 1868, era muito pior porque perdeu o incrível grau de alegria e otimismo que difundiram os revolucionários de 1968 [...] Mas era também melhor, na medida em que os últimos vestígios das ilusões da velha

⁶³ ARRIGHI, G., HOPKINS, T; WALLERSTEIN I. Antisystemic movements, Londres, Versus, 1989. In ARRIGHI, Giovanni. **Hegemonia e Movimento anti-sistêmicos**, *Os impasses da Globalização*, vol. 1, coord. Theotonio dos Santos, Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2003

⁶⁴ WALLERSTEIN op. cit., 2004, p.58.

esquerda pareciam destroçados, abrindo espaço para a reconstrução⁶⁵.

Na revisão destes artigos em 2003, Arrighi confessa a falha dos autores em prever a intensidade com que os movimentos seriam afetados nos anos subsequentes: a contra-revolução neoliberal não resultou na destruição das ilusões da família mais velha dos movimentos antisistêmicos, como os autores imaginavam, e - como não imaginavam - teve um impacto “profundamente corruptor” sobre a família mais nova de 1968.

Um dos principais fenômenos deste processo foi a proliferação – e a mudança substancial nos fluxos de capital – do chamado “terceiro setor”, a proliferação de Organizações Não-Governamentais Internacionais que se constituíram como uma espécie de núcleo central de uma nova “sociedade civil global”, formada basicamente por associações de grupos com interesses diversos não-lucrativos que progressivamente tenderam a substituir a ação estatal no campo social.

Em 2003, num contexto que seus autores já denominavam de “globalização regressiva” o anuário *Global Civil Society*⁶⁶ apresentou uma evolução do quadro de expansão de estruturas organizacionais complexas das ONGs até o final da década de 1990, (já somavam 48 mil inscritas na Associação de Uniões Internacionais em 2001, majoritariamente americanos e européias), com base nos levantamentos realizados pelo Projeto Comparativo Não-Lucrativo da Universidade de John Hopkins⁶⁷, para medir os os fluxos de ajuda oficial e humanitária de governos da OCDE a países em desenvolvimento via organizações não-governamentais. Ao final dos anos 80, esta participação chegou a 55 por cento; ao final da década de 90, ela havia caído de US\$ 2.4 bilhões de dólares para US\$ 1.7 bilhões em 1999. Em contrapartida, o fluxo privado (contribuições individuais, de fundações e de

⁶⁵ *The continuation of 1968, In:Review, n.15, v.2,pp 221-242, in ARRIGHI, Giovanni, Hegemonia e Movimento anti-sistêmicos, Os impasses da Globalização, vol. 1, DOS SANTOS, The Theotónio (coord), Rio de Janeiro, editora Puc-Rio, 2003*

⁶⁶ KALDOR, Mary; ANHEIER, Helmut; GLASIUS, Marlies. *Global Civil Society in the Era of Regressive Globalisation*. In: **Global Civil Society** 2002/3. Londres: Oxford, 2003.

⁶⁷ O relatório cita nominalmente ONGs como a Amnesty International, que em 1990 reunia um milhão de membros e contribuintes em 140 países; a International Union for Conservative of Nature, somando 735 NGOs em 78 países, 35 afiliadas, 112 agências governamentais e parecerias com um total de 10 mil cientistas de 181 países; e The Friends of The Earth, que combinava 5000 grupos locais com um milhão de membros.

corporações transnacionais) passou de U\$ 4.5 bilhões para US\$ 10.7 bilhões. Vale ressaltar aqui que os campos dominantes de operação das ONGs neste período se concentravam no desenvolvimento econômico (26.1 por cento) e o da pesquisa científica (20.5 por cento).

São dados que ajudam a entender a dificuldade manifesta de Arrighi de distinguir forças pró-sistêmicas e anti-sistêmicas na “ruptura” que observava na virada do século XX para o XXI como típica de um momento de transição hegemônica, porque via nas primeiras, muito mais que nas segundas, um papel de liderança na criação de condições para que ela se produzisse.

Por outro lado, ao observar o período de 1989-91 simultaneamente como o resultado da contra-revolução liberal e da continuação de 1968, Arrighi afirmava que “a corrupção e as divisões” não puderam evitar que forças anti-sistêmicas resistissem com algum sucesso – a partir das manifestações de Seattle e da formação e consolidação do Fórum Social Mundial, até o movimento anti-guerra de 2003. Mas deixava claro a dúvida de que essa resistência seria capaz de produzir uma estratégia na direção de um mundo mais igualitário e democrático que não se concretizou nos movimentos de 1968:

[...] Sem uma estratégia, não há nenhuma boa razão para acreditar que haja qualquer mão invisível que garantiria a transformação numa boa direção, mesmo quando e se a economia-mundo capitalista fosse desintegrada⁶⁸.

Seja como for, a corrupção e as divisões pareciam dissipadas no horizonte das forças anti-sistêmicas que fecharam o século XX e inauguraram o século XXI, a partir da histórica “batalha de Seattle”, que parou a cidade durante seis dias e levou ao cancelamento a terceira reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio ao final de 1999. Para além de seu impacto midiático, revelou-se ali uma capacidade de articulação e organização de uma sociedade civil sem precedentes na história dos movimentos, que daria um novo impulso ao ativismo anti-globalitário internacional em marcha nos anos 1990 e que examinaremos melhor no

⁶⁸ Idem. p. 113

segundo capítulo.

O ineditismo do que foi chamado “o movimento dos movimentos” consistiu sobretudo em sua complexa coalizão. O relato jornalístico que Michael Denning⁶⁹ resumiu em suas reflexões sobre uma “esquerda global” descrevia uma aliança impensável de quatro forças: grupos de ação direta que treinavam pessoas em protestos de rua através da desobediência civil e teatros de rua (como o *Ruckus Society* e a *Direct Action Network*); ONGs que organizavam campanhas ambientalistas e contra as instituições multilaterais (*Global Exchange*, *Friends of the Earth*, *Public Citizen’s Global Trade Watch*, *International Forum on Globalization*), a central sindical americana AFL-CIO, e um pequeno grupo de tendências anarquistas anônimas.⁷⁰ A publicação *The Economist* a interpretou como “a mais recente e visível vitória das ONGs numa sequência de vitórias recentes das ONGs”, uma vez que foram elas que mobilizaram os recursos para a manifestação. É uma visão apenas parcialmente verdadeira; por trás da coalizão de Seattle havia também uma aliança incomum – e impensável em 1968 - em torno de um alvo comum – a tríade central das instituições econômicas mundiais – que permitiu um notável entendimento “das duas metades da esquerda” americana que estavam divididas desde a guerra do Vietnã e de várias outras esquerdas no mundo.

Daniel Bensaïd escreveu, poeticamente, que “existem lugares em que os espíritos sopram”⁷¹, e eles sopraram em 30 de novembro de 1999, no centro de uma grande cidade americana. Ao percorrer o mundo e delinear em sua evolução uma estranha geopolítica de resistências, continuaram soprando nos anos seguintes em Millau, Praga, Genebra, Washington, Quebec, Ottawa, Gênova, Bangcoc, Dakar. Deram origem a um vendaval de

⁶⁹ DENNING, Michael: *Esquerda Global? Os movimentos sociais na era dos três mundos*. IN: **O Espírito de Porto Alegre**. LOUREIRO, Isabel; CORRÊA LEITE, José; CEVASCO, Maria Elisa (orgs). São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁷⁰ São três os breves relatos sobre a coalizão: do ponto de vista das corporações, o relatório vazado de Burson e Marsteller, *Guide do the Seattle Meltdown: a compendium for activists at the WTO Ministerial*, <http://commondreams.org>; do ponto de vista da política, mainstream, Williams Finnegan, *After Seattle*, New Yorker, 17 de abril de 2000 e, do ponto de vista da esquerda, Dan La Boltz, “Moving for Social Justice, Against the Current, set-out.2000

⁷¹ BENSÁID, Daniel. **Os Irredutíveis, teoremas da resistência para o tempo presente**. Boitempo Editorial, 2007.

reação à contra-revolução neoliberal que co-optara a “família” de 1968.

Deste ponto de vista, o primeiro encontro do Fórum Social Mundial em 2001 iria representar uma versão ampliada dos espíritos que sopraram em Seattle, com o objetivo de dar a eles um espaço de permanência. Acrescentou à complexa “coalizão” dos novos anarquistas e organizações do terceiro setor as correntes que retomavam pela autocrítica a tradição continuista revolucionária do século XX.

Entendendo 1989-91 como a “continuação de 1968”, os eventos da virada do século podem ser interpretados como a sua conclusão definitiva: o alterglobalismo é mais do que a recuperação de suas aspirações utópicas – é a tentativa de unificá-las através de uma “invenção política” sob a liderança de uma “nova família” anti-sistêmica na virada do milênio.

Esta parece ser a conclusão que podemos tirar, de forma generalizada, do internacionalismo libertário no século XXI: o de uma sociedade civil anticorporativa, “identitária”, que se utiliza das mesmas ferramentas informacionais da internacionalização do capital no sentido de uma percepção mais global dos problemas do mundo, centrada em ações transnacionais não mais contra os Estados, mas contra instituições de uma “governança global”, disposta a conceber horizontalmente, para além da concepção hegemônica gramsciana, uma “esquerda plural” que forme as bases de “uma nova civilização planetária”. São essas as premissas da utopia alterglobalista, cujas origens, impasses e contradições passamos agora a analisar.

3 OS PARADIGMAS DA ESQUERDA GLOBALIZADA

Dois momentos significativos na última década do século XX podem ser vistos como balizas iniciais do alterglobalismo que tomou forma em Seattle e se sedimentou no Fórum Social Mundial. Queremos entendê-las como marcos que envolvem percepções históricas e formas de resistência bastante distintas, mas coerentes e complementares na construção do que foi chamado “o “movimento dos movimentos” que marca substancialmente os primeiros anos do século XXI.

O primeiro momento é o levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional em 1994. Castells o define como um movimento inaugural da “guerrilha informacional”⁷². Ao criar um evento midiático de impacto simultâneo em várias partes do mundo e estabelecer uma ponte de ligação entre uma rebelião na selva de um país periférico e o mundo de riqueza, tecnologia e poder da “nova economia” que impulsionava uma “sociedade global de informação”, o zapatismo abriu uma nova janela de interpretação para a idéia do “pensar globalmente e agir localmente” (*Think globally, Act Locally*) amplamente divulgada naqueles anos. Popular entre as organizações voltadas para a causa ambientalista e devidamente capturado pela ideologia dominante⁷³, o slogan passava também a servir à causa da emancipação social.

O segundo momento se relaciona com a mudança significativa de referências que, como observa José Corrêa Leite, favoreceram novos pontos de vista sobre a forma com que as oposições à globalização neoliberal “compreendiam a si mesmas e articulavam suas iniciativas”⁷⁴. Elas se traduzem na publicação, no jornal francês *Le Monde Diplomatique*, de um

⁷² CASTELLS, Manuel. **A Força da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.97.

⁷³ O slogan *Think Globally, Act Locally* tem origem imprecisa. Foi o slogan fundador da ONG ambientalista Friends of The Earth, em 1969. O canadense “futurista” Frank Feather reclama sua paternidade desde 1972, quando foi conselheiro da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Foi por fim absorvida em fins de 80 e início dos 90 pelo mundo corporativo globalizado como forma de disseminação de raízes locais do capital transnacional através da convergência das palavras “global” e “local” - *glocal* - expressão amplamente utilizada no marketing de algumas das maiores empresas multinacionais do mundo.

⁷⁴ CORRÊA LEITE op. cit.

editorial que sintetizou e unificou a reflexão crítica sobre as transformações em curso nos anos 1990 e impulsionou as primeiras grandes articulações na Europa contra a internacionalização do capital. Com a força de um manifesto contagiante, *O Pensamento Único*, de Ignacio Ramonet, pode ser visto como a pedra de toque de um alterglobalismo no sentido inverso ao do movimento zapatista, do “global” para o “local”; a forma com que o internacionalismo emergente tenta, de certa forma, retomar o continuismo revolucionário que se perdeu no século XX.

Um e outro merecem ser melhor examinados, pelo peso que tiveram na unificação simbólica de uma multiplicidade de atores com práticas contestatárias distintas, pelas construções teóricas que originaram e por seus desdobramentos ao final da primeira década do novo século. Queremos observá-los a partir de três paradigmas que parecem orientar a resistência antiglobalitária dos anos 1990: 1) o de que a luta se trava contra um “império global” acima dos Estados, de fronteiras abertas; 2) favorecida por uma “revolução tecnológica da informação” que impulsiona a força das identidades da sociedade em rede, e 3) protagonizada por movimentos sociais internacionalizados e historicamente inéditos, apartados dos partidos políticos convencionais, ao qual sempre estiveram tradicionalmente atreladas as esquerdas.

3.1 O levante zapatista

No dia 1 de janeiro de 1994, quando entrava em vigor o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) que previa num prazo de 15 anos a eliminação total de barreiras alfandegárias entre Estados Unidos, Canadá e México, uma insurreição audaz e inesperada de três mil indígenas de diferentes etnias, concentrados num mesmo Exército Zapatista de Libertação Nacional, ocupou 38 povoados de sete municípios de Chiapas, o mais pobre estado mexicano. Exigiam a parcela que lhes cabia do “milagre econômico” prometido pelo governo, através de uma lista de dez exigências: trabalho, terra, teto, comida, saúde, educação, liberdade, democracia, justiça

e paz.

Chiapas era mais um sinal no mapa do abandono, pobreza extrema e violência a que foram historicamente submetidas as populações do campo, sobretudo as indígenas, em todo o continente latino americano. Pelo sistema político oligárquico e clientelista que vigorava há 170 anos haviam passado 160 governadores, dos quais apenas 34 constitucionalmente eleitos. Entre 1974 a 1987, quando se intensificou o movimento pela terra, as estatísticas contabilizavam 982 líderes comunitários assassinados, 1.084 camponeses detidos sem base legal, 379 gravemente feridos; 505 sequestrados ou torturados, 334 desaparecidos, 38 mulheres vítimas de estupro, 89 povoados com casas e cultivos destruídos por incêndios e alguns milhares expulsos de suas terras⁷⁵.

Quarenta por cento de sua população era indígena, de origem maia. Nos municípios em que ela superava 70% havia um médico para cada 25 mil habitantes. Apenas quatro em cada dez casas tinham água encanada. Havia um médico para cada 25 mil habitantes: entre 1984 e 1994, o número de mortes por desnutrição havia aumentado 641%.⁷⁶ Eram estes os números da convergência de quatro formas de resistência local em torno do EZLN: o trabalho de base da igreja católica, principalmente a combativa diocese de San Cristóbal, organizações de esquerda oriundas dos movimentos violentamente reprimidos em 1968, organizações camponesas autônomas e as organizações culturais tradicionais indígenas (Gómez Suárez, 2004: 55)⁷⁷.

Três aspectos marcantes sobressaem do levante de 1994, do ponto de vista de seus desdobramentos na “nova família” dos movimentos anti-sistêmicos do alterglobalismo. O primeiro é sua visível identificação com a retomada das premissas anarquistas de um socialismo utópico cuja origem se encontra nas formulações de Robert Owen e Saint Simon, ainda no século

⁷⁵ GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **Causas de la rebelión en Chiapas**. 1996. Disponível em: <<http://www.ezln.org/>>. Acesso em 10 dez. 2010.

⁷⁶ Centro de Investigaciones Económicas y Políticas de Acción Comunitaria, A.C. Las causas que originaron el conflicto armado y la deuda histórica con el pueblo indígena. 1997. No site <http://www.foodforchiapas.net/Spanish/Historia/paz/130.html>, consultado em 14 de Marzo de 2004].

⁷⁷ GÓMEZ, Suárez. **Patrones de movilización política de la acción indígena zapatista: contextos, estrategias y discursos**. Espanha: Kairos. Universidad de Vigos, 2004.

XVIII, ou o socialismo libertário de Jean Pierre Proudhon em sua crítica contundente à propriedade em 1840. Elas vivificam um projeto comunitário autônomo que não objetiva ganhar posições de poder, mas tornar visível a invisibilidade.

A liderança zapatista é deliberadamente uma liderança sem identidade, que mantém o rosto oculto pela balaclava: “cobrimos o rosto para podermos ser vistos, nossa luta é a luta dos sem-rosto”. Marcos é o “subcomandante”, o “porta-voz” dos verdadeiros “líderes”- os camponeses indígenas mexicanos. Sabe-se que não é índio nem camponês, que é um intelectual urbano, que fala várias línguas, que é bom escritor⁷⁸ e mobiliza recursos de diversas fontes, como bem descreveu Michael Löwy⁷⁹: nos ensaios, mensagens políticas e contos e nas legendárias Declarações da Selva Lacandona, há uma “herança do guevarismo, da luta de Emiliano Zapata, da teologia da libertação, da mitologia maia e das demandas democráticas da sociedade mexicana”, somada a sofisticadas abordagens literárias ocidentais. Na trajetória errática das esquerdas dos 1990, o discurso zapatista tendeu a ser identificado com a recuperação de um espírito revolucionário internacionalista em estado puro, uma espécie de “*Internacional da Esperança*”⁸⁰, como um representante do Partido dos Trabalhadores interpretou a convocatória do I Encontro Internacional para a Humanidade contra o neoliberalismo em 1996, na selva Lacandona, que reuniu quatro mil participantes:

Para todos, tudo" - dizem os nossos mortos. Enquanto não for assim, não haverá nada para nós. [...] Convidei-os a caminhar os passos dignos daqueles que não tem rosto. Chamem todos para a resistência [...] Peçam que não mandem apenas uma palavra de consolo para a nossa dor. Peçam que a partilhem (..) que se juntem a vocês para organizar a resistência, que rechacem todas as esmolas que vem da mão do poderoso. Que hoje todas as pessoas boas destas terras organizem a dignidade que resiste e não se vende, que amanhã esta dignidade se organize para exigir que a palavra que anda no coração das maiorias tenha [...] o respeito dos

⁷⁸ Em 1995, o governo mexicano divulgou a notícia da descoberta de uma suposta identidade de Marcos, jamais confirmada, como a Rafael Rafael Sebastián Guillén Vicente, ex-estudante de filosofia da Universidade Autônoma do México.

⁷⁹ LÖWY, Michael; BENSÁID, Daniel. **Marxismo, Modernidade e Utopia**. São Paulo: Xamã, 2000. In: **Forum Social Mundial, a História de uma Invenção Política**. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2003, p. 33

⁸⁰ MACHADO, João. Guerrilha na Internet. n. 33. **Revista Teoria e Debate**. Perseu Abramo, nov. dez. e jan. 1997.

que governam, que se imponha o bom caminho pelo qual quem manda, manda obedecendo⁸¹.

Por outro lado, a vinculação da questão indígena às resistências contra a nova ordem mundial, simbolizada na denúncia das consequências da adesão mexicana ao grande modelo neoliberal de formação de blocos econômicos regionais, “atualizam” o levante da Selva de Lacandona e o transportam para o contexto da globalização. As medidas adotadas na fase da preparação mexicana para o ingresso no NAFTA haviam golpeado fortemente a frágil economia campesina local, ao abolirem as barreiras alfandegárias sobre as importações de milho, acabarem com o protecionismo do preço do café e reverterem, por meio de emendas, o direito de posse comunal sobre a propriedade rural garantido pelo artigo 27 da constituição mexicana. A escolha estratégica da data da insurreição zapatista vinculava desta forma cinco séculos de opressão às novas regras de “nivelção do campo do jogo” entre parceiros desiguais ditadas pelas forças de mercado na nova ordem mundial.

Ao aplicar a teoria da mobilização de recursos na compreensão do contexto político, social e econômico em que se desenvolve o zapatismo, Manuel Ignacio Martínez Spinoza⁸² fornece os elementos de uma terceira característica, que é a forte distinção que parece tomar corpo nesses anos entre os movimentos sociais e os partidos políticos: sua capacidade de manter um grau de estruturação variável, gerar permanentemente um discurso “transversal” e atuar num cenário não institucional através de métodos sociais não convencionais (Vallès, 2001: 229-344⁸³). A estrutura flexível e as ações não convencionais formam a base do repertório de ação coletiva zapatista. Desta perspectiva, o EZLN nada mais é do que a fachada de visibilidade do movimento, apenas uma parcela de uma estratégia

⁸¹ Quarta declaração da Selva Lacandona: ver anexo.

⁸² KAIROS. **Revista de Temas Sociales**. ISSN 1514-9331 Disponível em: <<http://www.revistakairos.org>>. Publicación de la Universidad Nacional de San Luis. Proyecto Culturas Juveniles Urbanas Año 10. Nº 18 nov. 2006.

⁸³ Según un comunicado del EZLN, durante los 12 días de duración de los combates murieron 46 zapatistas y, al menos, 27 integrantes de las fuerzas federales. Cfr. “El EZLN da a conocer la lista de sus 46 caídos en los combates de 1994” La Jornada. 2004. (En línea) [México] [Consultado 14 febrero 2004]. Disponible en World Wide Web: <<http://www.jornada.unam.mx/2004/feb04/040214/009n1pol.php?origen=index.html&fly=1>>

equilibrada que une as comunidades indígenas de Los Altos e Cañadas à sociedade civil mexicana e internacional.

Jorge Luis Acanda abre o primeiro capítulo de seu livro *Sociedade Civil e Hegemonia* com uma curiosa descrição do momento em que Marcos deixa seu refugio na selva Lacandona, em 2001, para liderar uma marcha por 12 estados até a capital mexicana:

As agências de televisão transmitiram as imagens do momento em que Marcos [...] subia num potente veículo qualquer-terreno que, em vez de exibir as insígnias e slogans do EZLN, trazia uma expressão apenas, reproduzida nos três cartazes colados nos dois lados e na traseira do veículo: “Sociedade Civil”.

A idéia da sociedade civil em rede do final do século XX retorna assim, mais uma vez, ao epicentro da utopia “de um mundo novo e bom onde caibam todos os mundos”⁸⁴, que veloz e espetacularmente dissemina a originalidade do zapatismo como movimento inaugural de uma nova esquerda pós-comunista. Ela é força propulsora da solidariedade mundial que cerceia as medidas repressivas do governo mexicano e o empurra para uma negociação. O levante de 1994, que durou 12 dias de confronto, teve um saldo de algumas dezenas de mortos e feridos⁸⁵, mas foi a única ação armada do EZLN. A arma principal da estratégia zapatista tinha sido detonada a partir de uma tela de computador e estava irremediavelmente ligada à “revolução tecnológica da informação”.

Castells destaca o papel importante da rede alternativa *La Neta* no sucesso dessa estratégia⁸⁶. Concebida para a comunicação entre organizações não governamentais de mulheres com suporte da igreja católica, *La Neta* chega a Chiapas em 1993. No ano seguinte, com verba da Fundação Ford, estabelecia através de um provedor privado uma conexão on-line das ONGs locais de defesa dos direitos humanos com o Instituto de Comunicação Global em São Francisco. Em seis anos, a conexão zapatista

⁸⁴ Quarta Declaração da Selva Lacandona. In: **Forum social mundial, história de uma invenção política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 26.

⁸⁵ Segundo comunicado do EZLN, durante os 12 dias de combate morreram 46 zapatistas e 27 Soldados das forças do governo La Jornada. 2004. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2004>>.

⁸⁶ ASTELS, p. 105

se espalhava por diversos países do norte: contavam-se 79 comitês permanentes de solidariedade ao zapatismo na Europa e 45 organizações de apoio nos Estados Unidos ⁸⁷. Nascia na selva Lacandona uma fonte de renovação do “socialismo libertário” anarquista que inspirou um jovem ativismo nas principais capitais européias naquela década.

O zapatismo está na raiz da formação dos italianos *Tute Bianche*, (literalmente, Macacões Brancos), que entre 1994 e 2001 ganharam fama com o forte impacto visual da massa compacta e branca de suas manifestações, pregando a construção de novos espaços públicos através de estratégias de desobediência civil. Ganharam adeptos na Inglaterra (os chamados *Wombles*), na Espanha (*Monos Blancos*) e nos Estados Unidos, onde os integrantes do *NYC Ya Basta Collective* inovaram na cor, preferindo o amarelo ao branco quando saíam às ruas para o confronto com a polícia. Dissolveriam-se em pouco tempo, nas violentas manifestações de Gênova de 2001, que fecharam o ciclo das grandes protestos contra os órgãos multilaterais, mas sobreviveriam no *I Disobedienti* (Os Desobedientes) italiano, que se integrou à dinâmica do “movimento dos movimentos” e teve grande atuação nos primeiros anos do Fórum Social Mundial.

3.1.1 O paradigma da desterritorialização

Paradoxalmente, os zapatistas nunca se fizeram representar no FSM. De acordo com a Carta de Princípios, organizações militares não podem ser convidadas a participar dos encontros, apesar da controvérsia sobre até que ponto o EZLN, em torno do qual se articulava o movimento indígena mexicano, poderia ser considerado, de fato, um exército. Mas o fortalecimento da idéia de mudança longe das estruturas de poder tornou-se um dos mais importantes legados históricos do alterglobalismo, sobretudo na reciclagem teórica anarquista do cientista político irlandês John Holloway, de grande penetração entre os movimentos mais jovens abrigados no Fórum.

⁸⁷ GÓMEZ op. cit., 2004.

Os anos de convivência de Holloway com os zapatistas resultaram num livro muito comentado, *Mudar o Mundo sem Tomar o Poder*, uma releitura de conceitos marxistas que acredita terem se convertido com o tempo numa teoria de dominação, para transportá-los de volta à crítica radical contra o Estado, “uma forma rigidificada ou fetichizada das relações sociais”⁸⁸. Holloway centra a mudança na práxis humana, ao estabelecer a diferenciação entre o *poder fazer* e o *poder sobre*. O *poder fazer* não é individual, é parte de um fluxo social. É o processo de unir o fazer individual com o dos outros. O *poder sobre* separa a concepção da execução, o sujeito do objeto⁸⁹. É a ruptura do fluxo social do saber.

O zapatismo recupera a noção do *poder fazer* diante do “fracasso histórico” dos conceitos de reforma ou revolução com o controle do Estado ao final do século XX. Ela é a chave para “grande desafio revolucionário do começo do século XXI” :

Falhou a ideia de tomar o poder para abolir o poder. A idéia agora é muito mais exigente: é superar diretamente as relações de poder. [...] A queda da União Soviética foi mais do que a desilusão de milhões de pessoas: foi a liberação do pensamento revolucionário, a libertação em relação à revolução com conquista do poder [...] A discussão em torno da reforma, da revolução ou anarquismo não é mais relevante, porque a pergunta sobre quem controla do Estado já não tem mais sentido. (p.37)

Dessa forma, a repercussão do zapatismo nos anos 1990 se insere no crescimento de um espaço de “*antipoder*”, através do qual o descontentamento se expressa de forma mais difusa. Revela-se tanto nas “rebeliões em massa” como em Chiapas, mas também pela atuação de organizações não governamentais, nas campanhas em torno de temas específicos, projetos comunitários autônomos, “uma imensa área que quer transformar o mundo sem ter o Estado como centro e sem objetivar ganhar posições de poder.” Holloway a resume como uma espécie de “*nós*” antagônico:

⁸⁸ HOLLOWAY op. cit., 2003, p.141.

⁸⁹ Idem. p. 49.

[...] não somos o Homem, nem a Mulher, nem a Classe Operária, somos demasiado confusos para isso, divididos entre dominadores (os sujeitos visíveis) e os dominados (os sujeitos invisíveis dessubjetivados), que surge de uma sociedade antagônica. “O desacordo não se dá entre um “nós” externo contra o mundo. Ele alcança o nosso interior, nos divide contra nós mesmos.”⁹⁰.

É este “nós”, este mesmo antipoder, que Antonio Negri e Michael Hardt nomeiam “multidão”, ao assumirem o paradigma de um “Império” sem um centro territorial de poder, sem limites nem barreiras fixos. O argumento central de Hardt e Negri gira em torno da substituição de paradigmas como mola propulsora do sistema, como reação defensiva do capital à “força do movimento revelado nos momentos de revolta aberta”, como destaca Holloway. A história das formas capitalistas, afirmam os autores, é sempre uma história “reativa”.

Dessa forma, o keynesianismo do pós-guerra é uma resposta à revolução de 1917, a possibilidade de sobrevivência do sistema perante o reconhecimento da importância e da necessidade de integração da classe trabalhadora. A configuração do “Império” representa assim uma nova e grande reação, não mais exatamente à classe trabalhadora, mas à “multidão”, e sua estratégia se concentra na dissolução da soberania do Estado-Nação: nem mesmo os Estados Unidos podem “seguir em frente sem olhar para os lados” e manter a ordem global sem colaborar com os outros poderes na rede do “Império”. Como Holloway, Hardt e Negri afirmam que não há mais sentido em pensar a transformação da sociedade em termos de tomar o poder do Estado.

O que representa, exatamente, a “multidão”? É a alternativa viva que vem se constituindo dentro do Império. Não é mais a concepção unitária do povo: é múltipla, composta de inúmeras diferenças – de culturas, de raças, de etnias, gêneros, formas de trabalho, visões de mundo. No conceito marxista das *massas*, “todas as cores da população se reduzem ao cinza”; a multidão, ao contrário, é diversa, é multicolorida⁹¹. Ela é a síntese do trabalho intelectual comunicativo e afetivo que caracteriza o setor de serviços da economia informacional. Se por um lado submerge ao “trabalho

⁹⁰ Idem. p.223

⁹¹ Hardt op. cit., 2004, p.13.

imaterial” que desestrutura os laços sociais, ativa, por outro, os elementos críticos que desenvolvem o potencial de insubordinação e de revolta por meio de um conjunto de práticas de trabalho que “anulam” o título de propriedade e criam as bases para uma democracia absoluta, para uma sociedade comunista.

Holloway se distancia do enfoque paradigmático de Hardt e Negri por entender que ele apresenta um mundo ordenado de correspondência, ainda que insistam que a ordem é uma reação à desordem: “existe um desejo de capturar o novo, de classificá-lo, de rotulá-lo, de fazê-lo se encaixar na ordem paradigmática”. É significativo que a obra de Holloway abra com o “grito” - a “negatividade”, a “luta” - e termine com uma frase inconclusa: “Este é um livro que não tem (ainda?) um”... É o grito da negação que importa, a “abertura da incerteza” sintetizada em duas palavras do discurso zapatista: “perguntando, caminhamos”.

Ainda assim, podemos observar em Holloway, Negri e Hardt os paradigmas centrais que regem boa parte dos referenciais de pensamento da “nova família anti-sistêmica dos 1990”: o antiestatismo, diante da diluição das soberanias nacionais, substituída por um “reino global” que faz ruir os fundamentos de reforma ou revolução das esquerdas no século XX, mas também do novo perfil subversivo e anárquico que adquirem os movimentos sociais, seja no espaço do “antipoder”, seja na “multidão” que movimenta a “rede de redes” que é, em última instância, o grande suporte à internacionalização “guerrilha informacional”.

3.2 O Levante contra o “pensamento único”

O segundo momento que desejamos destacar nasce nas páginas da mais bem sucedida publicação de política internacional progressista destes anos, um fenômeno isolado de rebeldia diante da avalanche de sons e imagens com que o aparato tecnológico da “revolução informacional” disseminava no mundo a “missão civilizadora” da globalização, em torno de um só modo de vida e um mesmo ideal de consumo. O editorial da edição de

janeiro de 1995 do *Le Monde Diplomatique*, com o título de *O Pensamento Único*⁹², traduzia, com a objetividade da condensação jornalística, os elementos centrais de uma “doutrina viscosa” que emergiu do naufrágio dos regimes comunistas e o fim dos grandes marcos políticos dentro dos quais se moveu o século XX.

Para além da crítica da conjuntura política e econômica, o artigo de Ramonet representava uma denúncia contundente das “consciências anestesiadas” de boa parte do pensamento progressista, cooptado pelo “catequismo” da nova doutrina que transformava em “miragens” o desemprego crescente, o desastre urbano, a precarização do trabalho, o saque ecológico, a volta do racismo, dos integristas e dos extremismos religiosos”.

No ano de 1995, o “pensamento único” havia praticamente tragado a social democracia europeia através de uma “Terceira Via” cujo argumento central considerava ultrapassadas as definições tradicionais de “esquerda” e “direita”, na medida em que os “novos radicais” se encontravam entre “os pioneiros do mercado global” e os “conservadores” eram justamente os que se opunham a eles e às políticas de “ajustes estruturais”, de “transição” e de “critérios de convergência”⁹³. Ainda que tenha sido usada por uma diversidade de grupos políticos no passado, a Terceira Via ganhou contornos originais ao ser adotada pela nova geração que capitaneou as políticas desregulacionistas para o avanço da globalização financeira na era conservadora Reagan-Thatcher nos anos 1980: a de Bill Clinton e Tony Blair.

A Terceira Via foi a expressão do paradigma de uma “terceira revolução industrial” na era da globalização, que produziu uma “nova economia” e uma nova “sociedade global de informação” e provocou profundas mudanças na vida cotidiana. Suas premissas, que ultrapassaram as fronteiras do eixo anglo-americano para serem abraçadas igualmente por governos no norte e no sul, podem ser resumidas numa espécie de decálogo organizado por Anthony Giddens, um de seus principais teóricos, dos quais destacamos os seguintes pontos:

⁹² RAMONET, Ignacio. **La Pensée Unique**. Paris: Le Monde Diplomatique, jan. 1995.

⁹³ GIDDENS, Anthony. **The Consequences of Modernity**, Cambridge, University Press, 1990, in Held, David e MacGrew, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 2000.

- A reforma que permita um “enxugamento” do Estado é de alta prioridade, de forma que não controle nem o mercado, nem a sociedade civil;
- A sociedade civil tem um papel central no “novo pensamento da esquerda”, e o governo deve produzir estratégias para modernizá-la e favorecer o empreendedorismo civil;
- Um novo contrato social precisa ser elaborado vinculando direitos e responsabilidades, para introduzir mudanças no Estado do Bem Estar;
- A receita “tire dos ricos e dê aos pobres” deve permanecer a “pedra angular da política”, através de impostos progressivos sobre o patrimônio e a renda.
- Uma “economia dinâmica” de pleno emprego, que não represente uma “redistribuição econômica passiva” é uma meta factível. Exige mercados de trabalho flexíveis, adaptados à nova realidade em que a demanda por mão de obra não especializada diminui em função do crescimento da “economia do conhecimento”.
- Devem-se forjar políticas para lidar com a crise ambiental e que permitam coalizões “vermelho-verdes”⁹⁴.

A retórica da Terceira Via de convivência pacífica entre mercados não evitou que a administração Bill Clinton se envolvesse em 48 intervenções militares, “muito mais do que em toda a guerra fria” como esclarece Fiori. Um ativismo militar que incluiu “o ataque à Somália em 1992-1993, o bombardeio da Bósnia nos Balcãs, em 1995, o bombardeio ao Sudão em 1998; a guerra do Kosovo, Iugoslávia, em 1999, e o bombardeio quase constante ao Iraque, entre 1993 e 2003. Seria Clinton também o presidente a anunciar, em fevereiro de 1998, a “segunda guerra do Golfo” contra o Iraque, que acabou sendo protelada até 2003⁹⁵.

Na prática, a Terceira Via centrou-se na legitimização da idéia da “inexorabilidade tecnológica e econômica da globalização” resumida na célebre frase da Primeira-Ministra Margareth Thatcher – “*there is no*

⁹⁴ GIDDENS, Anthony (org). **O debate global sobre a Terceira Via**. São Paulo: Unesp, 2002.

⁹⁵ FIORI op. cit., 2004.

alternative” – uma “simplificação intelectual que, ao despolitizar as grandes mudanças recentes do capitalismo”, transforma todas as decisões de poder supranacionais num imperativo inapelável”⁹⁶. Nesse sentido, o artigo de Ramonet pode ser lido como expressão de uma inquietação crescente que desenhava os primeiros contornos de um novo internacionalismo europeu, cujo alvo central se deslocava em direção à nova “governança global”.

Por outro lado, o ano de 1995 pode ser visto como um ano de moldagem definitiva do arcabouço neoliberal: foi o ano de nascimento da Organização Mundial do Comércio como terceiro elemento da tríade central de instituições multilaterais (ao lado do FMI e do Banco Mundial) que passaram efetivamente a exercer a gestão da globalização mercantil, a “governança mundial” sobre a qual se assentava a segunda fase “supranacional” da globalização; foi o ano da incorporação do Tratado sobre Direitos de Propriedade Intelectual (TRIPs), que ampliou o prazo de validade das patentes, restringiu a produção de medicamentos fora do controle dos grandes laboratórios e permitiu o patenteamento dos genes, e foi ainda o ano em que o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) começou a ser secretamente negociado, no sentido de criar uma legislação internacional que, em linhas gerais, tornava absolutos os direitos dos investidores estrangeiros sobre os países.

Este é o cenário – o cenário do “fim da história”, de vitória absoluta do capitalismo liberal sintetizada por Francis Fukuyama em um dos maiores sucessos editoriais dos 1990⁹⁷ - em que a anatomia do *Pensamento Único* feita por Ramonet representa, do nosso ponto de vista, um chamado de articulação de resistências no terreno “supranacional” de governança global. Ao mesmo tempo, ela impulsiona um tipo de ativismo que reconcilia o intelectual europeu com a prática política, um elo rompido desde a “stalinização do partidos comunistas⁹⁸” que resultou igualmente numa política partidária desvinculada de uma elaboração teórica.

Ao final da década, a redação do *Le Monde Diplomatique* tornara-se um importante centro de articulação entre diferentes iniciativas de

⁹⁶ FIORI op. cit., 2002.

⁹⁷ FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o Último Homem**. Rocco, 1992.

⁹⁸ ANDERSON, Perry. **Afinidades Seletivas**. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

organizações da esquerda europeia em contato estreito com países periféricos desde os anos 1970, especialmente a América Latina, cujo foco principal passou a ser a pressão sobre as políticas econômicas das instituições multilaterais. Em sua redação nasceria, em 1998, a Associação para a Taxação de Transações Financeiras de Ajuda aos Cidadãos, que, num primeiro momento, resgatava a proposta de James Tobin de criação de um imposto sobre as transações de curto prazo de forma a limitar a especulação financeira internacional⁹⁹.

Criada e dirigida pelo diretor geral do jornal, Bernard Cassen, a ATTAC tornou-se um dos mais consistentes fenômenos do alterglobalismo, ao impulsionar um movimento independente de sindicatos, organizações civis, movimentos sociais e intelectuais que em pouco tempo somaria 30 mil membros, com mais de 200 comitês espalhados pela França e dezenas de outras representações em todos os continentes¹⁰⁰. No momento de criação da ATTAC, o jornal francês havia se tornado um acontecimento da mídia na esquerda internacional, com uma circulação de aproximadamente 1.5 milhões de exemplares no mundo. Contava com 23 edições em papel na Europa, na América Latina, no mundo árabe e na Coreia, e outras duas dezenas na internet, incluindo o Japão, a China e a Rússia.

Olhando retrospectivamente, o Fórum Social Mundial nasce umbilicalmente ligado à cronologia das iniciativas de organizações de países do norte contra a globalização neoliberal capitaneadas e/ou divulgadas a partir da redação do *Le Monde Diplomatique*:

Entre abril e junho de 1997, a primeira Marcha Europeia contra a precariedade e as exclusões termina em Amsterdã, onde se realiza a Cúpula Europeia, reunindo mais de 50 mil pessoas. Entre junho e agosto, um novo Encontro Intercontinental pela Humanidade contra o Neoliberalismo acontece em Barcelona e forma uma Ação Global entre os Povos; em outubro é

⁹⁹ A “Taxa Tobin”, como ficou conhecida a proposta do economista James Tobin, era parte de um pacote para um novo sistema de estabilidade monetária internacional depois do fim da conversibilidade do dólar em ouro anunciada por Richard Nixon, em 1971. Seu valor oscilava entre 0.1% a 0.25%. O debate em torno da taxa se renovou 20 anos depois, também através de um editorial de Ignacio Ramonet em 1997, *Desarmando os Mercados*, que, lançou a idéia inicialmente chamada de Associação para a Taxa Tobin de Ajuda aos Cidadãos.

¹⁰⁰ CASSEN, Bernard. **On the Attack**. New Left Review, 19, jan.-fev. 2003.

formado o Jubileu 2000, constituído basicamente por organizações cristãs progressistas, que iniciam uma campanha pelo cancelamento da dívida dos países pobres. Em fevereiro de 1998, quando a OCDE oficializa a proposta do AMI, é lançada uma campanha coordenada contra o acordo; em janeiro de 1999, a ATTAC realiza em Zurique, em parceria com a Coordenação contra o Acordo Multilateral de Investimentos, o Fórum Mundial de Alternativas e a rede feminista DAWN¹⁰¹, o seminário O Outro Davos, seguido de uma entrevista coletiva nas proximidades da estação de esqui; em junho de 1999, a ATTAC promove seu primeiro grande Encontro Internacional com participantes de 80 países tomando emprestado o slogan *Um outro Mundo é Possível*, de um título de outro artigo de Ramonet, de 1998¹⁰².

Assim, é correto afirmar que foi a partir do cenário europeu que se concebeu a idéia brasileira de um fórum popular nos moldes de Davos: seu slogan, seu nome batismal - Fórum Social Mundial, para acentuar a contraposição ao Fórum Econômico Mundial – sua realização em datas coincidentes a Davos, e sua própria localização em Porto Alegre é fruto de um casamento político franco-brasileiro que terminou em separação, previsível e civilizada, com as duas partes co-habitando, ainda que tensamente, um mesmo território.

3.2.1 1968: o ano se fecha

O que unifica a idéia de mudar o mundo sem tomar o poder do movimento zapatista ao ativismo intelectual liderado pelos jornalistas do *Le Monde Diplomatique* é o fato de que, através de rotas diferentes, um e outro se movem orientados por um mesmo paradigma que dominava o cenário na virada do milênio - contra um processo acelerado de globalização financeira determinada por um capitalismo desregulado, sem bandeira, com mercados e comércio livre. A “despolitização” da economia cria um inimigo sem

¹⁰¹ Domestic Abuse, Women Network, rede de mulheres com sede em Londres

¹⁰² CASSEN, op. cit., 2003.

identidade nacional: ele é “onipresente”, está ao mesmo tempo em toda a parte e em lugar nenhum; materializa-se nas políticas de instituições supranacionais de austeridade fiscal e disciplina monetária do chamado Consenso de Washington¹⁰³ que sufoca os países periféricos.

Ainda que as transformações políticas vividas ao longo da década se encarregassem de fazer emergir o antagonismo de idéias entre os dois extremos destes momentos inaugurais, a formatação de um “espírito de Porto Alegre” contra o “espírito de Davos” nasce da idéia simbólica de um combate sem fronteiras: um e outro são arenas públicas de múltiplos atores, não identificáveis para além do fato de que o primeiro materializa uma enorme “galáxia” de movimentos de todo o tipo, do sul e do norte, como observa Wallerstein, “com o objetivo de reestruturar o sistema-mundo”, enquanto que o segundo, representa uma constelação de estrelas de primeira grandeza do mundo corporativo global.

O Fórum Econômico de Davos faz parte do conjunto de instituições que integram a matriz do processo de transformações do sistema capitalista das últimas décadas. Nasce em 1971, “como uma organização independente dedicada à melhora do estado do mundo [...] por meio da criação de parcerias intelectuais e outros líderes da sociedade para definir, discutir e avançar a questão-chave na agenda global”.

Ao longo de 30 anos, o FEM procurou coordenar suas ações midiáticas e estabelecer um programa normativo em nível mundial. Em janeiro de 2001, quando Porto Alegre abrigou seu primeiro encontro internacional, Davos vinha de um ano de comemorações pelo trigésimo aniversário da organização. Seu relatório anual indicava o período de 1999/2000 como o “mais bem sucedido de sua história”, com a adesão de mais duas dezenas de transnacionais que completavam a meta inicial de reunir como membros associados um total de mil empresas, todas com receitas acima de cinco bilhões de dólares, na missão de atuarem como guardiãs da governança corporativa global¹⁰⁴.

¹⁰³ **Issues of the World Economic Forum**. Disponível em: <www.weforum.org>. Acesso em 20 nov. 2010.

¹⁰⁴ SCHWAB, Klaus. **The World Economic Forum Annual Report**. 1999/2000. Disponível em: <www.weforum.org>. Acesso em 12 jul. 2010.

Por outro lado, é possível ao mesmo tempo descartar, a partir de Davos, a idéia de um capitalismo desregulado e sem pátria: o Fórum Econômico é, acima de tudo, um ponto de encontro das grandes corporações com os dirigentes políticos dos Estados centrais. Como mesmo Negri e Hardt reconhecem, pode-se observar em Davos a forma com que “os níveis nacional e global do controle político e econômico” se completam “no centro nervoso do corpo político global”.

Desta forma, nos parece correto seguir o diagnóstico recente dos principais atores do ativismo intelectual nascido na redação do *Le Monde Diplomatique* de que o “consenso alterglobalista” na virada do milênio, em torno de um “adversário comum e homogêneo, aplicado a todos os governos e ideologicamente dominante entre as elites¹⁰⁵”, tendeu a ser gradativamente substituído por “uma floresta de racionalidades políticas” que, do nosso ponto de vista, se evidencia a partir de dois fatores importantes nas mudanças radicais do cenário político-econômico da primeira década do século XX: a invasão do Iraque, que explicita a estratégia do “poder imperial” norte-americano, e os governos progressistas que irão mudar o quadro político da América Latina e absorver aspirações dos movimentos sociais.

Entre as balizas inaugurais do alterglobalismo e os acontecimentos que culminaram, em setembro de 2008, com a quebra em cadeia das mais sólidas instituições econômicas dos Estados Unidos e a primeira crise econômica e financeira global, uma era parece se encerrar. É possível afirmar que o “longo ano de 1968” termina, inexoravelmente, em 2008. Era outro o quadro em 2001, quando o Fórum Social Mundial é lançado no Brasil, e que passamos a analisar no próximo capítulo.

¹⁰⁵ CASSEN, Bernard ; VENTURA, Christophe. **Quel altermondialisme après la « fin du néoliberalisme?** Mémoire de Luttes. disponível em: <<http://www.medelu.org>>. Acesso em: 27 set. 2008.

4 OS IMPASSES DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

A raiz franco-brasileira da grande árvore genealógica alterglobalista estimula algumas reflexões. Ela expressa, desde a sua formação, um antagonismo de visões políticas de difícil conciliação no Fórum Social Mundial, reveladores de dois dilemas cruciais que seguem acompanhando seus atores ao longo dos anos.

O primeiro deles diz respeito à forma com que a sociedade civil nele abrigada deve se relacionar com governos e partidos políticos; o segundo é a difícil construção de alternativas, que depende de um consenso aparentemente inatingível sobre uma hierarquia de prioridades na construção do que seria um sistema pós-capitalista, incompatível com o princípio de horizontalidade e abertura característicos do convívio de várias centenas de organizações não governamentais, centrais sindicais e movimentos sociais integrantes da “nova esquerda pluralista” num mesmo espaço que, por definição, deve permanecer anti-hierárquico.

É um antagonismo que não resulta exatamente de uma clivagem norte/sul, visto que são visões políticas com adeptos e adversários num e noutro hemisfério. Ainda assim, a simbologia de uma raiz bifurcada serve de instrumento para a compreensão da complexa aliança entre as forças de oposição ao neoliberalismo do centro do capitalismo, onde se forjou a matriz do velho internacionalismo socialista, e o mundo periférico sul-americano, ponto de partida da nova experiência internacionalista do século XXI.

O elo que os uniu no século XX enfrentou nos anos 1990 uma “profunda fratura” a partir da torrente de transformações sistêmicas que desaguaram no fim da União Soviética, como descreve Emir Sader. Foi quando os países centrais europeus – sob governos da própria social-democracia e de ex-comunistas - redefiniram suas áreas de influência mundial, “abandonando os países da periferia na sua condição de vítimas privilegiadas da nova ofensiva do grande capital e e das grandes corporações internacionais”¹⁰⁶.

¹⁰⁶ SADER, Emir. **A Vingança da História**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 94.

Fiori se refere a esta redefinição como fruto da última de sucessivas “revisões doutrinárias” socialista e social-democrata que terminaram por criar “um verdadeiro frankenstein teórico”, “uma camisa de força que aprisiona e paraliza a esquerda no século XXI”¹⁰⁷. De qualquer forma, é preciso mais uma vez recuar no tempo e examinar os processos recentes por que passaram as esquerdas na Europa e na América Latina para melhor compreender os dilemas da raiz bifurcada da árvore alterglobalista dentro do Forum Social Mundial.

4.1 A experiência latino-americana

Voltemos ao terceiro cenário de conflito destacado por Jorge Luis Acanda em sua análise sobre o retorno do conceito de sociedade civil nos anos 1970 (a que nos referimos no segundo capítulo), agora sob a ótica da *Utopia Desarmada* latino-americana de Jorge G. Castañeda: os anos da grande derrota na luta pelo poder tanto da esquerda armada – desde a morte de Che Guevara –, como da esquerda pacifista e reformista – desde a morte do presidente chileno Salvador Allende. Sua principal consequência foi a emergência de uma “nova esquerda social”, que afetou profundamente a concepção de militância política.

Durante as lutas contra as ditaduras, floresceram inúmeras instituições e grupos sociais de base que apresentavam, como uma de suas principais características, o fato de estarem dissociados do Estado [...] E como a resistência à ação repressora e frequentemente brutal do Estado tinha que vir de fora, e não de dentro, os “novos movimentos” eram, em boa medida, exteriores ao Estado¹⁰⁸.

Desta forma, uma inspiração “movimentista” (Castañeda, p173) crítica em relação à disputa de lógica partidária tradicional da esquerda, com um

¹⁰⁷ FIORI, José Luís. Olhando para a Esquerda Latino-Americana. **Revista Economia Política Internacional**: Análise Estratégica. n. 9, Unicamp, jul./dez. 2006, p. 17.

¹⁰⁸ CASTAÑEDA, JORGE G. **Utopia Desarmada, intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

programa estreitamente relacionado com políticas públicas (terra, moradia, água, salários, universidades, direitos humanos) vai aos poucos sacudir da letargia o protesto social esmagado pelos anos mais duros dos regimes autoritários. Os novos movimentos se tornam o combustível mais potente de uma “explosão da sociedade civil”, ao mesmo tempo em que se apaga do léxico emancipatório o conceito marxista-leninista de “luta de classes”¹⁰⁹. Como resumiu o líder do MST João Pedro Stedile:

A gente aprendeu com o erros dos mais velhos [...], que construíram organizações vinculadas com partidos políticos, e a disputa de lógica no partido sempre acaba dividindo o movimento de massa, vira *nhaca*. A segunda lição importante foi a de que era preciso organizar quadros pra organizar a produção, organizar as cooperativas, porque não adianta esperar a revolução sem ter o que comer, é preciso criar uma força econômica dos camponeses. Terceiro: não se prender a um líder, é um erro pensar que o movimento pode depender de uma pessoa, tem que ter muitas direções colegiadas. E quarto: aprendemos com a igreja a disseminar a informação: o padre não dá a bíblia pro menino que vai fazer a primeira comunhão, dá um livrinho, a cartilha, a catequese. Até hoje a gente usa muita cartilha, muita informação que se esparrama desse jeito no meio do povo¹¹⁰.

Ao lado dos movimentos sociais, um vasto e ativo universo das Organizações não Governamentais se espalha pelo continente. Boa parte delas mantém grandes vínculos internacionais e são dependentes de financiamento externo de outras ONGs, que por sua vez contam com financiamento oficial na Europa e nos Estados Unidos. Basicamente circunscritas, nos anos dos regimes autoritários, à defesa dos direitos humanos, as ONGs latino-americanas tendem a ampliar enormemente o seu espectro de ação, seja na proteção do meio-ambiente, no movimento das mulheres ou no suporte aos movimentos indígenas que ganham força a partir dos anos 1980.

Um dos elementos centrais desta nova “esquerda social” brota num solo revolvido pela transformação radical do papel da igreja católica na América Latina, principalmente pelo trabalho multiplicador das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), que se expandem por vastos territórios do

¹⁰⁹ Idem, p.200.

¹¹⁰ STÉDLE, João Pedro. Entrevista à autora, set. 2005.

continente, no campo e nos centros urbanos. Associados, em sua maioria, à teologia da libertação, estes pequenos grupos locais, quase sempre criados por representantes pastorais (bispos, sacerdotes, freitas e leigos católicos), surgem como resposta às mudanças introduzidas pelo Concílio Vaticano II, de 1962-65 e a Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín, Colômbia, de 1968¹¹¹.

As CEBs – e no caso brasileiro em especial, a tradição progressista da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - foram o principal instrumento de superação da tradicional distância que separava a igreja das classes menos favorecidas e de sua postura secular na defesa do *status quo* e do *stablishment* no poder. Eram 80 mil no país em 1968¹¹², ano do endurecimento da ditadura militar, formando um extenso serviço de comunicação para a denúncia de sequestro, tortura e morte nas prisões de opositores ao regime, e também a base da construção de um trabalho cotidiano solidário e bem estruturado nas mais variadas formas de atuação no campo social, num momento em que sindicatos, ligas camponesas, estudantes e professores universitários eram perseguidos pelo regime.

O novo movimento sindical brasileiro que daria origem ao Partido dos Trabalhadores tinha vínculos “quase orgânicos” com as CEBs, através da Comissão Pastoral dos Trabalhadores criada em 1970, que fez convergir o trabalho religioso com o operariado nos bairros industriais do ABC paulista.

Rachel Meneguello atribui à mobilização de um número significativo de movimentos populares impulsionados pelos setores progressistas da igreja católica, urbanos e rurais, um fator decisivo na convergência inédita de forças da esquerda brasileira em torno do novo projeto político pluralista do Partido dos Trabalhadores em 1980. Sua interface com as lideranças sindicais e movimentos como o MST, as organizações de esquerda de origem marxista que sobreviveram na clandestinidade, a ala mais radical de representantes da política institucional de oposição e a intelectualidade ativamente engajada no processo de redemocratização contribuiu fortemente

¹¹¹ “E assim o Concilio Vaticano II tirou o catolicismo internacional de uma posição geral conservadora e até autoritária e levou-o para outra, que apoiava a democracia, os direitos humanos e a justiça social”(Paul Sigmund, *Liberation Theology at the crossroads: Democracy or revolution?* (Nova York, Oxford University Press, 1990, p. 19, in Castañeda)

¹¹² LEVINE, Daniel H.; MAINWRING, Scott. p.15, in: Castañeda op. cit.

para que o PT se tornasse, inquestionavelmente, o primeiro grande partido de massa da esquerda brasileira.

A concepção do Fórum Social Mundial é o resultado de uma amálgama dessa militância: da esquerda movimentista e das organizações não governamentais, do trabalho de base da igreja católica e das ligações estreitas com um partido com características inéditas na história política brasileira, construído desde baixo por uma liderança capaz de absorver outros setores da sociedade civil no cenário de redemocratização do país.

As oito organizações que se unem na moldagem e criação do FSM¹¹³ estão, de uma forma ou de outra, estreitamente vinculadas às origens petistas; duas delas representam os movimentos sociais mais extensos e bem sucedidos no cenário dos anos 1980 – o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a Central Única dos Trabalhadores, ambos com uma boa quilometragem internacionalista acumulada na década de 90¹¹⁴. A parte majoritária deste G-8 brasileiro radicalmente pluralista é composta de ONGs – o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), a Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBPJ), a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG) a Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (CIVES) e a Rede Social de Justiça e Paz, vinculada à norte-americana Global Exchange e, finalmente, a ATTAC-SP, ainda que esta última tenha características e objetivos distintos das demais.

Em seu conjunto, esta é, talvez, a “marca” mais forte que ficará inevitavelmente impressa no FSM em seus desdobramentos, ainda que o comitê organizador original tenha nos anos seguintes perdido o seu protagonismo (primeiro ampliado pelos representantes do comitê organizador indiano do Fórum de Mumbai, em 2004, depois se transformando em secretaria internacional e finalmente reduzido a grupo de apoio). Ela

¹¹³ As oito organizações, de acordo com a cronologia de suas datas de fundação: Central Única dos Trabalhadores, 1983, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, 1984; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 1981, Attac- 1998, MST, 1984, CBJP, 1963, Cives, 2000, Rede Social de Justiça e Paz, 1999..

¹¹⁴ O MST ajudou a fundar em 1992 a Coordenação Latino-Americana de Organizações Camponesas (CLOC), que aglutina 32 países. A CLOC e o MST estão também na origem da primeira articulação mundial camponesa que nasce em 1996, a Via Campesina. A CUT trabalha uma vocação internacionalista desde 1987, quando começa a se consolidar uma convergência de interesses de trabalhadores do norte e do sul.

carrega o sentido da construção da utopia do “novo mundo” a partir de um caráter pedagógico, missionário, de formação de “uma grande escola de crescimento cidadão, de acordo com o ritmo de caminhada de cada um”, como expressa no modo de ver de Francisco Whitaker, representante da CBPJ figura central na arquitetura brasileira do espaço FSM:

O Fórum Social Mundial está abrindo espaço para o aprendizado de uma ação política que respeita a diversidade e o pluralismo, que não luta pelo poder mas por um exercício como serviço, na certeza de que os meios que usamos moldam os fins que alcançamos; está nos lembrando de que um mundo novo não pode ser construído com as práticas do mundo velho que queremos superar e que, portanto, é necessário construir uma nova cultura política¹¹⁵.

4.1.1 PT e FSM: relações delicadas

O elemento complicador no projeto da nova cultura política é justamente sua relação - íntima e interdependente – com um partido ascendente no quadro institucional brasileiro, num cenário bastante diferente ao dos anos de sua fundação. Foi o PT, e não as organizações não governamentais brasileiras, a grande via de acesso do Brasil ao centro do mapa globalitário contra-hegemônico, com os esforços realizados pela ATTAC-França. Em fevereiro de 2000, quando a idéia do Fórum Social Mundial foi levada por Oded Gradjew e Francisco Whitaker¹¹⁶ à redação do *Le Monde Diplomatique*, o jornalista Bernard Cassen, convencido de que o evento deveria ter como sede uma cidade de um país da periferia do capitalismo, imediatamente pensou em Porto Alegre¹¹⁷. As políticas públicas de reformas democráticas centradas no Orçamento Participativo – uma experiência que ampliava os debates orçamentários municipais para além da esfera executiva e legislativa, através de uma definição de prioridades decididas pela cidadania organizada – haviam se tornado uma referência na

¹¹⁵ WHITAKER, Francisco. **O Desafio do Forum Social Mundial, um modo de ver**. São Paulo: Editora Fundação Perseu de Abramo, 2005, p. 21.

¹¹⁶ Oded Gradjew presidia a Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania, e Francisco Whitaker a Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

¹¹⁷ WHITAKER op. cit., 2003.

esquerda européia.

Em janeiro de 2001, quando o Fórum foi inaugurado, o PT disputava, pela terceira vez (e sairia vitorioso) as eleições presidenciais brasileiras. Governava há dois anos o estado do Rio Grande do Sul, e há 12 a sua capital. Em junho do ano anterior, O FSM havia sido lançado na “órbita internacional¹¹⁸” com a aplaudida intervenção do vice-governador Miguel Rosseto na conferência alternativa organizada em Genebra durante a Cúpula Social das Nações Unidas Copenhagen + 5, onde se reuniram dezenas de organizações que se articulavam contra a globalização neoliberal. À exceção do ano de 2005, quando a continuidade petista foi rompida em Porto Alegre, o partido acolheu, financiou (ao lado das contribuições de fundações e organizações não governamentais internacionais) e esteve engajado desde a primeira hora na logística do FSM, em 2001, 2002 e 2003, assim como manteve com ele um vínculo orçamentário e participativo via instituições federais nos anos subsequentes.

Consideramos correto afirmar que a disputa por um certo protagonismo político por parte do PT no banquete de resistência internacionalista da sociedade civil servido ao mundo em 2001¹¹⁹ pesou consideravelmente nas decisões anunciadas pelo comitê organizador ao final do primeiro fórum. Diante do estrondoso sucesso internacional do evento - nele se inscreveram 4.700 organizações e movimentos, com um público estimado em 20 mil pessoas de 117 países – tornou-se clara a necessidade de dar uma continuidade a um processo que estava começando, e este processo não deveria se prender geograficamente a Porto Alegre. O anúncio na sessão de encerramento de sua “internacionalização”, através da constituição de um Conselho Internacional, e a ênfase no estímulo à realização de “outros fóruns” ao redor do mundo – continentais, regionais, locais e temáticos – veio acompanhado da proposta de seu deslocamento da capital gaúcha para qualquer lugar do mundo a partir de 2003”, onde tenham sido conseguidas as

¹¹⁸ CASSEN, op. cit., 2003, p. 32-43.

¹¹⁹ WHITAKER op. cit.

melhores condições de realização dos Fóruns de 2002”¹²⁰.

Mas o elemento mais decisivo na moldagem do FSM é a aplicação de uma metodologia identificada com princípios educacionais e de formação de mentalidades, “incubadores” de novas redes geradas por iniciativa dos que nelas participam; uma “operação epistemológica”, que Boaventura de Souza Santos nomeou “sociologia das ausências e das emergências”¹²¹ – a experiência social oculta que encontra espaço para ganhar visibilidade como experiência contra-hegemônica, através de atividades auto-gestionadas que fogem da orientação clássica. O primeiro FSM, ainda que tenha obedecido a orientação clássica de conferências, debates e “testemunhos” programados dentro de quatro “eixos temáticos”¹²², já testava esta fórmula, bastante difundida no trabalho das organizações não-governamentais. Francisco Whitaker, figura central na montagem do FSM, assim descreveu estas atividades:

O convite era para que (os participantes), livremente e na diversidade de seus objetivos, tipos e níveis de ação, viessem discutir e denunciar os impasses e riscos que o mundo enfrentava, relatar suas próprias iniciativas em face deles, propor alternativas que poderiam levar a uma efetiva construção de “um outro mundo”, intercambiar experiências e reflexões, articular-se – de forma não diretiva – para novas iniciativas visando a superação do capitalismo¹²³.

Whitaker entende estas “oficinas”, como passaram a ser chamadas, como a grande novidade introduzida no mundo político do FSM, por “permitirem uma participação mais ativa do que a passividade comum aos auditórios”¹²⁴. Do primeiro ao quarto Fórum, quando o FSM finalmente “decolou” de Porto Alegre em direção a Mumbai, na Índia, o conteúdo dos eixos temáticos foi se ampliando¹²⁵, na medida em que se ampliavam também as atividades auto-organizadas e a presença de participantes isolados, não

¹²⁰ O ano de 2002, considerado o ano de “internacionalização do Fórum, iniciou um ciclo de dezenas de fóruns continentais, regionais, locais e temáticos baseados na Carta de Princípios aprovada ainda em 2001.

¹²¹ SOUZA SANTOS op. cit., 2005, pp.21-25.

¹²² Ver anexo 3.

¹²³ WHITAKER op. cit., 2005, p.46.

¹²⁴ Idem. p. 47.

¹²⁵ Ver anexo 2

vinculados a organizações¹²⁶ no corpo do evento; ao mesmo tempo, as conferências e debates “de cima para baixo”, promovidas com convidados de projeção internacional foram decrescendo de importância, “dado o efeito prejudicial que tinham sobre as atividades auto-organizadas”.

O Forum Social da Índia, realizado no ano seguinte à invasão do Iraque, é visto como um marco pelos autonomistas do FSM. Seu comitê organizador, que conseguiu unir num só evento os múltiplos partidos comunistas locais, foi um elemento importante na radicalização da metodologia do FSM que privilegiava a autogestão. Houve uma opção clara de fazer refletir no perfil social uma posição inequívoca a favor dos grupos sociais não-reconhecidos e oprimidos. Um terço dos participantes era *dalit*, a casta mais baixa e excluída da sociedade indiana. Nos quatro dias de sua realização, o FSM foi menos um espaço de debate e mais um grande palco de catarsis coletiva e visibilidade de centenas de movimentos dedicados a diferentes causas, geralmente reduzidas ao espaço de suas comunidades.

O comitê organizador de Mumbai recebeu algumas críticas. O relatório *A Economia e a Política no Forum Social Mundial*, preparado pela *Unidade de Investigação de Economia Política* indiana, já em setembro de 2003 alertava para o desmentido das pretensões de se construir ali um “processo horizontal”, pelo fato de suas que suas decisões serem controladas por um punhado de organizações, muitas delas com recursos financeiros consideráveis e vinculadas a países que controlam a ordem mundial existente. “Seus encontros são estruturados para dar proeminência a celebridades do universo das ONGs, que propagam a visão do mundo das ONGs. As luzes permanecem focadas sobre as políticas alternativas dentro do sistema, e não para sua transformação”¹²⁷, dizia o relatório.

Mas o sucesso do evento e da autogestão indiana deram um novo impulso ao radicalismo autônomo da sociedade civil alterglobalista, em detrimento das correntes que alimentavam o projeto de sintetização de uma agenda comum global de alternativas e uma interface maior com governos e

¹²⁶ Continuamente, O FSM atraiu um número crescente de curiosos “desorganizados” em seus eventos mundiais, boa parte dedicada a uma espécie de “turismo social”. Foram, segundo os números do CO, 15 mil em 2001. 35 mil em 2003 e 50 mil em 2004. WHITAKER, Chico, p.51

¹²⁷ SOUZA SANTOS op. cit., 2005, p.83.

partidos políticos. O ano de 2005, quando o FSM volta a Porto Alegre, pode ser entendido como o ano de um “descolamento” definitivo do PT, que neste momento completava seus três primeiros anos à frente do governo brasileiro, frustrando em grande dose as expectativas de seus atores centrais. Depois de 16 anos de administração, o partido havia perdido a prefeitura da cidade, e a decisão de realizar ali o FSM, apesar da derrota de seu maior aliado, foi precedida de grande polêmica interna. É significativo o fato de que, em 2010, ao contrário de 2001, apenas duas das oito organizações fundadoras do FSM – justamente os movimentos sociais, CUT e MST – tenha permanecido vinculada ao partido.

É verdade que o primeiro governo Lula, enfrentando uma conjuntura econômica e política adversa, enviou “sinais ambíguos” para a esquerda: “não pôs em prática o programa histórico do PT, não centrou sua ação nos ideais do FSM, não fez a reforma agrária preconizada pelo MST e não incluiu o orçamento participativo em sua plataforma”¹²⁸, como lembra Emir Sader, mas a grande questão das opções do FSM estão mais relacionadas com o próprio modelo político que o impulsionou:

O protagonismo das organizações não-governamentais na luta de resistência ao neoliberalismo é um sinal do caráter defensivo – e impotente para lutar por uma hegemonia alternativa – dessa luta [...] Esse papel central das ONGs fez com que a definição do caráter do Fórum e a composição dos seus participantes assumisse uma das temáticas predominantes nos movimentos de resistência ao neoliberalismo nas duas décadas anteriores – o de espaço de aglutinação da “sociedade civil” com os significados múltiplos e difusos que esse conceito passou a ter ao longo do período”¹²⁹.

Em outras palavras, há uma tendência à hegemonia do “antipoder”, ou o “poder das ações invisíveis da política cosmopolita subalterna”, na definição de Boaventura de Souza Santos¹³⁰, que reforça a força disjuntiva sociedade civil/Estado-partidos políticos pelo questionamento das estratégias da “velha esquerda”. “A utopia crítica do FSM” é menos identificada com uma hegemonia alternativa à hegemonia “imperial” americana e mais próxima das raízes anárquicas e comunitárias do “socialismo utópico” de Gerrard

¹²⁸ SADER, op. cit., 2003, p. 89.

¹²⁹ Idem. pp 86-87.

¹³⁰ Souza Santos de op. cit., 2005, p.21.

Winstanley, Marechal, Babeuf e seus seguidores.

4.2 A experiência europeia

O lado oposto da raiz bifurcada do FSM conflita com a visão do antipoder. Seus principais atores estão em grande parte ligados às iniciativas que favoreceram a ponte entre chefes de Estado e parlamentares e movimentos sociais nos últimos dez anos, e às tentativas pela pressão permanente para a formulação de uma agenda resumida de “denominadores comuns” a serem levados aos territórios nacionais dos alterglobalistas. Em 2005, a tentativa de lançar um manifesto encabeçado por vinte intelectuais presentes ao Forum foi severamente criticada por outros grupos alterglobalista¹³¹. Um segundo manifesto foi lançado no ano seguinte no Forum de Bamako, numa conferência de celebração dos 50 anos da Conferência de Bandung¹³². A conferência proposta para o FSM de Bamako no ano seguinte, Um segundo manifesto lançado no ano seguinte numa atividade Relacionam-se com menos desconforto com as hierarquias e os partidos políticos; têm um vínculo estreito com a política institucional e uma familiaridade histórica com o poder. Compreender este lado do campo político em que se situam os fundadores europeus do FSM implica em examinar melhor a “gestão socialista” no velho continente durante o século XX, com o auxílio do foco de luz que José Luis Fiori direciona sobre o debate doutrinário e as experiências governamentais da esquerda europeia .

Fiori deixa deliberadamente de fora do debate o comunismo burocrático produtivista, que entrou em crise nos anos 1990, para observar a evolução da equação “liberdade = igualdade econômica = fim ou diminuição do peso da propriedade privada” a partir das idéias do “ liberalismo revolucionário”, da “democracia radical”, e do “socialismo utópico” que se disseminaram nos séculos XVII, XVIII e XIX. Eram teses que não traziam embutido o problema

¹³¹ *Manifesto de Porto Alegre, 12 propostas para Um outro Mundo Possível. Ver anexo VI.*

¹³² *Appel de Bamako, Ver anexo V.*

da conquista do poder, porque defendiam experiências econômicas comunitárias, cooperativas ou solidárias de democracia direta ou participativa. Excluídas as revoluções comunistas, que coletivizaram a propriedade privada e construíram economias de planejamento central, a questão do poder se coloca para as esquerdas européias através dos “ajustes” sucessivos por que foram passando as idéias de Marx através das “rodadas revisionistas” que moldaram os governos socialistas em diferentes períodos do século XX.

O primeiro revisionismo, sob a liderança de Eduard Bernstein, surge, curiosamente, durante o violento processo de internacionalização do capital ao final do século XIX, que muda a natureza do sistema e da própria classe operária na contramão da “pauperização crescente” prevista por Marx. O “ajuste” de Bernstein se vinculava fundamentalmente às exigências de competição eleitoral dentro das regras de luta parlamentar, mas indicava o caminho do socialismo não mais como meta final, mas como “agente de uma permanente transformação do capitalismo”¹³³.

A equação original “liberdade = igualdade = fim ou diminuição da propriedade privada” vai mudar significativamente a partir da segunda “rodada revisionista”, que culmina com o congresso da social democracia alemã em 1959. Foi a hora, segundo Fiori, que os socialistas deixaram de apostar na “crise final” do sistema e passaram a apostar na combinação de políticas keynesianas de crescimento e pleno emprego com uma política fiscal de construção de redes estatais de infra-estrutura e proteção social universal que se expande por todo o continente através do estado do bem estar social. A equação, a partir desse momento, se torna “liberdade política = igualdade econômica = crescimento econômico = sucesso capitalista”, abraçada por uma parcela significativa da esquerda européia, na hipótese de que “políticas pró-capital teriam consequências pró-trabalho e pró-igualdade”. Em outras palavras, o sucesso do capitalismo se torna condição indispensável do sucesso da própria esquerda.

A terceira rodada revisionista se dá no processo da nova onda de internacionalização do capital, 100 anos depois da primeira. É o momento em

¹³³ FIORI op. cit., 2006.

que socialistas e social-democratas abandonam o keynesianismo e a própria defesa do estado do bem estar social e adotam as políticas neoliberais propostas inicialmente pelos governos conservadores anglo-saxões, adaptando suas idéias ao “mundo globalizado e desproletarizado” de que Giddens fala em a Terceira Via, operando uma definitiva desmontagem da unidade e da identidade da esquerda europeia.

De ‘revisão em revisão’, os partidos de esquerda europeus abriram mão, primeiro, da idéia de revolução socialista e depois do próprio socialismo como objetivo ou “estado final” a ser alcançado a longo prazo. Mais a frente, deixaram de lado o projeto de socialização da propriedade privada e, no final do século XX, abriram mão, inclusive, das políticas de crescimento, pleno emprego e proteção social universal que foi a sua principal contribuição no século XX¹³⁴.

Este “frankenstein teórico”, construído com “remendos e convicções cada vez mais pragmáticas”, explica em parte o declínio social-democrata e socialista nos governos da Europa ao longo da primeira década do século XXI. Em 2002, governavam 15 estados da União Europeia. Hoje, como escreve Ramonet, “quando a crise financeira provou o impasse moral, social e ecológico do ‘ultraneoliberalismo’, este poder se reduziu a apenas cinco estados, “três dos quais (Grécia, Portugal e Espanha) em processo de se afogar no descrédito e na impopularidade pela aplicação, com mão de ferro, dos programas de austeridade e políticas antipopulares exigidos pela lógica da União Europeia e seus cães de guarda”¹³⁵.

Desse ponto de vista, é mais fácil compreender as razões que levam a esquerda independente europeia à qual se alinham os fundadores franceses do alterglobalismo a se identificar com a esquerda latino-americana que opera uma “inflexão sincrônica” do do continente que acompanha os 10 primeiros anos do Forum Social Mundial¹³⁶, na linha inversa do que acontece no continente europeu. Não é por acaso que o historiador Eric Hobsbawm, ao lançar seu décimo sexto livro com o título sugestivo de *How to Change the*

¹³⁴ FIORI op. cit., 2006, p. 17.

¹³⁵ RAMONET, Ignacio. **Social Démocratie, fin de cycle**. Mémoire des Luttes. mar. 2010. Disponível em: <www.medelu.org>. Acesso em 21 abr. 2010.

¹³⁶ No Brasil, em 2001 e 2006 e 2010; na Venezuela, com a reeleição de Hugo Chavez em 2000, 2002, 2004 e 2006; na Argentina, em 2003 e em 2007; na Bolívia, em 2005 e 2009; no Chile, em 2006; no Equador, em 2005 e 2009; no Uruguai, em 2004 e em 2009, no Paraguai, em 2008 e na Nicarágua, em 2006.

*World*¹³⁷, confessa que a América Latina é a única parte do mundo em que ainda se sente em casa, onde as pessoas falam e conduzem políticas com uma “linguagem” que ele ainda reconhece¹³⁸.

É esta esquerda, que tenta abrir espaço outra vez depois do radical deslocamento da polaridade “capitalismo/socialismo” para o eixo “democracia(liberal)/autoritarismo”¹³⁹ que caracterizou o final do século XX. A ela se alinham organizações ao norte e ao sul presentes no FSM, como a filipina Focus on the Global South, com sede em Bangcoc, o Forum Mondial des Alternatives, o Centre Tricontinental, da Bélgica, e o Forum du Tiers Monde, com sede em Dakar, o Centro Latino Americano de Ciências Sociais, entre várias outras organizações do continente) que impulsiona a complexa relação entre governos e partidos políticos dentro do fórum. É ela que “anima”, por assim dizer, o debate na chamada “Assembléia dos Movimentos Sociais”, um “espaço” mais radical e abrangente dentro do “espaço” FSM para o qual costumam convergir as ações políticas mais proativas e midiáticas.

4.2.1 Duas visões de um processo

A divergência entre métodos e ações do que deve ser uma “nova cultura política” se traduz, também, nas dificuldades causadas pelo crescimento exponencial (e na maior dificuldade de obtenção de um “consenso” que substitui as votações tradicionais quando se trata de aprovar decisões) do Conselho Internacional do FSM. Em junho de 2001, quando foi instituído em São Paulo, o Conselho Internacional contava oficialmente com 55 organizações, majoritariamente das duas regiões. Em 2004 elas eram 130, sendo que 66,6% tinham sede na Europa e na América Latina (33,3%,

¹³⁷ HOBBSAWM, Eric, **How to change the World, Tales of Marx and Marxism**. Londres: Little Brown Book Group, 2011.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ SADER, Emir. **A Nova Toupeira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

respectivamente)¹⁴⁰. Em 2009, quando o número de organizações chegou a 160¹⁴¹, o CI havia realizado um total de mais de duas dezenas de reuniões em cidades ao redor do mundo (Dacar, Barcelona, Florença, Porto Alegre, Miami, Mumbai, Passignano, Utrecht, Nairobi, Parma, Berlim, Belém, Abuja, Rabat, Montreal, México) onde a correlação de forças se mantinha a mesma.

O minucioso relatório produzido após a reunião do Conselho Internacional realizado entre março e abril de 2005 em Utrecht, na Holanda¹⁴², é ilustrativo dos impasses nesta correlação. Num resumo da avaliação de seus participantes sobre os aspectos “positivos” e “negativos” do FSM realizado em janeiro em Porto Alegre, é possível destacar, de um lado, a crítica à “perda de rumo” político alterglobalista diante “das mudanças significativas” registradas em diferentes países, ao “superdimensionamento metodológico” de atividades-autogestionadas, que “gera um sentimento de confusão” entre os participantes e à “falta de uma agenda comum” com a qual todos possam se identificar e ao fato de que o FSM tende a “girar em falso” em função de seu “gigantismo” e da “fragmentação de propostas”. Do outro lado, o entusiasmo com o “avanço” da representatividade da sociedade civil nas atividades auto-gestionadas, o “intercâmbio produtivo de experiências” e o “progresso” da articulação das “redes de redes”, que preserva a “energia vital” do Fórum Social Mundial são vistos como aspectos positivos e sinais de sua capacidade de permanecer no cenário mundial.

O antagonismo destas duas visões parece se acentuar ainda mais na segunda metade dos anos 2000. O formato “policêntrico” do FSM de 2006, com eventos mundiais praticamente simultâneos em Bamako, no Mali, Karachi, no Paquistão e Caracas, na Venezuela, evidencia claramente uma divisão, reconhecível sobretudo na grande concentração de movimentos sociais populares neste último e de organizações não governamentais nos dois primeiros. No ano seguinte, em Nairobi, no Quênia, é possível observar um claro predomínio das grandes ONGs transnacionais no corpo “auto-gestionado” do evento: juntas, a Action Aid, a Solidar e a Caritas respondiam

¹⁴⁰ SOUZA SANTOS op. cit., 2005, p.75.

¹⁴¹ Ver anexo 3

¹⁴² Relatórios e documentos do conselho internacional. Disponível em: <www.forumsocialmundial.org>. Acesso em 25 jan. 2011.

por nada menos que 101 atividades.

Entretanto, o distanciamento pronunciado da raiz bifurcada de onde brota o internacionalismo horizontalista do FSM não explica por si a curva descendente da proposta do FSM que tendemos a identificar a partir deste momento. O alterglobalismo nasce como um espaço inédito de convergência de forças anti-sistêmicas num momento de resistência fragmentada e defensiva, que co-habitam um vazio teórico que ainda não foi preenchido. Ele não é, e dificilmente se tornará, uma instância capaz de se transformar em força política “real”.

Cassen fornece uma boa ilustração deste espaço ao compará-lo com uma linha de trem de metrô em movimento¹⁴³. Algumas de suas organizações seguem do princípio ao fim da linha; outras sobem numa estação para descer mais adiante, algumas tentam circular por todo o corpo do trem e outras se limitam a um único vagão. É possível que nenhuma delas saia da viagem exatamente da forma com que entrou; mas o que vale ressaltar na ilustração de Cassen é exatamente a idéia de uma linha do trem, que implica num percurso determinado, com ponto de partida e outro de chegada: talvez sejam estes os limites que se colocam para o autonomismo da “sociedade civil global”.

Uma das poucas tentativas de sistematização das centenas de idéias que circulam anualmente na grande feira de alternativas do outro mundo possível foi realizada com base nos documentos de 2002 pelos acadêmicos e ativistas William F. Fisher e Thomas Ponniah¹⁴⁴. Em 2005, este mesmo repertório foi melhor sintetizado e apresentado no “Manifesto de Porto Alegre”, que circulou pelo espaço do FSM em busca de adesões. Vinha assinado por um grupo de intelectuais¹⁴⁵ e foi alvo de grande polêmica, por ser interpretado por seu comitê organizador e determinadas correntes

¹⁴³ CASSEN, Bernard Cassen. **Une râme de metro en mouvement**. Mémoire des Luites, 2007.

¹⁴⁴ FISHER, William F.; PONNIAH, Thomas. **Another World is Possible: Popular Alternatives to Globalization at the World Social Forum**, Londres, Zed Books Ltd, 2003.

¹⁴⁵ Os signatários do documento foram: Adolfo Pérez Esquivel; Aminata Traoré; Eduardo Galeano; José Saramago; François Houtart; Armand Matellar; Boaventura de Sousa Santos; Roberto Sávio; Ignacio Ramonet; Ricardo Petrella; Bernard Cassen; Samuel Luis Garcia; Tariq Ali; Frei Betto; Emir Sader; Samir Amin; Atílio Borón; Walden Bello e Immanuel Wallerstein.

políticas como uma tentativa de “apropriação” e “verticalização” do processo alterglobalista. Independente das discussões internas e do ponto de vista estritamente analítico, o conteúdo do “Manifesto de Porto Alegre” é, certamente, o que melhor traduz, de forma clara e concisa, através de 12 pontos centrais levantados sistematicamente em todos os eventos, e que representam os passos mais importantes na construção do “outro mundo possível”. São eles:

1. Anulação da dívida dos países do sul, « que já foi paga várias vezes, e que constitui, para os estados credores, os estabelecimentos financeiros e as instituições financeiras internacionais, a forma privilegiada de manter a maior parte da humanidade sob sua tutela”. Esta medida deve ser acompanhada da restituição aos povos destes países a estes países “as somas gigantescas que lhes foram roubadas por seus dirigentes corrompidos” . .
2. Aplicação de impostas internacionais sobre as transações financeiras (em particular a taxa Tobin, sobre o capital especulativo), sobre os investimentos diretos estrangeiros, os lucros consolidados das transnacionais, as vendas de armas e as atividades de grande emissão de gás na atmosfera. Como ajuda pública ao desenvolvimento que deve chegar a 0,7% do produto interno dos países ricos, estes recursos devem ser utilizados na luta, contra as grandes pandemias e para assegurar o acesso total da humanidade à água potável, ao teto, à energia, à saúde, aos medicamentos, à educação e aos serviços sociais.
3. Desmantelar progressivamente todas as formas de paraísos fiscais, judiciários e bancários que são o abrigo do crime organizado, da corrupção, dos tráficos de todo o tipo, da fraude e das evasões fiscais, das operações delituosas das grandes corporações e de alguns governos. Estes paraísos fiscais não se reduzem a alguns estados constituídos em zona livre, mas se integram também às legislações de alguns países desenvolvidos. Como medida primeira e emergencial, é preciso taxar fortemente os fluxos de capital que entram ou saem nestes “paraísos”, assim como os atores financeiros que tornam possíveis estas malversações de grande

envergadura.

4. Fazer do direito ao trabalho, à proteção social e à aposentadoria de cada habitante do planeta, respeitando a igualdade entre homens e mulheres, um imperativo das políticas públicas, tanto as nacionais como as internacionais..
5. Promover todas as formas de comércio equitável, substituindo as regras livre-cambistas da OMC por mecanismos que permitam, no processo de produção de bens e serviços, buscar progressivamente um alinhamento de normas sociais (tais como consignadas nas convenções da Organização Internacional do Trabalho) e ambientais. Excluir totalmente a educação, a saúde, os serviços sociais e a cultura do campo de aplicação do Acordo geral sobre o comércio dos serviços (AGCS) da OMC. A convenção sobre a diversidade cultural atualmente em negociação na UNESCO deve fazer valer explicitamente o direito à cultura e às políticas públicas de suporte à cultura sobre o direito de comércio.
6. Garantir o direito à soberania e à segurança alimentar de cada país ou comunidade de países pela promoção da agricultura camponesa. Este direito deve conter a supressão total das subvenções à exportação dos produtos agrícolas, em primeiro lugar pelos Estados Unidos e a União Européia, e a possibilidade de taxas as importações a fim de impedir as práticas de dumping. Da mesma forma, cada país ou comunidade de países deve ter condições de decidir soberanamente pela interdição da produção e a importação de organismos geneticamente modificados destinados à alimentação.
7. Interditar de todas as formas a patente sobre os conhecimentos e seres vivos (humanos, animais e vegetais), assim como toda a privatização dos bens comuns da humanidade, a água em particular. :
8. Lutar, em primeiro lugar, junto às diferentes políticas públicas, contra todas as formas de discriminação, sexismo, xenofobia, racismo e antisemitismo. Reconhecer plenamente os direitos políticos, culturais e econômicos (inclusive a matriz dos recursos naturais)

dos povos indígenas.

9. Tomar providências urgentes para pôr um fim ao saque do meio ambiente e à ameaça de graves mudanças climáticas provocadas pelas emissões de gás e à proliferação de meios de transporte e ao desperdício das energias não renováveis. Exigir a aplicação dos acordos, convenções e tratados existentes, masmo ainda insuficientes. Ccolocar em marcha um outro modo de desenvolvimento baseado na sobriedade energética e a administração democrática dos recursos naturais especialmente a água potável, em escala planetária.
10. Exigir o desmantelamento das bases militares dos países fora de suas fronteiras, e de todas as tropas estrangeiras, er le démantèlement des bases militaires des pays qui en disposent hors de leurs frontières, et le retrait de toutes les troupes étrangères, salvo aquelas sob mandato expresso da ONU.
11. Garantir o direito à informação e o direito de informar aos cidadãos sobre as legislações, extinguindo a concentração da mídia em grupos gigantes de comunicação ; garantindo a autonomia dos jornalistas em relação a seus acionários ; favorecendo a imprensa sem fins lucrativos, especialmente as mídias alternativas e comunitárias. O respeito destes direitos implica no estímulo do contra-poder da cidadania, sob a forma de observatórios nacionais e internacionais das mídias.
12. Reformar e democratizar em profundidade as organizações internacionais e fazer prevalecer os direitos humanos, econômicos, sociais e culturais, como prolongação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esta reforma implica na incorporação do Banco Mundial, do FMI e da OMC no sistema de mecanismos de decisão das Nações Unidas. Em caso de persistência das violações da legalidade internacional pelos Estados Unidos, será necessário transferir a sede das nações Unidas de Nova York para uma outra cidade do Mundo, de preferência no Sul.

Abolição da dívida externa dos países pobres, através da liberação de recursos das economias dependentes drenados pelo sistema financeiro

internacional para combater a pobreza e promover o desenvolvimento.

Controle de capitais, na origem e no final das operações financeiras, com a instituição de depósitos obrigatórios de reservas para reduzir as operações ilegais e suprimir os paraísos fiscais; criação de impostos internacionais para a redistribuição de riquezas (como a proposta de aplicação da Taxa Tobin sobre a circulação do capital financeiro).

5 OS LIMITES DO MUNDO POSSÍVEL

Uma breve análise da assimilação do repertório de propostas alternativas que resumimos no capítulo anterior permite estabelecer uma relação entre elas e a reconfiguração política da América do Sul, a partir da grande virada democrática à esquerda que inaugura o século XXI no continente. Não por acaso, seus mais proeminentes chefes de estado foram os únicos a prestigiarem os FSM até 2009, nos eventos realizados no Brasil e na Venezuela¹⁴⁶.

Para citar alguns exemplos: a defesa do software livre como direito universal de comunicação; a recuperação de recursos naturais privatizados e a preservação do livre acesso aos bens comuns; a adoção de algumas modalidades de regulação sobre a livre circulação do capital; a rejeição definitiva à implantação da Área de Livre Comércio das Américas, e sua substituição por políticas visando uma integração regional independente de fortalecimento do bloco latino-americano: a economia solidária, como promotora da inclusão social de um grande contingente da força de trabalho mantida à margem da economia capitalista (visivelmente impulsionada nos últimos anos pelos governos da Bolívia, do Equador e do Brasil¹⁴⁷) e as pressão conjunta de países do Sul na direção de mudanças da legislação internacional e de reforma das instituições multilaterais : há uma clara identificação entre algumas bandeiras alterglobalistas no Fórum Social Mundial e a atuação de governos que, liderados por homens e mulheres que não pertencem às elites políticas tradicionais - eleitos e reeleitos pelo voto de cidadãos que, de forma inédita, reconhecem neles sua imagem e semelhança – defendem valores de soberania e igualitarismo na contramão do ideário neoliberal e, sobretudo, da histórica relação de dependência de seus países

¹⁴⁶ Na condição de candidato às eleições presidenciais, Lula compareceu ao Fórum de 2001 e, já na condição de presidente, prestigiou os demais eventos realizados em Porto Alegre, em 2002, 2003 e 2005, e em Belém, em 2009. Hugo Chavez esteve presente no Fórum de 2003. Em 2009, um encontro com movimentos sociais foi articulado por participantes franceses, cubanos e brasileiros, com a presença de Hugo Chavez, Evo Morales, Fernando Lugo e Rafael Correa. Os cinco presidentes se encontraram num segundo evento promovido pelo comitê organizador do FSM.

¹⁴⁷ O governo brasileiro criou em 2003, uma Secretaria especial de Economia Solidária no Ministério de Trabalho e Emprego, sob responsabilidade do economista Paul Singer.

dos Estados Unidos.

Observando esta mudança do ponto de vista da evolução do quadro que traçamos da “nova esquerda social” pós-derrota da “velha esquerda” – tanto armada como desarmada - na década de 1970, tendemos a identificar no processo sul-americano uma recuperação do sentido que Gramsci empresta à relação sociedade civil /Estado, que pode ser resumida na equação “estado = sociedade política + sociedade civil”, tal como interpretada por Acanda:

A sociedade civil é o cenário legítimo de confrontação, aspirações, desejos, objetivos, imagens, crenças e projetos que expressam a diversidade constituinte do social. A habilidade do grupo que detém o poder não reside em impedir as manifestações dessa diversidade, e sim cooptá-las para seu projeto global de construção da trama social. A isso se chama hegemonia¹⁴⁸.

Por outro lado, é preciso entender esta “recomposição hegemônica” no contexto global da grande “ressaca” do declínio da utopia da globalização e das marcas profundas que ficaram impressas no sistema, para além da disputa “autonomia”versus “hegemonia” com que se defronta permanentemente o internacionalismo reunido no Fórum Social Mundial.

Voltemos ao padrão do “duplo-movimento”recorrente no sistema capitalista do século XX estudado por Karl Polanyi, segundo o qual uma reação de sobrevivência e autoproteção social se põe em movimento contra o “moinho satânico”dos mercados autoregulados que rege o princípio da acumulação de riquezas: de forma simplificada e atual, a tese de Polanyi é de que a angústia gerada pela transformação crescente de mercadorias em commodities acaba por impor uma regulação negociada e a reversão do próprio regime que gerou esta transformação.

A primeira reação ao capital desregulado - e às crises que desembocaram em duas guerras mundiais - resultou na “grande transformação”sistêmica nas “décadas de ouro” do chamado “liberalismo embutido”e do Estado do Bem Estar Social; seu movimento pendular se deu através de um conjunto de mudanças que enfraqueceu o estado pela

¹⁴⁸ ACANDA, op. cit., p.175

derrubada de fronteiras dos mercados, a reconcentração do poder e a mundialização do capital financeiro: a “segunda grande transformação”, para retornar à comparação de Fiori, posta em marcha a partir dos anos 1970.

Seguindo a linha de raciocínio de Polanyi, podemos entender o mundo que emerge da grande “ressaca” provocada pela crise global de 2008 como ingressando numa segunda etapa do “duplo movimento” que ainda não tem nome e, como sugere Robert Wade, talvez venha a se tornar “um período marcado mais pela falta de acordo do que por qualquer consenso”¹⁴⁹.

É cedo para entender esta segunda etapa. Mas o que parece rigorosamente novo neste período independe da idéia do “caos sistêmico” ou da “crise terminal do sistema capitalista” a que se referem os autores neomarxistas cujos trabalhos expusemos no primeiro capítulo. É o fato de que, exatamente nestes dez primeiros anos do século, o movimento de “autoproteção nacional e social”, pela primeira vez na história do capitalismo, está começando pela periferia do sistema mundial, com as relações Sul-Sul adquirindo “uma densidade material importante e expansiva” no mundo do capital e do poder, trazendo consigo “uma grande mobilização social e política” a favor de transformações sociais e igualitárias das sociedades mais afetadas, e sem a existência prévia de guerras e destruições massivas¹⁵⁰.

Esta é uma das formulações de José Luis Fiori em sua tese de retorno a uma nova geopolítica das nações que acreditamos ser crucial para qualquer debate visando uma construção teórica “pós-neoliberal” no século XXI, e que permanece alheia às análises das esquerdas reunidas no Fórum Social Mundial. Para compreender melhor o seu significado, é preciso sintetizar o arcabouço que sustenta sua esta teoria, a partir de duas premissas básicas: 1) o sistema interestatal capitalista é composto por Estados em permanente expansão e submetidos, permanentemente, a uma “pressão competitiva”; 2) não existe a menor possibilidade de que a liderança da expansão econômica do capitalismo saia - alguma vez - das mãos dos “estados-economias nacionais” expansivos e conquistadores.

¹⁴⁹ WADE, Robert. Financial Regime Change? **New Left Review**. n. 53 set./out. 2008.

¹⁵⁰ FIORI, José Luis. **A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul**. v.6, n.2, Oikos, 2007a.

5.1 As regras do jogo

A premissa 1 parte da idéia de que o atual sistema interestatal capitalista formado no século XVI foi uma criação do poder - o poder conquistador – nascido de um momento em que os estados, num movimento simultâneo, definem as suas fronteiras e se expandem para fora da Europa. Sua engrenagem econômica mundial é um subproduto desta expansão competitiva e conquistadora, que se internacionaliza e se transforma em impérios coloniais.

Em linhas gerais, Fiori parte das lacunas da teoria de Braudel sobre a “economia mundo européia” na distinção que faz dos conceitos entre “economia de mercado e capitalismo”: na tese braudeliana, o mercado é o lugar das trocas e dos ganhos “normais”; o capitalismo, por outro lado, é o “antimercado”: o lugar onde “os grandes predadores” acumulam “os grandes lucros”¹⁵¹. O que se torna difícil em Braudel, Fiori assinala, é transitar dos seus “jogos da troca” para a teoria dos “grandes predadores” sem a mediação do poder e das guerras¹⁵², que têm pouco destaque em sua forma de observar o nascimento europeu do capitalismo.

Fiori identifica lacunas semelhantes em Marx. Sua teoria sobre o modo de produção capitalista não abre espaço “relevante”, para os conceitos de território, de nação e de competição e luta interestatal: fica igualmente difícil de transitar da “origem e acumulação primitiva” para sua dedução teórica do valor e das leis de acumulação capitalista.¹⁵³

Desta forma, sua pesquisa direciona a investigação para a “necessidade da conquista” como elemento-chave do motor que impele a formação do sistema interestatal capitalista. Esta força, ele diz, não está nem dos “jogos da troca”, nem do mercado, nem do assalariamento da força de trabalho. Está nos “jogos das guerras” da idéia de preparação permanente

¹⁵¹ BRAUDEL. Os jogos das trocas. p.403 e **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro, Rocco, 1987, cap. 2. In: FIORI op. cit., 2007, p.15.

¹⁵² Fiori op. cit., 2006, p. 15.

¹⁵³ Idem, p. 15.

para a guerra, na visão de Maquiavel¹⁵⁴, ou da necessidade permanente de conquista e defesa, onde só existe espaço para os que conquistam e os que se defendem - “pois a guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar a batalha é suficientemente conhecida”- na visão de Hobbes¹⁵⁵. Em outras palavras, para usar uma definição de Norbert Elias recorrente na obra de Fiori, “quem não sobe cai”. Ou, de forma mais explicitada:

Não há Direito pautando as relações entre os Estados que seja igual ao que é válido dentro de seus territórios. Não existe um aparato de poder de aplicação geral que possa fazer cumprir tal Direito Internacional. A existência de um Direito internacional sem estrutura correspondente de poder não pode ocultar o fato de que, a longo prazo, as relações entre nações são governadas exclusivamente pelo poder social relativo de cada uma, e que qualquer mudança neste último [...] significa uma automática redução do poder social dentro de outros países¹⁵⁶.

A passagem de Elias é ilustrativa da premissa de Fiori sobre a origem da formação dos estados-economias nacionais: foram as guerras que deram origem aos primeiros poderes territoriais europeus e se constituíram na principal atividade dos estados nacionais, através da conquista permanente de novas posições monopólicas e de acumulação de riqueza. Sobre este sistema de “compulsão expansiva” paira a idéia, em última instância, da conquista de um poder cada vez mais global sobre territórios e populações cada vez mais amplos e unificados, e - o que precisamos destacar – “até o limite teórico da monopolização absoluta e da constituição de um império político e econômico mundial”.

O historiador Charles Tilly explica este “limite teórico” a partir da idéia de que o controle de um Estado sobre o sistema é determinado pela relação entre os custos marginais de suas mudanças territoriais, políticas e econômicas e os lucros marginais deste processo. Assim, a emergência e o declínio de impérios são em grande parte funções da geração e da perda de

¹⁵⁴ “Portanto concluo que, sem armas próprias, nenhum principado está seguro, ou melhor, depende totalmente da sorte, não havendo valor que o defenda com fé, na adversidade. MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

¹⁵⁵ HOBBS op. cit., 2004.

¹⁵⁶ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Formação do Estado e Civilização. v. II. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

excedentes econômicos.

Se a relação entre o crescimento do poder de um estado e seu controle sobre o sistema internacional fosse linear, o resultado seria a formação de um império universal. Isto não pode acontecer, porque ao mesmo tempo forças compensatórias entram em jogo para frear o impulso de expansão, que são os custos crescentes da expansão e os retornos decrescentes se este processo continua crescendo. Quando a expansão chega ao ponto de que suas mudanças no sistema não são mais lucrativas, o sistema tende a retornar a um estado de equilíbrio, porque os custos marginais de mais expansão ficam iguais ou maiores que os lucros marginais da expansão¹⁵⁷.

Tilly aplica este mesmo critério para as hegemonias anglo-saxônicas que sucederam os impérios do século XIX com a revolução industrial, a britânica e a norte-americana. No mundo moderno, ele escreve, a consolidação doméstica e a expansão dos mercados mundiais “complementaram, e parcialmente, suplantaram, a expansão territorial”, mas não a lógica de expansão de poder que deveria culminar com um “monopólio econômico global”. Mas há sempre um momento inevitável de choque entre crescimento e expansão, ou de geração de forças opostas, que terminam por enfraquece-la.

Na visão de Fiori, este limite nasce do próprio princípio da pressão competitiva que rege o sistema: a constituição do “império mundial” por um estado até o limite do desaparecimento de seus competidores significaria também que este estado não mais teria como continuar aumentando seu próprio poder, ou seja, estaria destruindo o próprio mecanismo de acumulação e riqueza que mantém o sistema mundial “em estado de expansão desordenada, desequilibrada e contínua”.

5.1.1 Os limites do poder

No vendaval dos acontecimentos em sequência depois da queda do

¹⁵⁷ TILLY, Charles. **War and Change in World Politics**. Cambridge, Cambridge University Press, 1981, p.163.

muro de Berlim, em 1989, os Estados Unidos definiram o poder e a hierarquia do sistema mundial e lançaram as bases de uma nova etapa hegemônica, a de seu poder imperial. A guerra do Golfo, ou “Guerra das Estrelas”, como a mídia a chamou, que através do bombardeio impiedoso de Bagdá ofereceu ao mundo, em tempo real, o espetáculo de um aparato tecnológico que mudava completamente a concepção política e a base estratégica e política do poder bélico americano, redesenhou de forma radical, a nova hierarquia militar do mundo¹⁵⁸ e “o projeto imperial americano”. Não foi imediatamente percebido, em função do “pensamento único” que disseminou a euforia da globalização financeira, da derrocada soviética e da crença do “fim da história” e da “nova revolução informacional” que, em conjunto, construíram o “império financeiro mundial”. O fato é que esta estratégia só se tornou explícita aos olhos do mundo a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001. Mas, muito antes dos ataques terroristas, é possível ressaltar no mapa geopolítico o que representou a reconfiguração de poder do projeto americano:

O movimento de ocupação começou pelo Báltico, atravessou a Europa Central, a Ucrânia e a Bielorrússia, passou pela ‘pacificação’ dos Bálcãs e chegou até a Ásia Central e o Paquistão, ampliando as fronteiras da OTAN, mesmo contra os votos dos europeus. Ao terminar a década, a distribuição geopolítica das novas bases militares norte-americanas não deixa dúvidas sobre a existência de um novo poder militar global, com o controle centralizado de uma infra-estrutura mundial de poder, com mais de 700 bases ao redor do mundo, com acordos de “apoio militar recíproco” com cerca de 130 países, com o controle soberano de todos os oceanos, e com a capacidade de intervenção instantânea em qualquer ponto do espaço aéreo mundial¹⁵⁹

Ao mesmo tempo, é possível afirmar que o limite teórico do projeto imperial americano começa a se evidenciar justamente a partir dos atentados terroristas. Fiori destaca dois aspectos fundamentais nesta espécie de final de linha: a evidência da impossibilidade de sustentação de um império sem colônias por parte de uma nação que não tem mais como arcar com os custos de um sistema colonial; e o sucesso da estratégia americana na Ásia, que

¹⁵⁸ FIORI, José Luís. **A Nova Guerra**. In: 60 lições dos 90. Petrópolis: Vozes, 2001, p.50-57.

¹⁵⁹ FIORI op. cit., 2007, p.9.

gerou uma realidade que lhe escapa ao controle – não há mais como frear a expansão econômica da China nem conceber qualquer processo hegemônico que não conte com a parceria chinesa.

Examinando mais de perto o primeiro aspecto: os limites da “Guerra nas Estrelas” se tornaram claros a partir da necessidade de conquista territorial para ampliar as posições norte-americanas. Mas as invasões do Afeganistão e do Iraque na sequência de 11 de setembro terminaram por revelar a impossibilidade americana de reconstrução nacional nos países derrotados e os obstáculos para qualquer definição de seus objetivos a longo-prazo, depois de constituírem governos tutelados nestes países.

O segundo aspecto do “limite teórico” do projeto imperial norte-americano a ser destacado se relaciona à premissa 2 de Fiori – de que não existe a menor possibilidade de que a liderança da expansão econômica do capitalismo saia - alguma vez - das mãos dos “estados-economias nacionais” expansivos e conquistadores.

Se admitimos que está em curso um novo “movimento de autoproteção nacional e social” que ineditamente começa pela periferia do sistema mundial, não há como dissociar a “densidade material importante e expansiva” das relações Sul-Sul no mundo do capital e do poder sem levar em conta o fato de notório de que o crescimento do PIB mundial está sendo puxado pelos chamados países “emergentes”¹⁶⁰. Está em curso uma mudança substantiva das relações econômicas entre Ásia, África e América Latina que estão redesenhando o sistema mundial e nesta mudança há uma clara convergência de interesses, no sentido de um amplo projeto de redistribuição mais igualitária do poder e da riqueza concentrados pelos oligopólios dos países centrais.

Mas é também uma mudança carregada de conflitos. Em primeiro lugar, ela envolve uma disputa de recursos naturais escassos e estratégicos. Índia e China, que detêm juntas um terço da população mundial, vêm

¹⁶⁰ Segundo dados do Banco Mundial, o crescimento dos países em desenvolvimento deve atingir 6,1% em média até 2012, enquanto os países centrais não ultrapassarão a marca de 2,6%. A projeção é de que estas economias ultrapassem as dos países desenvolvidos antes de 2015. *The Day after Tomorrow: a Handbook on the Future of Economic Policy in the Developing World*, Canuto Otaviano e Marcelo, Giudale, <http://blogs.worldbank.org>

crecendo a taxas de 10 e 6% ao ano, mas são países dependentes da importação de óleo e outras matérias-primas. Em 2020, a China estará aumentando seu consumo energético em 150%, e a Índia em 100%. Esta demanda tem influenciado fortemente nas mudanças de crescimento na América do Sul, onde as importações, exportações e investimentos asiáticos liderados pelos chineses apresentaram a taxa média de crescimento de 43% ao ano¹⁶¹. A China é em boa parte responsável pelo crescimento latino-americano ao longo da década. Há dois anos, o volume de comércio entre Brasil e China desbanca seu maior e mais tradicional parceiro, os Estados Unidos. A disputa pelos recursos africanos também se acelera. A China e Índia consomem hoje quase 30% das exportações do continente.

Em segundo lugar, é visível o afastamento progressivo da China do bloco de pressão dos países do sul na Rodada de Doha para a revisão de acordos na Organização Mundial de Comércio tão cara aos ativistas do FSM. Na visão de Fiori, o comportamento da China tende a ser cada vez mais o de uma grande potência, “como todas as que fazem, ou fizeram parte, do sistema mundial”.

Em terceiro lugar, ainda do ponto de vista de Fiori, a crise expansiva do império americano reacendeu a competição entre os Estados, e ao mesmo tempo, evidenciou uma “incapacidade de intervenção unilateral” dos Estados Unidos, com aumento dos graus de incerteza e de liberdade de ação das velhas e novas potências”.

Por fim, o futuro da nova expansão global chinesa, que no presente tem sido fiel a um “modelo tradicional diplomático e mercantil”, restrito à luta pela hegemonia no sudeste asiático, pode seguir duas direções: o do caminho “de todas as grandes potências do sistema mundial”, combinando expansão econômica com expansão militar-militar global, neste caso enfrentando a resistência e o poder anglo-americano, ou repetindo o que já ocorreu no século XVII, com a fusão dos interesses econômicos anglo-holandeses, e no século XX, com a fusão dos interesses angloamericanos.

A segunda hipótese de Fiori parece caminhar na direção da tese dos ciclos hegemônicos de Giovanni Arrighi, segundo a qual todas as vezes que

¹⁶¹ Dados da Organização Mundial de Comércio. Jornal Valor, 8 jan. 2010.

os processos de acumulação de capital alcançaram seus limites, o estado que controlava as fontes mais abundantes de excedentes de capital passou a promover, organizar e regular uma nova fase de expansão capitalista, de escala e alcance maiores que a anterior. Ou, precisando melhor, há uma “associação” estreita entre a potência declinante e a potência emergente. Ainda que existam diferenças marcantes no processo associativo anglo-americano e sino-americano, o que vale destacar é que, assim como foram os Estados Unidos para a Inglaterra após a primeira guerra mundial, a China tornou-se a maior credora dos Estados Unidos, com investimentos estrangeiros que em 2010 atingiram a marca de 105,7 bilhões de dólares.

Sendo assim, podemos entender o “limite teórico” da expansão americana como sinal de seu declínio hegemônico, da mesma forma como é entendido pelos teóricos neomarxistas, sobretudo se levarmos em conta o conceito de hegemonia no sentido gramsciano adotado por Arrighi – “a capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”, que historicamente implica em algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema”, uma combinação de sentimento e coerção. Maria de Conceição Tavares nomeou ironicamente esta fase da hegemonia americana, que dura até a década de 70, de “hegemonia benigna”. Arrighi vê no processo desencadeado nos anos 70 o declínio da hegemonia americana, ainda que a “dominação” dos Estados Unidos sobre o mundo continue se estendendo sobre o mundo no século XXI.

De qualquer forma, “limite teórico” ou “crise hegemônica”, não se trata, como Fiori enfatiza, de uma “crise terminal” do poder americano. A história da associação anglo-americana mostra que o “declínio” hegemônico não representa exatamente uma queda. Do nosso ponto de vista, o exemplo inglês, mais do que na famosa frase de Elias - “quem não sobe cai” - parece se encaixar na idéia de “cair para cima”, um jargão jornalístico que designa o posto da empresa para o qual é transferido um executivo de boa biografia que perde efetivamente o poder, mas mantém, ou supera, o seu padrão de remuneração.

De qualquer forma, está claro que do “limite teórico” de expansão, ou do “declínio hegemônico”, emergem dois aspectos novos e importantes: o de

que a reaproximação americana com a China a partir de 1970, terminou por torná-la indiscutivelmente o grande estado vitorioso da era da globalização neoliberal; e que o fim do projeto imperial americano, tão curto quanto a própria utopia da globalização, coincide com a universalização, ao final do século XX, da inovação europeia dos “estados economias nacionais”. No início do século XX, havia apenas 57 nações. Hoje elas são 192. A fragmentação do sistema mundial é consequência desta universalização, que originou várias estruturas políticas e econômicas regionais e multiplicou as lutas pela liderança ou hegemonia dentro destes subsistemas, “uma espécie de etapa prévia indispensável aos candidatos à luta pelo poder global.

Na coletânea de artigos que publicaram ao final da década do século XX, Giovanni Arrighi e Beverly J. Silver fazem uma advertência profética:

O choque entre as civilizações ocidentais e não ocidentais está mais no passado que à nossa frente. O que temos pela frente são as dificuldades implícitas na transformação do mundo moderno em uma comunidade de civilizações que reflita a mudança do equilíbrio do poder entre as civilizações ocidentais e não ocidentais, antes de mais nada na civilização sinocêntrica que ressurge. Quão drástica e dolorosa será essa transformação – e se de fato ela acabará resultando em uma comunidade, e não na destruição mútua das civilizações mundiais – é algo que depende, em última instância, de duas condições. Primeiro, depende da inteligência com que os principais centros da civilização ocidental consigam adaptar-se a uma situação menos destacada, e segundo, de os principais centros da civilização sinocêntrica reemergente poderem ou não colocar-se, coletivamente, à altura da tarefa de fornecer soluções sistêmicas para os problemas sistêmicos deixados pela hegemonia americana.

¹⁶²

Este parece um mundo distante dos encontros festivos do FSM, onde a China permanece a grande ausente do debate sobre “outro mundo possível” que atravessa a primeira década do século XXI, talvez parte da desorientação das esquerdas em relação ao “capitalismo de Estado” de um país governado pelo Partido Comunista.

Cabe aqui retornar à visão realista de Fiori: não existe, dentro do sistema mundial, nenhum “ator”, ou “sujeito histórico” unitário, com “o destino manifesto” de salvar ou melhorar a humanidade.

¹⁶² ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e Governabilidade**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001b.

No mundo das grandes potências e dos demais Estados e economias nacionais, não existem bons e maus, nem melhores ou piores, em termos absolutos. O que existe são Estados que, em determinados momentos da história, assumem posições mais ou menos favoráveis à paz e à “justiça internacional”. Mas, mesmo nesses casos, há que se distinguir a retórica da ação concreta, porque todas as grandes potências já foram colonialistas e anticolonialistas, pacifistas e belicistas, liberais e mercantilistas e quase todas elas, além disso, já mudaram de posição várias vezes ao longo da história¹⁶³.

5.2 A volta à geopolítica das nações e o O FSM

Chama a atenção o fato de que o repertório de diagnósticos e propostas alterglobalistas continue sendo praticamente o mesmo desde a fundação do FSM, apesar dos visíveis deslocamentos da geopolítica mundial, e do fato de que as relações Sul-Sul entre estados e governos estão mudando o cenário internacional na nova década. Ao tratar de seus temas sobre a paz, o Fórum Social Mundial não leva em conta que:

i. Nos dez primeiros anos de sua existência como espaço de convergência de movimentos sociais e organizações antisistêmicas, a China desenvolveu um novo sistema de ataque e destruição de satélites com tecnologia até então só dominada pelos Estados Unidos e a Rússia; a Índia acelerou o desenvolvimento de um sofisticado sistema balístico, com um arsenal atômico e um dos exércitos mais bem treinados da Ásia. Seu programa nuclear, iniciado nos anos 1960, atingiu sua maturidade no auge dos “exuberantes anos 90”, com as explosões nucleares de 1998 e 1999. .

ii. Em 2008, ano da detonação da crise econômica global que deu origem a uma série de reflexões alterglobalistas sobre a “crise sistêmica da globalização financeira” que estão na origem do diagnóstico de “crise de civilização planetária (econômica-financeira, alimentar e energética) do Fórum Social Mundial de Belém no ano seguinte, o Instituto Nacional de Pesquisas para a Paz de Estocolmo divulgava um relatório registrando um recorde absoluto mundial em termos de recursos para o setor militar em dez

¹⁶³ FIORI, José Luis. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI (org). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 57.

anos: US\$ 1, 4 trilhão, 45% a mais do que em 1988. Quase metade deste valor era debitado na conta dos Estados Unidos; mas na América do Sul os gastos haviam subido 50%, liderados pelo Brasil, Colômbia e Venezuela; a China havia quadruplicado seus recursos militares.

Estes são apenas dois exemplos de um descompasso – claramente reconhecido por algumas correntes alterglobalista, é preciso dizer - entre o rápido retorno ao fortalecimento das fronteiras nacionais, da competição mercantilista e à disputa pelas hegemônias regionais e as formas de resistência antiglobalitárias tal como foram formuladas em sua origem.

Na bibliografia sobre o Fórum Social Mundial o ano de 2003 é um ano-chave. São inúmeros os autores que reconhecem ali a maior e mais bem sucedida manifestação do alterglobalismo promovida pelas articulações de sua “rede de redes”. No dia 15 de fevereiro daquele ano, mais de 30 milhões de pessoas saíram simultaneamente às ruas em dezenas de países para protestar contra a iminente invasão do Iraque. Foi, sem dúvida, uma prova de coesão e organização. Um mês depois, no dia 20 de março, à revelia do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Iraque era invadido pelas tropas americanas com o reforço de uma “coalizão” da Inglaterra, da Itália, da Espanha e de Portugal.

Este descompasso entre intenção e resultado é um sinal, no nosso entender, do modelo de pressão contra-hegemônica desenhado pelos alterglobalistas. Não por acaso, a publicação inglesa *Global Civil Society*, que monitora o trabalho das Organizações não Governamentais pelo mundo, já revelava neste mesmo ano um ponto de vista cético sobre o futuro do alterglobalismo: “no momento em que a soberania nacional está de volta ao palco do discurso político”, escreviam seus autores, é possível que os historiadores do futuro observem a “sociedade civil global, tanto como conceito quanto como prática, como um fenômeno “próprio ao discurso dos anos 1990.”¹⁶⁴

O discurso alterglobalista seguiu a lógica de seu tempo “pós-modernista”, com seus princípios de contingência, fragmentação e heterogeneidade, sua hostilidade a qualquer noção de totalidade, sistema,

¹⁶⁴ ANDERSON op. cit.

estrutura, processo e grandes narrativas” como o descreve Ellen Wood¹⁶⁵: “um mundo em que diversidade e diferença dissolveram todas as antigas certezas e todas as antigas universalidades”. No universo do sistema interestatal que acabamos de descrever, o avanço ou retrocesso das lutas democráticas não poderia mais ser entendido como um avanço tecnológico, antiestatal, horizontal e autoregulado, porque ele passa inevitavelmente, pela questão do avanço de poder.

Ao final da década, é difícil avistar no horizonte “o espírito de Porto Alegre” de 2001. Sobretudo porque o fosso entre os dois pedaços da raiz bifurcada se amplia, diante do esforço de uma parcela de seus integrantes no sentido de reposicionar o espaço de encontros alterglobalista à altura da etapa atual de disputa hegemônica, o que significaria, em última instância, transformá-lo num outro movimento.

A proposta para a criação de uma “Quinta Internacional¹⁶⁶”, repercutiu favoravelmente entre algumas correntes do FSM. O alterglobalista Eric Toussaint, do Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM), a descreveu como uma possível nova “frente permanente de partidos, movimentos sociais e redes internacional, sem um alto nível de centralização”¹⁶⁷, como instrumento de “convergência de ação e elaboração de um modelo alternativo”, sem implicar na dissolução da IV Internacional, de tendência trotskista, que sobrevive, fragmentada, até os dias de hoje¹⁶⁸.

Por mais insólita que possa parecer a idéia de uma nova Internacional diante do cenário que acabamos de descrever, o fato é que na nova etapa do capitalismo ainda sem nome – e provavelmente marcada mais pela falta de acordo do que por qualquer consenso” - há uma tendência a se pensar novas

¹⁶⁵ WOOD, Ellen Meiksins. **A Democracia contra o Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 220.

¹⁶⁶ Disponível em: <<http://www.aporrea.org>>. Acesso em 21 nov. 2009.

¹⁶⁷ TOUSSAINT, Eric. **Em entrevista a Marga Tojo Gonzales: O capitalismo absorverá o Fórum Social Mundial? America Latina em Movimento 9ALAI**. 4 jun. 2010. Disponível em: <www.alainet.org>. Acesso em: 5 abr. 2010.

¹⁶⁸ A IV Internacional Socialista (1938) foi fundada na França por seguidores de León Trotsky, depois que a III Internacional, ou Komintern, nascida na Rússia de 1919, foi considerada perdida para o stalinismo. A I internacional (1864), criada em Londres como Associação Internacional dos Trabalhadores, so a presidência de Marx, teve vida curta e se dissolveu em 1876 em função de divergências entre marxistas e anarquistas. A II Internacional (1889) que se reuniu pela primeira vez em Paris, expulsaria os anarquistas no ano seguinte, mas terminaria esvaziada pelo apoio de vários de seus integrantes à Primeira Guerra Mundial.

formas de internacionalismo “decolando” de determinados setores do Forum Social Mundial na segunda década do século XXI. Se ela pode ter uma sorte melhor do que suas antecessoras, ou se, de fato, uma nova cultura política internacionalista na esquerda mundial está ainda por acontecer, este é um capítulo novo da história, que ninguém pode ainda escrever.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refazer o caminho tortuoso percorrido neste trabalho para uma conclusão final, uma forte imagem impressa na memória se sobrepõe à reflexão: a de um imenso globo terrestre, impulsionado pela multidão, que voa sem rumo sobre a massa compacta de cabeças reunidas nos Fóruns Sociais Mundiais, carregando a idéia viva de que o mundo a elas pertence. Se uma imagem vale mais que mil palavras, esta é a síntese do que representou a utopia alterglobalista ao longo da primeira década do século XXI: a de um processo emancipatório carregado de subjetividade, rompido com o passado e ainda revestido da negatividade que percorreu três décadas na longa esteira dos movimentos libertários de 1968: “não sabemos ainda o que queremos, mas sabemos o que não queremos”.

Sua força e seus ensaios de criatividade política foram uma resposta contundente ao curto espaço de tempo que ficou conhecido como “a era da globalização”, quando o determinismo neoconservador fazia crer que a história tinha chegado ao fim. Foram geradas no contexto adverso de derrota das esquerdas ao final de um mundo bipolar, da “nova economia”, da “revolução” do ciberespaço, e da “rede de redes”, do encolhimento dos estados e na derrubada das fronteiras nacionais, assim como a idéia de que uma sociedade civil autônoma e independente construiria um novo mundo para além das estruturas do poder.

O alterglobalismo e a restauração liberal conservadora da globalização se entrelaçam no processo desencadeado no sistema mundial capitalista ao final dos anos 1960. A lenta arquitetura de um violento projeto de internacionalização do capital e a emergência de uma sociedade civil anticorporativa, “identitária” e antiestatista são pólos opostos que caminham inexoravelmente juntos, até o início do século XXI. Se 1990 foi uma continuação de 1968 e o projeto neoliberal nasceu de um declínio da hegemonia americana - e de sua “retomada” através de um projeto imperial que foi se esgotando à medida em que o novo século se aproximava – estamos diante de uma nova etapa. 1968 chegou finalmente ao fim, assim como a utopia da globalização neoliberal.

Para entender o que foi esta era – e também a renitente esperança que acompanha o pensamento rebelde de que nos encontramos a um passo da falência sistêmica e de uma crise terminal da civilização planetária – buscamos confrontar esquemas interpretativos do sistema mundial moderno da tradição histórica da esquerda presentes no Fórum Social Mundial com a tese realista de José Luis Fiori. O ponto de partida de Fiori é a centralidade do estado na formação do sistema, não o “capital em geral”. Este ponto nevrálgico de diferença no entendimento da formação do sistema mundial moderno, que não nasce do mercado, mas da necessidade de conquista e da acumulação de riquezas permanente a partir das fronteiras européias que vão sendo delimitadas a partir do século XV, oferece outra lógica para o funcionamento de um sistema mundial e sua natureza competitiva e expansionista. É a que melhor explica, do nosso ponto de vista, o parêntesis histórico da utopia globalitária neoliberal num sistema interdependente da geopolítica das nações.

Esta nos parece a perspectiva mais acertada para entendermos o significado da primeira forma de internacionalismo nascida no século XXI. A restauração liberal conservadora da autoregulação dos mercados teve vida curta. Os encontros do Fórum Social Mundial atravessaram a segunda metade da primeira década com fôlego reduzido, politicamente mais divididos, “desalojados” de sua perspectiva unificadora globalista dos primeiros anos, cujo principal campo de ação eram as forças “visíveis” da globalização, simbolizadas nas instituições multilaterais, e de certa forma atropelados pelo retorno à geopolítica das nações, que desloca a arena de luta para o local onde na verdade ela sempre foi travada – dentro dos estados.

Mas é possível, sem dúvida, situar os cinco FSMs realizados na América Latina no quadro das vitórias democráticas e expressivas de governos de esquerda no continente ao longo desses anos, que encampam boa parte de seus repertórios de alternativas, devido à força de movimentos sociais combativos que convergiram para seu espaço. Não existe um só modelo nessas transformações que vive o continente e são muitos os caminhos que levam ao futuro: keynesianismo, socialismo do século XXI, desenvolvimentismo com inclusão social. A América Latina tornou-se o

grande laboratório de reconstrução das esquerdas mundiais – das inevitáveis reformas por que o sistema cubano tende a viver nos próximos anos ao aparente resgate dos princípios originais da social democracia no Brasil - num momento em que a esquerda europeia vive uma profunda crise de identidade. Do ponto de vista de suas conquistas, pode-se dizer que o Fórum Social Mundial foi, acima de tudo, um Fórum Latino-Americano.

Por fim, é do nosso entendimento que qualquer forma de internacionalismo, diante de tantas mudanças, precisa reconstruir teorias capazes de dar conta de tantas mudanças no curto espaço de uma década, a partir do ineditismo de uma “nova” geopolítica das nações em que, pela primeira vez, e no espaço de uma década, as relações Sul-Sul se estreitam num novo patamar “material e expansivo”, ao lado de uma grande mobilização em favor de transformações sociais igualitárias, como assinala Fiori.

Em seu livro sobre o Fórum Social Mundial, Boaventura de Sousa Santos abre o primeiro capítulo com uma frase de Ernst Bloch: “as utopias têm o seu horário”. Conceitos e desejos de sociedades melhores variam quanto à forma e conteúdo de acordo com o tempo e o espaço. Expressam as “tendências e latências” de uma determinada época. Constituem uma “consciência antecipatória” que amplia sinais e traços das realidades emergentes. Não há dúvida de que a utopia neoliberal da “globalização” já ficou para trás. É possível que o horário de sua “utopia crítica” tenha chegado ao seu limite.

O Fórum Social Mundial pode seguir seu curso, sem influência ou novidade, em frequência modulada, como aliás continua seguindo o seu oposto, o Fórum Econômico Mundial. Ou, para não deixar o globo terrestre cair sobre as cabeças da multidão, reconciliar sua sociedade civil com o Estado e deslocar sua utopia crítica para as transformações do equilíbrio de poder entre as civilizações ocidentais e orientais, num século que, talvez, não seja mais anglo-saxão.

REFERÊNCIAS

- ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade Civil e Hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- ALEXANDER, Geoffrey. Citizen and enemy as symbolic classification: on the polarizing discourse of civil society. Londres, Sage, 1998. In: ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade Civil e Hegemonia**.
- AMIN, Samir. **Beyond Bandung**: awakening of the South. 2007. Disponível no site <<http://www.zeleza.com>>. Acessado em 12 out. 2011.
- AMIN, Samir. **Capitalism in the age of globalization**. Londres: Zed Books, 1997.
- AMIN, Samir. **Condições para uma Resposta Eficiente por parte do Cone Sul**. p.p.10-11. Disponível em: <<http://www.grap.org.br>>. Acessado em 23 jan. 2010.
- AMIN, Samir. **El hegemonismo de Estados Unidos y el desvanecimiento del proyecto europeu**. Espanha: El Viejo Topo, 2001.
- Amin, Samir. **El imperialismo colectivo**. Buenos Aires: IDEP, set. 2004.
- ANDERSON, Kenneth; RIEFF, David. **Global civil society, a sceptical view**. IN: Civil Society. Londres: Sage Publications, 2005.
- ARRIGHI Giovanni; SILVER, Beverly J. **Capitalism and World (dis)order**: Review of International Studies, 27, 2001a.
- ARRIGHI, G., HOPKINS, T; WALLERSTEIN I. Antisystemic movements, Londres, Versus, 1989. In: ARRIGHI, Giovanni. **Hegemonia e Movimento anti-sistêmicos, Os impasses da Globalização**. v. 1, Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2003.
- ARRIGHI, Giovanni. Hegemonia e movimentos anti-sistêmicos. IN: **Os impasses da Globalização – Hegemonia e contra-hegemonia**. v. 1. SANTOS, Theotonio dos (coord). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003.
- ARRIGHI, Giovanni: **O Longo Século XX**. São Paulo: Unesp, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e Governabilidade**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001b.
- ARRIGHI, Giovanni; WALLERSTEIN, Immanuel; HOPKINS, Terence. The Continuation of 1968. IN: Review, n.15, v. 2. **The Antisystemic Movements** Londres: Verso, 1992.
- BENSAID, Daniel. **Os Irredutíveis, teoremas da resistência para o tempo presente**. Boitempo Editorial, 2007.
- BRAUDEL, Fernand. **Écrits sur l’Histoire**. Paris: Flammarion, 1985.

BRAUDEL, Fernand. **Le Temps du Monde, Civilization matérielle, économie et capitalisme**. V. 3. Paris : Le Livre de Poche, 1979a.

BRAUDEL, Fernand. **Les Jeux de l'échange, Civilization matérielle, économie et capitalisme**. vol. 2, Paris, Le Livre de Poche, 1979b.

CASSEN, Bernard Cassen. **Une râme de metro en mouvement**. Mémoire des Luites, 2007.

CASSEN, Bernard ; VENTURA, Christophe. **Quel altermondialisme après la « fin du néoliberalisme?** Mémoire de Luites. disponível em: <<http://www.medelu.org>>. Acesso em: 27 set. 2008.

CASSEN, Bernard. **On the Attack**. New Left Review, 19, jan.-fev. 2003.

CASSEN, Bernard. **Tout a commencé à Porto Alegre..mille forums sociaux**. Paris: Mille et une nuits, 2003.

CASTAÑEDA, JORGE G. **Utopia Desarmada, intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A Força da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**. Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS. Manuel. **A Sociedade de Redes**. Castells, Paz e Terra, 1997.

CORRÊA LEITE, José. **Fórum Social Mundial, A história de uma invenção política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel; WATANUKI, Joji. **The Crisis of Democracy, Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Comission**. New York University Press, 1975.

DENNING, Michael: Esquerda Global? Os movimentos sociais na era dos três mundos. IN: **O Espírito de Porto Alegre**. LOUREIRO, Isabel; CORRÊA LEITE, José; CEVASCO, Maria Elisa (orgs). São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DIAMOND, Larry. Towards Democratic Consolidation. Journal of Democracy. Baltimore, v.5, n.3, 1994. In: ACANDA, Jorge Luis, **Sociedade Civil e Hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Formação do Estado e Civilização. v. II. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FIORI, José Luis. **A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul**. v.6, n.2, Oikos, 2007a.

FIORI, José Luis. **A nova geopolítica do sistema mundial no início do**

Século XX. Trabalho apresentado no Segundo Workshop Internacional do Projeto BRICS. Disponível em: <<http://www.unicap.br/Neal/artigos/ProfFiori.pdf>>. Acesso em 17 nov. 2010.

FIORI, José Luís. A Nova Guerra. In: **60 lições dos 90**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FIORI, José Luis. **As grandes transformações III**, in **60 lições dos 90, uma Década de Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FIORI, José Luís. **Internacionalismo e Poder Social** in **60 lições dos 90, uma década de neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIORI, José Luis. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI (org). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

Fiori, José Luis. **O Poder Global**. Boitempo Editorial, 2007.

FIORI, José Luís. **O Poder Global**. São Paulo: Boitempo editorial, 2007b.

FIORI, José Luís. **O Voo da Coruja**., Rio de Janeiro, Record, 2003.

FIORI, José Luís. Olhando para a Esquerda Latino-Americana. **Revista Economia Política Internacional: Análise Estratégica**. n. 9, Unicamp, jul./dez. 2006.

FISHER, William F.; PONNIAH, Thomas. **Another World is Possible: Popular Alternatives to Globalization at the World Social Forum**, Londres, Zed Books Ltd, 2003.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o Último Homem**. Rocco, 1992.

GIDDENS, Anthony (org). **O debate global sobre a Terceira Via**. São Paulo: Unesp, 2002.

GIDDENS, Anthony. **The Consequences of Modernity**, Cambridge, University Press, 1990, in Held, David e MacGrew, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 2000.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GÓMEZ, Suárez. **Patrones de movilización política de la acción indígena zapatista: contextos, estrategias y discursos**. Espanha: Kairos. Universidad de Vigos, 2004.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **Causas de la rebelión en Chiapas**. 1996. Disponível em: <<http://www.ezln.org/>>. Acesso em 10 dez. 2010.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Record, 2004.

HARVEY, David. **Organizing for the Anti-Capitalist Transition**. Disponível em: <www.grap.org.br>. Acesso em 21 jan. 2010.

HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity: an enquiry into the Origins of Cultural Change**. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

HELD David David; MACGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

HELD, David. Democracy and the Global Order: From the Modern State to Cosmopolitan Governance. Cambridge: Polity Press, 1995. In HELD, David, MCGREW, Anthony. **Prós e Contras da Globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HIRST, Paul. **The Global Economy: Myths and Realities**, International Affairs, 1997.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOBBSBAWM, Eric, **How to change the World, Tales of Marx and Marxism**. Londres: Little Brown Book Group, 2011.

HOLLOWAY, John. **Mudar o Mundo sem tomar o Poder**. São Paulo: Boitempo, 2003.

Issues of the World Economic Forum. Disponível em: <www.weforum.org>. Acesso em 20 nov. 2010.

KAIROS. **Revista de Temas Sociais**. ISSN 1514-9331 Disponível em: <<http://www.revistakairos.org>>. Publicación de la Universidad Nacional de San Luis. Proyecto Culturas Juveniles Urbanas Año 10. N° 18 nov. 2006.

KALDOR, Mary; ANHEIER, Helmut; GLASIUS, Marlies. Global Civil Society in the Era of Regressive Globalisation. In: **Global Civil Society 2002/3**. Londres: Oxford, 2003.

KEOHANE, Robert O.; NYE. **Power and Interdependence: World Politics in transition**. Boston: Little Brown, 1977.

KEOHANE, Robert. After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy. Princeton, Princeton University Press, 1984. In: COHEN, Benjamin J. **International Political Economy, an Intellectual History**. Princeton University Press, 2008.

KINDLEBERGER, Charles. **The World in Depression. 1929-1939**, Berkeley: University of California Press, 1973.

KRASNER, S.D. **Structural Conflict: The Third World Against Global Liberalism**. Los Angeles: University of California Press, 1985.

LÖWY, Michael; BENSÁID, Daniel. **Marxismo, Modernidade e Utopia**. São Paulo: Xamã, 2000. In: **Forum Social Mundial, a História de uma Invenção Política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MACHADO, João. Guerrilha na Internet. n. 33. **Revista Teoria e Debate**. Perseu Abramo, nov. dez. e jan. 1997.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTANTIERO, J.C. El Socialismo como construcción de un orden político democrático. Dialéctica, Universidad de Puebla, México, n.11, 1981. In: ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade Civil e Hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

Quarta Declaração da Selva Lacandona. In: **Forum social mundial, história de uma invenção política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

RAMONET, Ignacio. **La Pensée Unique**. Paris: Le Monde Diplomatique, jan. 1995.

RAMONET, Ignacio. **Social Démocratie, fin de cycle**. Mémoire des Luttés. mar. 2010. Disponível em: <www.medelu.org>. Acesso em 21 abr. 2010.

SADER, Emir. **A Nova Toupeira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SADER, Emir. **A Vingança da História**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SCHWAB, Klaus. **The World Economic Forum Annual Report**. 1999/2000. Disponível em: <www.weforum.org>. Acesso em 12 jul. 2010.

SERRANO, Franklin. **A economia americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial dos anos 2000**. In: O Mito do Colapso do Poder Americano. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **O Fórum Social Mundial: Manual de Uso**. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Pela Mão de Alice**. O Social e o Político na Transição Pós-Moderna, 1997.

STIGLITZ, Joseph. **Os Exuberantes anos 90**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TAVARES, Maria da Conceição. A Retomada da Hegemonia Americana. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, abr./jun. 1985.

TILLY, Charles. **War and Change in World Politics**. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

TOUSSAINT, Eric. **Em entrevista a Marga Tojo Gonzales: O capitalismo absorverá o Fórum Social Mundial? America Latina em Movimento 9ALAI**. 4 jun. 2010. Disponível em: <www.alainet.org>. Acesso em: 5 abr. 2010.

WADE, Robert. Financial Regime Change? **New Left Review**. n. 53 set./out.

2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. **New Revolts against the System**. Londres: New Left Review, 2002a.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The End of the World as We Know it**. Social Science for the 21st Century. Nova York: New Press, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. Globalização, uma trajetória a longo prazo do sistema mundo. In: **O Declínio do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. Uma política de esquerda para o século XXI ou teoria e praxis novamente. In: **O Espírito de Porto Alegre**. Pontos de Vista, o Momento da antiglobalização. Paz e Terra, 2002b.

WHITAKER, Francisco. **O Desafio do Fórum Social Mundial, um modo de ver**. São Paulo: Editora Fundação Perseu de Abramo, 2005.

WOOD, Ellen Meiksins. **A Democracia contra o Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ANEXOS

ANEXO A - CARTA DE PRINCÍPIOS DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

O Comitê de entidades brasileiras que idealizou e organizou o primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001, considera necessário e legítimo, após avaliar os resultados desse Fórum e as expectativas que criou, estabelecer uma Carta de Princípios que oriente a continuidade dessa iniciativa. Os Princípios contidos na Carta, a ser respeitada por tod@s que queiram participar desse processo e organizar novas edições do Fórum Social Mundial, consolidam as decisões que presidiram a realização do Fórum de Porto Alegre e asseguraram seu êxito, e ampliam seu alcance, definindo orientações que decorrem da lógica dessas decisões.

1. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.

2. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre foi um evento localizado no tempo e no espaço. A partir de agora, na certeza proclamada em Porto Alegre de que "um outro mundo é possível", ele se torna um processo permanente de busca e construção de alternativas, que não se reduz aos eventos em que se apóie.

3. O Fórum Social Mundial é um processo de caráter mundial. Todos os encontros que se realizem como parte desse processo têm dimensão internacional.

4. As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.

5. O Fórum Social Mundial reúne e articula somente entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial.

6. Os encontros do Fórum Social Mundial não têm caráter deliberativo enquanto Fórum Social Mundial. Ninguém estará, portanto autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que

pretenderiam ser de tod@s @s seus/suas participantes. @s participantes não devem ser chamad@s a tomar decisões, por voto ou aclamação, enquanto conjunto de participantes do Fórum, sobre declarações ou propostas de ação que @s engajem a tod@s ou à sua maioria e que se proponham a ser tomadas de posição do Fórum enquanto Fórum. Ele não se constitui portanto em instancia de poder, a ser disputado pelos participantes de seus encontros, nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem.

7. Deve ser, no entanto, assegurada, a entidades ou conjuntos de entidades que participem dos encontros do Fórum, a liberdade de deliberar, durante os mesmos, sobre declarações e ações que decidam desenvolver, isoladamente ou de forma articulada com outros participantes. O Fórum Social Mundial se compromete a difundir amplamente essas decisões, pelos meios ao seu alcance, sem direcionamentos, hierarquizações, censuras e restrições, mas como deliberações das entidades ou conjuntos de entidades que as tenham assumido.

8. O Fórum Social Mundial é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo.

9. O Fórum Social Mundial será sempre um espaço aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos e atuações das entidades e movimentos que dele decidam participar, bem como à diversidade de gênero, etnias, culturas, gerações e capacidades físicas, desde que respeitem esta Carta de Princípios. Não deverão participar do Fórum representações partidárias nem organizações militares. Poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos desta Carta.

10. O Fórum Social Mundial se opõe a toda visão totalitária e reducionista da economia, do desenvolvimento e da história e ao uso da violência como meio de controle social pelo Estado. Propugna pelo respeito aos Direitos Humanos, pela prática de uma democracia verdadeira, participativa, por relações igualitárias, solidárias e pacíficas entre pessoas, etnias, gêneros e povos, condenando todas as formas de dominação assim como a sujeição de um ser humano pelo outro.

11. O Fórum Social Mundial, como espaço de debates, é um movimento de idéias que estimula a reflexão, e a disseminação transparente dos resultados dessa reflexão, sobre os mecanismos e instrumentos da dominação do capital, sobre os meios e ações de resistência e superação dessa dominação, sobre as alternativas propostas para resolver os problemas de exclusão e desigualdade social que o processo de globalização capitalista, com suas dimensões racistas, sexistas e destruidoras do meio ambiente está criando, internacionalmente e no interior dos países.

12. O Fórum Social Mundial, como espaço de troca de experiências, estimula o conhecimento e o reconhecimento mútuo das entidades e movimentos que dele participam, valorizando seu intercâmbio, especialmente o que a sociedade está construindo para centrar a atividade econômica e a ação política no atendimento das necessidades do ser humano e no respeito à natureza, no presente e para as futuras gerações.

13. O Fórum Social Mundial, como espaço de articulação, procura fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade, que aumentem, tanto na esfera da vida pública como da vida privada, a capacidade de resistência social não violenta ao processo de desumanização que o mundo está vivendo e à violência usada pelo Estado, e reforcem as iniciativas humanizadoras em curso pela ação desses movimentos e entidades.

14. O Fórum Social Mundial é um processo que estimula as entidades e movimentos que dele participam a situar suas ações, do nível local ao nacional e buscando uma participação ativa nas instâncias internacionais, como questões de cidadania planetária, introduzindo na agenda global as práticas transformadoras que estejam experimentando na construção de um mundo novo solidário.

Aprovada e adotada em São Paulo, em 9 de abril de 2001, pelas entidades que constituem o Comitê de Organização do Fórum Social Mundial, aprovada com modificações pelo Conselho Internacional do Fórum Social Mundial no dia 10 de junho de 2001.

ANEXO B - LA PENSEE UNIQUE

Englués. Dans les démocraties actuelles, de plus en plus de citoyens libres se sentent englués, poissés par une sorte de visqueuse doctrine qui, insensiblement, enveloppe tout raisonnement rebelle, l'inhibe, le trouble, le paralyse et finit par l'étouffer. Cette doctrine, c'est la pensée unique, la seule autorisée par une invisible et omniprésente police de l'opinion.

Depuis la chute du mur de Berlin, l'effondrement des régimes communistes et la démoralisation du socialisme, l'arrogance, la morgue et l'insolence de ce nouvel Evangile ont atteint un tel degré qu'on peut, sans exagérer, qualifier cette fureur idéologique de moderne dogmatisme.

Qu'est-ce que la pensée unique ? La traduction en termes idéologiques à prétention universelle des intérêts d'un ensemble de forces économiques, celles, en particulier, du capital international. Elle a été, pour ainsi dire, formulée et définie dès 1944, à l'occasion des accords de Bretton-Woods. Ses sources principales sont les grandes institutions économiques et monétaires - Banque mondiale, Fonds monétaire international, Organisation de coopération et de développement économiques, Accord général sur les tarifs douaniers et le commerce, Commission européenne, Banque de France, etc. - qui, par leur financement, enrôlent au service de leurs idées, à travers toute la planète, de nombreux centres de recherches, des universités, des fondations, lesquels, à leur tour, affinent et répandent la bonne parole.

Ce discours anonyme est repris et reproduit par les principaux organes d'information économique, et notamment par les « bibles » des investisseurs et des boursiers - The Wall Street Journal, Financial Times, The Economist, Far Eastern Economic Review, les Echos, Agence Reuter, etc. -, propriétés, souvent, de grands groupes industriels ou financiers. Un peu partout, des facultés de sciences économiques, des journalistes, des essayistes, des hommes politiques, enfin, reprennent les principaux commandements de ces nouvelles tables de la loi et, par le relais des grands médias de masse, les répètent à satiété. Sachant pertinemment que, dans nos sociétés médiatiques, répétition vaut démonstration.

Le premier principe de la pensée unique est d'autant plus fort qu'un marxiste distrait ne le renierait point : l'économique l'emporte sur le politique. C'est en se fondant sur un tel principe que, par exemple, un instrument aussi

important dans les mains de l'exécutif que la Banque de France a été, sans opposition notable, rendu indépendant en 1994 et, en quelque sorte, « mis à l'abri des aléas politiques ». « La Banque de France est indépendante, apolitique et transpartisane », affirme en effet son gouverneur, M. Jean-Claude Trichet, qui ajoute cependant : « Nous demandons de réduire les déficits publics », [et] « nous poursuivons une stratégie de monnaie stable (1) ». Comme si ces deux objectifs n'étaient pas politiques ! Au nom du « réalisme » et du « pragmatisme » - que M. Alain Minc formule de la manière suivante : « Le capitalisme ne peut s'effondrer, c'est l'état naturel de la société. La démocratie n'est pas l'état naturel de la société. Le marché, oui. (2) » -, l'économie est placée au poste de commandement. Une économie débarrassée, il va de soi, de l'obstacle du social, sorte de gangue pathétique dont la lourdeur serait cause de régression et de crise.

LES autres concepts-clés de la pensée unique sont connus : le marché, idole dont « la main invisible corrige les aspérités et les dysfonctionnements du capitalisme », et tout particulièrement les marchés financiers, dont « les signaux orientent et déterminent le mouvement général de l'économie » ; la concurrence et la compétitivité, qui « stimulent et dynamisent les entreprises, les amenant à une permanente et bénéfique modernisation » ; le libre-échange sans rivages, « facteur de développement ininterrompu du commerce, et donc des sociétés » ; la mondialisation aussi bien de la production manufacturière que des flux financiers ; la division internationale du travail, qui « modère les revendications syndicales et abaisse les coûts salariaux » ; la monnaie forte, « facteur de stabilisation » ; la déréglementation ; la privatisation ; la libéralisation, etc. Toujours « moins d'Etat », un arbitrage constant en faveur des revenus du capital au détriment de ceux du travail. Et une indifférence à l'égard du coût écologique.

La répétition constante, dans tous les médias, de ce catéchisme par presque tous les hommes politiques, de droite comme de gauche, lui confère une telle force d'intimidation qu'elle étouffe toute tentative de réflexion libre, et rend fort difficile la résistance contre ce nouvel obscurantisme.

On en viendrait presque à considérer que les 17,4 millions de chômeurs européens, le désastre urbain, la précarisation générale, la corruption, les banlieues en feu, le saccage écologique, le retour des racismes, des intégrismes et des extrémismes religieux, et la marée des exclus sont de simples mirages, des hallucinations coupables, fortement discordantes dans ce meilleur des

mondes qu'édifie, pour nos consciences anesthésiées, la pensée unique.

IGNACIO RAMONET

ANEXO C - RELAÇÃO DE EVENTOS DO FORUM SOCIAL MUNDIAL, NÚMERO DE PARTICIPANTES E TEMAS CENTRAIS ENTRE 2001 E 2009*

2001 – Porto Alegre, Brasil, 25 a 30 de janeiro, 20 mil participantes

- A produção de riquezas e a reprodução social
- O acesso às riquezas e à sustentabilidade
- A afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos
- Poder político e ética na nova sociedade

2002 – Porto Alegre, Brasil, 31/01 e 05/02, 50 mil participantes

- A produção de riquezas e a reprodução social
- O acesso às riquezas e à sustentabilidade
- A afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos
- Poder político e ética na nova sociedade

2003 – Porto Alegre, Brasil, 23/1 a 23/1

- Desenvolvimento democrático e sustentável
- Princípios e valores, direitos humanos, diversidade e igualdade
- Mídia, cultura e alternativas à mercantilização e homogeneização
- Poder político, sociedade civil e democracia
- Ordem mundial democrática, luta contra a militarização e promoção da paz

2004 – Mumbai, Índia, 16 a 21/1, 74.126 participantes

- Democracia, segurança ecológica e economia
- Discriminação, dignidade e direitos
- Mídia, informação e conhecimento
- Militarismo, guerra e paz

Eixos transversais:

- Globalização imperialista
- Patriarcado
- Regimes de castas e racismo e exclusões sociais
- Sectarismo religioso, políticas de identidade e fundamentalismo (comunalismo)
- Militarismo e paz

2005 – Porto Alegre, 26/31/1, 155 mil participantes

Espaços temáticos:

- Afirmando e defendendo os bens comuns da Terra e dos povos – Como alternativa à mercantilização e ao controle das transnacionais
- Arte e criação: construindo as culturas de resistência dos povos
- Comunicação: práticas contra-hegemônicas, direitos e alternativas
- Defendendo as diversidades, pluralidade e identidades
- Direitos humanos e dignidade para um mundo justo e igualitário
- Economias soberanas pelos e para os povos – Contra o capitalismo neoliberal
- Ética, cosmovisões e espiritualidades – Resistências e desafios para um novo mundo
- Lutas sociais e alternativas democráticas – Contra a dominação neoliberal

- Paz e desmilitarização – Luta contra a guerra, o livre comércio e a dívida
- Pensamento autônomo, reapropriação e socialização do conhecimento (dos saberes) e das tecnologias
- Rumo à construção de uma ordem democrática internacional e integração dos povos

Eixos transversais:

- Emancipação social e dimensão política das lutas
- Luta contra o capitalismo patriarcal
- Lutas contra o racismo e outras formas de exclusão baseadas na ascendência
- Gênero
- Diversidade

2006 – “Forum Mundial Policêntrico”: Bamako, Mali, Índia, de 24 a 29/1; Caracas, Venezuela, e Karachi, Paquistão

Bamako – 10 mil inscritos

Caracas – 80 mil inscritos

Karachi – (sem informação)

2007 – Nairobi, Quênia

(sem informação)

Karachi – 24 a 29 de março, 20/25 de janeiro,

2009 – Belém do Pará, Brasil, 27 a 31/1

(sem informação)

ANEXO 4 - ORGANIZAÇÕES QUE COMPÕEM O CONSELHO INTERNACIONAL DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

DELEGADOS

1. 50 Years is Enough!

50years@50years.org

www.50years.org

2. ABONG - Associação Brasileira de ONGs

abong@uol.com.br

www.abong.org.br

3. Action Aid International – AAI

mail.jhb@actionaid.org

www.actionaid.org

4. ACTU - Australian Council of Trade Unions

mailbox@actu.asn.au

www.actu.asn.au

5. AFL-CIO - American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations

feedback@aflcio.org

www.aflcio.org/home.htm

6. Africa Trade Network

aidc@iafrica.com

Erro! A referência de hiperlink não é válida.

7. AIDC - Alternative Information on Development Center

aidc@iafrica.com

http://aidc.org.za

8. ALAI - Agencia Latinoamericana de Informacion

Erro! A referência de hiperlink não é válida. Erro! A referência de hiperlink não é válida.

9. ALAMPYME – Assoc. Latino Americana de Pequenos e Médios Empresários

apyme@rcc.com.ar

www.apyme.com.ar

10. Aliança Por Um Mundo Responsável e Solidário

lille@alliance21.org

www.alliance21.org

11. All Arab Peasants & Agricultural Co-operatives Union

F76arab@maktoob.com

12. ALOP - Assoc. Latino Americana de Organismos de Promoção

info@alop.or.cr

www.alop.or.cr

13. Alternatives Information Center

yahni@alt-info.org

www.alternativenews.org

14. Alternatives

alternatives@alternatives.ca

www.alternatives.ca

15. Alternative International

www.alternatives.ca

16. Alternatives Rússia

dhrr@online.ru

17. Amigos da Terra/Friends of the Earth

foe@foe.org

www.foei.org

18. APRODEV

aprodev@aprodev.net

www.aprodev.net

19. Arab NGO Network for Development

annd@cyberia.net.lb

www.annd.org

20. ARENA - Asian Regional Exchange for New Alternatives

arena@asianexchange.org

www.asianexchange.org

21. Articulación Feminista Marco Sur

mujeresdelsur@mujersur.org.uy

www.mujeresdelsur.org.uy

22. ASC - Aliança Social Continental

sri_cut@uol.com.br

www.ascahsa.org

23. Asamblea de los Pueblos del Caribe (APC)

habitatcarib@hotmail.com, pedroarg@tricom.net

http://movimientos.org/caribe/

24. Assemblée Européenne dès Citoyens

cedetim@globenet.org

www.cedetim.org/AEC

25. Assembléia das Nações Unidas dos Povos

flavio@perlapace.it

26. Associação para o Progresso das Comunicações

anriette@apc.org

www.apc.org

27. ATTAC- Brasil

attacsaopaulo@attac.org

www.attac.org/brasil

28. ATTAC France

attac@attac.org

http://attac.org

29. Babels

wsfsm@babels.org

30. Bankwatch Network

jozseff@bankwatch.org

www.bankwatch.org

31. CADTM- Comité pour l'Annulation de la Dette du Tiers Monde

cadtm@skynet.be

http://users.skynet.be/cadtm

32. Canadian Council

Jdunn@canadians.org

33. CAOI - Coordinación Andina de Organizaciones Indigenas

coordinadorandinacaoi@gmail.com

www.minkandina.org

34. Caritas Internationalis

caritas.internationalis@caritas.va

www.caritas.org

35. CBJP - Comissão Brasileira de Justiça e Paz

intercom@cidadanet.org.br

www.cbjp.org.br

36. CEAAL – Cons. Educação de Adultos da Am. Latina

ceaal@laneta.apc.org

www.ceaal.org

37. CEDAR Internacional

cedar@asser.nl

www.cedarinternational.net

38. CEDETIM- Centre d'Etudes et d'Initiatives de Solidarité Internationale

cedetim@globenet.org

www.cedetim.org

39. Central de Trabajadores Argentinos

cta@rcc.com.ar

www.cta.org.ar

40. CES – European Trade Union Confederation

etuc@etuc.org

www.etuc.org

41. CETRI

cettri@cettri.be

www.cettri.be

42. CIDSE

postmaster@cidse.org

www.cidse.org

43. CIOSL - Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres

internetpo@icftu.org

www.cioslorit.org

44. Ciranda Internacional de Comunicação

ciranda@ciranda.net

www.ciranda.net

45. CIVES

cives@cives.org.br

www.cives.org.br

46. CLACSO

clacsofsm@clacso.edu.ar

www.clacso.org

47. CLC - Canadian Labour Congress

sbenedict@clc-ctc.ca

www.clc-ctc.ca

48. CMT – Confederação Mundial do Trabalho

info@cmt-wcl.org

www.cmt-wcl.org

49. Coalición Internacional para el Hábitat

hic-al@hic-al.org

<http://www.hic-net.org/>**50. Coligação para a Justiça Econômica**

viriatot@zebra.uem.mz

51. COMPA – Convergência de los Movimientos de los Pueblos de las Américas

colectivoredom_@hotmail.com

rgf@alum.vassar.edu

<http://www.sitiocompa.org/compa/index.php>

52. CONAIE

info@conaie.org

<http://conaie.org>

53. Congresso Nacional Indígena do México

ceatl@laneta.apc.org

54. Conselho Mundial de Igrejas

info@wcc-coe.org

www.wcc-coe.org

55. Coordinación del Foro “El Otro Davos”

Page2@fastnet.ch

56. Coordinadora de Centrais Sindicais do Cone Sul

eduardof@aebu.org.uy

<http://www.sindicatomercosul.com.br/>

57. Corpwatch

corpwatch@corpwatch.org

www.corpwatch.org

58. COSATU - Congress of South African Trade Unions

cosatu@wn.apc.org

www.cosatu.org.za

59. CRID – Centre de Recherche et d’Information pour le Développement

info@crid.asso.fr

Erro! A referência de hiperlink não é válida.

60. CSI – Confederación Sindical Internacional

claire.courteille@ituc-csi.org

<http://www.ituc-csi.org>

62. CUT – Central Única dos Trabalhadores

sri-cut@uol.com.br

www.cut.org.br

63. Encuentros Hemisféricos contra el ALCA

joel@mlking.sld.cu

64. ENDA

taoufik@enda.sn
www.enda.sn

65. Euralat
Crieria@aepdc.org

66. Euromarches
euromarches@ras.eu.org
www.euromarches.org

67. FAMES
rabia@enda.sn

68. FECOC - Frente Continental de Organizações Comunitárias
mlongoria@laneta.apc.org

69. Federación Mundial de Juventudes Democráticas
wfdy@wfdy.org
www.wfdy.org

70. Fédération démocratique internationale des femmes (FDIF)
fdif@fdif.eu.org
www.fdif.eu.org

71. Fundación per la Pau/International Peace Bureau (IPB)
mailbox@ipb.org
www.ipb.org

72. FIAN – Food First International Action Network
fian@fian.org
www.fian.org

73. FIDH – Fed. Internacional Direitos Humanos
rsanchez@fidh.org
www.fidh.org

74. Focus on the Global South
admin@focusweb.org
<http://focusweb.org>

75. FORIM – Forum des Organisations de Solidarité Internationale issues des Migrations
forim@forim.net
forim@free.fr

76. Fórum Dakar
Residel.kaolack@sentoo.sn

77. Forum Mondial des Alternatives
ftm@syfed.refer.sn

www.alternatives-action.org/fma

78. Forum of the Poors

fopthai@asiaaccess.net.th

79. Fórum Social Italiano

vagnoleto@lila.it

80. Fundação Frantz Fanon

82. General Union of Oil Employees in Southern Iraq

Contact: Farouk M. Sadiq Ismaa'l

101small@yahoo.com

83. GLBT South-South Dialogue

dialogo@fedaeps.org

84. Global Commons Foundation

www.globalcommonsfoundation.org

85. Global Exchange

admin@globalexchange.org

www.globalexchange.org

86. Global Policy Network

gpn-listowner@epinet.org

www.globalpolicynetwork.org

87. Global Progressive Fórum

info@globalprogressiveforum.org

www.globalprogressiveforum.org

88. Grassroots Global Justice

ggj@ggjalliance.org

www.ggjalliance.org

89. Greenpeace

greenpeace.brazil@dialb.greenpeace.org

<http://www.greenpeace.org/>

90. Grito dos Excluídos

gritoexcluidos@uol.com.br

www.movimientos.org

91. Grupo de Trabalho Amazônico

www.gta.org.br

92. Habitat International Coalition

maite.martinez-pardo@delcri.cec.eu.int

www.habitat-international-coalition.org

93. Helsinki Citizens Assembly**94. Herriak Aske**

international@askapena.org

95. IATP – Institute for Agriculture and Trade Policy

khoff@iatp.org

www.iatp.org

96. IBASE

ibase@ibase.br

www.ibase.br

97. ICAE – Conselho Internacional de Educação de Adultos

icae@icae.ca

<http://www.icae.org.uy/spa/sindex.html>

98. IFAT - International Federation of Alternative Trade

info@ifat.org.uk

www.ifat.org

99. IFG – International Forum on Globalization

ifg@ifg.org

www.ifg.org

100. International Alliance of Habitants

info@habitants.org

www.habitants.org

101. International drama and education association (IDEA)

www.idea-org.net

102. International Gender and Trade Network

secretariat@igtn.org

www.igtn.org

103. International Network of Street Papers (INSP)

l.maclean@bigissuescotland.com

Erro! A referência de hiperlink não é válida.

www.irn.org

104. Instituto Paulo Freire

ipf@paulofreire.org

www.paulofreire.org

105. IPAO – Institut Panos Afrique de l'Ouest

info@panos-ao.org

www.panos-ao.org

106. IPS – Inter Press Service

kosi@ips.org

www.ips.org

107. Ittijah – Union of Arab Community Based Organisations

ittijah@ittijah.org

www.ittijah.org

108. Jubilee South – Asia

vinod.raina@vsnl.com

www.jubileesouth.org

109. Jubileo South – África

aidc@iafrica.com

www.jubileesouth.org

110. Jubileu 2000

kitazawa@jca.apc.org

111. Jubileu Sul América Latina

keeneba@wamani.apc.org

www.jubileusul.hpg.com.br

112. KCTU - Korean Confederation of Trade Unions

inter@kctu.org

www.kctu.org

113. Kenya Debt Network

sodnet@sodnet.or.ke

114. KOPA

kopa@jinbo.net

<http://antiwto.jinbo.net/eroom/index.html>**115. Kurdish Network**

kurdishnetwork@orange.fr

116. Land Research Action Network

wellington@nlc.co.za

wellington@nlc.co.za

117. MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

srimst@uol.com.br

www.mst.org.br

118. Narmada

subbu@narmada.org

www.narmada.org

119. National Network of Autonomous Women's Groups

shahnandita@redifmail.com

120. NIGD - Network Institute for Global Democratization

katarina@nigd.u-net.com

www.nigd.org

121. North-South Centre

Fifi.BENABOUD@coe.int

www.coe.int/T/E/North-South_Centre

122. OCLAE - Continental Organization of Latin America and Caribbean Students

oclae@jcce.org.cu

www.oclae.org

123. Organization of African Trade Unions Unity

otuu@ighmail.com

124. ORIT – Org. Regional Interamericana de Trabajadores

info@cioslorit.org

www.orit-ciosl.org

125. Organization de la Jeunesse Africaine

<http://www.ojafrique.org/>

126. OXFAM Internacional

information@oxfaminternational.org

www.oxfam.org

127. Palestinian grassroots Anti-Apartheid Wall Campaign

mobilize@stopthewall.org

www.stopthewall.org

128. Peace Boat

y-nami@peaceboat.gr.jp

www.peaceboat.org

129. Peoples Health Movement

secretariat@phmovement.org

<http://www.phmovement.org>

130. Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo

regional@pidhdd.org

www.pidhdd.org

131. PPEHRC – Poor People's Economic Human Rights Campaign

kwru@kwru.org

www.economichumanrights.org

www.kwru.org

132. Projeto K

Salvatore.cannavo@flashnet.it
ilpanelerose@hotmail.com

133. Public Citizen

tgeron@citizen.org
www.citizen.org

134. Red Latinoamericana Mulheres Transformando a Economia

mleon@interactive.net.ec
remte@fedaeps.org
<http://movimientos.org/remte>

135. Rede APM – Agricultures paysannes, sociétés et mondialisation

pvuarin@fph.fr
www.zooide.com/apm

136. Rede CONSEU (Conferencia de Naciones sin Estado de Europa)

activitats@ciemen.org

137. Rede Dawn de Mulheres

dawn@is.com.fj
www.dawn.org.fj

138. Rede de Solidariedade Ásia Pacífico

intl@dsp.org.au

139. Rede Latino-Americana e Caribenha de Mulheres Negras

criola@alternex.com.br
www.criola.org.org

140. Rede Mulher e Habitat

gem@agora.com.ar
<http://www.redmujer.org.ar>

141. Rede Mundial de Mulheres pelos Direitos Reprodutivos

office@wgnrr.nl
www.wgnrr.org

142. Rede Palestina de ONGs

bisanrd@palnet.com
www.pngo.net

143. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

rede@social.org.br
www.social.org.br

144. Rede Transforme!

elgauthi@internatif.org

145. Redes Socioeconomia Solidaria

creintjes@ideas.coop

www.reasnet.com

146. REPEM – Rede de Educação Popular entre Mulheres

repem@repem.org.uy

www.repem.org.uy

147. ROAD - Réseau Ouest Africain des Alternatives pour le Developpement

jubilecad-mali@cefib.com, barryaminatou@yahoo.fr

148. SIGTUR - Southern Initiative on Globalisation and Trade Union Rights

rlambert@ecel.uwa.edu.au

149. Social Movement Indaba

150. Social Watch

socwatch@chasque.net

www.socialwatch.org

152. SODNET – Social Development Network

sodnet@sodnet.or.ke

<http://www.sodnet.or.ke>

153. Solidar

solidar@skynet.be

www.solidar.org

154. Solidarity Africa Network in Action

njoki@igc.org

155. The International Federation Terre des Hommes (IFTDH)

info@terredeshommes.org

www.terredeshommes.org

156. TIE – Transnational Information Exchange

tie@tie-brasil.org

<http://www.tie-brasil.org/tie.php>

157. TNI – Transnational Institute

tni@tni.org

www.tni.org

158. TWN – Third World Network

twn@igc.apc.org

www.twinside.org.sg

159. UBUNTU - Foro Mundial de Redes de la Sociedad Civil

ubuntu@ubuntu.upc.es

www.ubuntu.upc.es

160. Union Internacional de Estudiantes

ius@cfs-fcee.ca

www.ius-uie.org

161. Vasudhaiva Kutumbakam Network

vk-finland@kaapeli.fi

www.democracdialogues.org/

www.demokratiafoorumi.fi/wsf.html

162. Via Campesina

viacam@gbm.hn

http://ns.rds.org.hn/via/

163. World Association of Community Radio Broadcasters (Amarc)

amarc@amarc.org

http://www.amarc.org

164. World March of Women

www.ffq.qc.ca/marche2000/en/index.html

dmatte@ffq.qc.ca

165. Zanzibar International Film Festival Of Dhow

Contato: Fatma ALLOO

faloo@zitec.org

166. Znet

sysop@zmag.org

www.zmag.org

OBSERVADORES**1. Comitê Organizador do Fórum Mundial de Educação****2. Comitê Organizador do Fórum Social Africano**

taoufik@enda.sn

3. Comitê Organizador do Fórum Social Américas

fsmcontinental@fsmecuador.org

www.forosocialamericas.org

4. Comitê Organizador do Fórum Social Europeu

wsf@fse-esf.org

www.fse-esf.org

5. Comitê Organizador do Fórum Social Mediterrâneo

activitats@ciemen.org
fsmedi@terra.es

6. Comitê Organizador do Fórum Social de Migrações

7. Comitê Organizador do Fórum Social Pan-Amazônico

cri-pmb@belem.pa.gov.br
www.fspanamazonico.com.br

8. Comitê Organizador do Fórum Social Temático: Democracia, Direitos Humanos, Guerras e Narcotráfico

forosocialtematico@cablenet.co
www.fsmt.org.co

9. FNTG - Funders Network on Trade & Globalization

mark@fntg.org
www.fntg.org

10. Fórum São Paulo

DELEGADOS

1. 50 Years is Enough!

50years@50years.org
www.50years.org

2. ABONG - Associação Brasileira de ONGs

abong@uol.com.br
www.abong.org.br

3. Action Aid International – AAI

mail.jhb@actionaid.org
www.actionaid.org

4. ACTU - Australian Council of Trade Unions

mailbox@actu.asn.au
www.actu.asn.au

5. AFL-CIO - American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations

feedback@aflcio.org
www.aflcio.org/home.htm

6. Africa Trade Network

aidc@iafrica.com

Erro! A referência de hiperlink não é válida.

7. AIDC - Alternative Information on Development Center

aidc@iafrica.com

<http://aidc.org.za>

8. ALAI - Agencia Latinoamericana de Informacion

Erro! A referência de hiperlink não é válida. Erro! A referência de hiperlink não é válida.

9. ALAMPYME – Assoc. Latino Americana de Pequenos e Médios Empresários

apyme@rcc.com.ar

www.apyme.com.ar

10. Aliança Por Um Mundo Responsável e Solidário

lille@alliance21.org

www.alliance21.org

11. All Arab Peasants & Agricultural Co-operatives Union

F76arab@maktoob.com

12. ALOP - Assoc. Latino Americana de Organismos de Promoção

info@alop.or.cr

www.alop.or.cr

13. Alternatives Information Center

yahni@alt-info.org

www.alternativenews.org

14. Alternatives

alternatives@alternatives.ca

www.alternatives.ca

15. Alternative International

www.alternatives.ca

16. Alternatives Rússia

dhrr@online.ru

17. Amigos da Terra/Friends of the Earth

foe@foe.org

www.foei.org

18. APRODEV

aprodev@aprodev.net

www.aprodev.net

19. Arab NGO Network for Development

annd@cyberia.net.lb

www.annd.org

20. ARENA - Asian Regional Exchange for New Alternatives

arena@asianexchange.org

www.asianexchange.org

21. Articulación Feminista Marco Sur

mujeresdelsur@mujersur.org.uy

www.mujeresdelsur.org.uy

22. ASC - Aliança Social Continental

sri_cut@uol.com.br

www.ascahsa.org

23. Asamblea de los Pueblos del Caribe (APC)

habitatcarib@hotmail.com, pedroarg@tricom.net

<http://movimientos.org/caribe/>

24. Assemblée Européenne dès Citoyens

cedetim@globenet.org

www.cedetim.org/AEC

25. Assembléia das Nações Unidas dos Povos

flavio@perlapace.it

26. Associação para o Progresso das Comunicações

anriette@apc.org

www.apc.org

27. ATTAC- Brasil

attacsaopaulo@attac.org

www.attac.org/brasil

28. ATTAC France

attac@attac.org

<http://attac.org>

29. Babels

wsfsm@babels.org

30. Bankwatch Network

jozseff@bankwatch.org

www.bankwatch.org

31. CADTM- Comité pour l'Annulation de la Dette du Tiers Monde

cadtm@skynet.be

<http://users.skynet.be/cadtm>

32. Canadian Council

Jdunn@canadians.org

33. CAOI - Coordinación Andina de Organizaciones Indigenas

coordinadorandinacaoi@gmail.com

www.minkandina.org

34. Caritas Internationalis

caritas.internationalis@caritas.va
www.caritas.org

35. CBJP - Comissão Brasileira de Justiça e Paz

intercom@cidadanet.org.br
www.cbjp.org.br

36. CEAAL – Cons. Educação de Adultos da Am. Latina

ceaal@laneta.apc.org
www.ceaal.org

37. CEDAR Internacional

cedar@asser.nl
www.cedarinternational.net

38. CEDETIM- Centre d'Etudes et d'Initiatives de Solidarité Internationale

cedetim@globenet.org
www.cedetim.org

39. Central de Trabajadores Argentinos

cta@rcc.com.ar
www.cta.org.ar

40. CES – European Trade Union Confederation

etuc@etuc.org
www.etuc.org

41. CETRI

cettri@cettri.be
www.cettri.be

42. CIDSE

postmaster@cidse.org
www.cidse.org

43. CIOSL - Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres

internetpo@icftu.org
www.cioslorit.org

44. Ciranda Internacional de Comunicação

ciranda@ciranda.net
www.ciranda.net

45. CIVES

cives@cives.org.br
www.cives.org.br

46. CLACSO

clacsofsm@clacso.edu.ar

www.clacso.org

47. CLC - Canadian Labour Congress

sbenedict@clc-ctc.ca

www.clc-ctc.ca

48. CMT – Confederação Mundial do Trabalho

info@cmt-wcl.org

www.cmt-wcl.org

49. Coalición Internacional para el Hábitat

hic-al@hic-al.org

<http://www.hic-net.org/>

50. Coligação para a Justiça Econômica

viriatot@zebra.uem.mz

51. COMPA – Convergência de los Movimientos de los Pueblos de las Américas

colectivoredom_@hotmail.com

rgf@alum.vassar.edu

<http://www.sitiocompa.org/compa/index.php>

52. CONAIE

info@conaie.org

<http://conaie.org>

53. Congresso Nacional Indígena do México

ceatl@laneta.apc.org

54. Conselho Mundial de Igrejas

info@wcc-coe.org

www.wcc-coe.org

55. Coordinación del Foro “El Otro Davos”

Page2@fastnet.ch

56. Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul

eduardof@aebu.org.uy

<http://www.sindicatomercosul.com.br/>

57. Corpwatch

corpwatch@corpwatch.org

www.corpwatch.org

58. COSATU - Congress of South African Trade Unions

cosatu@wn.apc.org

www.cosatu.org.za

59. CRID – Centre de Recherche et d’Information pour le Développement

info@crid.asso.fr

Erro! A referência de hiperlink não é válida.

60. CSI – Confederación Sindical Internacional

claire.courteille@ituc-csi.org

<http://www.ituc-csi.org>

62. CUT – Central Única dos Trabalhadores

sri-cut@uol.com.br

www.cut.org.br

63. Encuentros Hemisféricos contra el ALCA

joel@mlking.sld.cu

64. ENDA

taoufik@enda.sn

www.enda.sn

65. Euralat

Criera@aepdc.org

66. Euromarches

euromarches@ras.eu.org

www.euromarches.org

67. FAMES

rabia@enda.sn

68. FECOC - Frente Continental de Organizações Comunitárias

mlongoria@laneta.apc.org

69. Federación Mundial de Juventudes Democráticas

wfdy@wfdy.org

www.wfdy.org

70. Fédération démocratique internationale des femmes (FDIF)

fdif@fdif.eu.org

www.fdif.eu.org

71. Fundación per la Pau/International Peace Bureau (IPB)

mailbox@ipb.org

www.ipb.org

72. FIAN – Food First International Action Network

fian@fian.org

www.fian.org

73. FIDH – Fed. Internacional Direitos Humanos

rsanchez@fidh.org
www.fidh.org

74. Focus on the Global South

admin@focusweb.org
http://focusweb.org

75. FORIM – Forum des Organisations de Solidarité Internationale issues des Migrations

forim@forim.net
forim@free.fr

76. Fórum Dakar

Residel.kaolack@sentoo.sn

77. Forum Mondial des Alternatives

ftm@syfed.refer.sn
www.alternatives-action.org/fma

78. Forum of the Poors

fopthai@asiaaccess.net.th

79. Fórum Social Italiano

vagnoleto@lila.it

80. Fundação Frantz Fanon

82. General Union of Oil Employees in Southern Iraq

Contact: Farouk M. Sadiq Ismaa'l
101small@yahoo.com

83. GLBT South-South Dialogue

dialogo@fedaeps.org

84. Global Commons Foundation

www.www.globalcommonsfoundation.org

85. Global Exchange

admin@globalexchange.org
www.globalexchange.org

86. Global Policy Network

gpn-listowner@epinet.org
www.globalpolicynetwork.org

87. Global Progressive Fórum

info@globalprogressiveforum.org
www.globalprogressiveforum.org

88. Grassroots Global Justice

ggj@ggjalliance.org
www.ggjalliance.org

89. Greenpeace

greenpeace.brazil@dialb.greenpeace.org
<http://www.greenpeace.org/>

90. Grito dos Excluídos

gritoexcluidos@uol.com.br
www.movimientos.org

91. Grupo de Trabalho Amazônico

www.gta.org.br

92. Habitat International Coalition

maite.martinez-pardo@delcri.cec.eu.int
www.habitat-international-coalition.org

93. Helsinki Citizens Assembly

94. Herriak Aske

international@askapena.org

95. IATP – Institute for Agriculture and Trade Policy

khoff@iatp.org
www.iatp.org

96. IBASE

ibase@ibase.br
www.ibase.br

97. ICAE – Conselho Internacional de Educação de Adultos

icae@icae.ca
<http://www.icae.org.uy/spa/sindex.html>

98. IFAT - International Federation of Alternative Trade

info@ifat.org.uk
www.ifat.org

99. IFG – International Forum on Globalization

ifg@ifg.org
www.ifg.org

100. International Alliance of Habitants

info@habitants.org
www.habitants.org

101. International drama and education association (IDEA)

www.idea-org.net

102. International Gender and Trade Network

secretariat@igtn.org

www.igtn.org

103. International Network of Street Papers (INSP)

l.maclean@bigissuescotland.com

Erro! A referência de hiperlink não é válida.

www.irn.org

104. Instituto Paulo Freire

ipf@paulofreire.org

www.paulofreire.org

105. IPAO – Institut Panos Afrique de l’Ouest

info@panos-ao.org

www.panos-ao.org

106. IPS – Inter Press Service

kosi@ips.org

www.ips.org

107. Ittijah – Union of Arab Community Based Organisations

ittijah@ittijah.org

www.ittijah.org

108. Jubilee South – Asia

vinod.raina@vsnl.com

www.jubileesouth.org

109. Jubileo South – África

aidc@iafrica.com

www.jubileesouth.org

110. Jubileu 2000

kitazawa@jca.apc.org

111. Jubileu Sul América Latina

keeneba@wamani.apc.org

www.jubileusul.hpg.com.br

112. KCTU - Korean Confederation of Trade Unions

inter@kctu.org

www.kctu.org

113. Kenya Debt Network

sodnet@sodnet.or.ke

114. KOPA

kopa@jinbo.net

http://antiwto.jinbo.net/eroom/index.html

115. Kurdish Network

kurdishnetwork@orange.fr

116. Land Research Action Network

wellington@nlc.co.za

wellington@nlc.co.za

117. MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

srilst@uol.com.br

www.mst.org.br

118. Narmada

subbu@narmada.org

www.narmada.org

119. National Network of Autonomous Women's Groups

shahnandita@redifmail.com

120. NIGD - Network Institute for Global Democratization

katarina@nigd.u-net.com

www.nigd.org

121. North-South Centre

Fifi.BENABOUD@coe.int

www.coe.int/T/E/North-South_Centre

122. OCLAE - Continental Organization of Latin America and Caribbean Students

oclae@jcce.org.cu

www.oclae.org

123. Organization of African Trade Unions Unity

oatuu@ighmail.com

124. ORIT – Org. Regional Interamericana de Trabajadores

info@cioslorit.org

www.orit-ciosl.org

125. Organization de la Jeunesse Africaine

<http://www.ojafrique.org/>

126. OXFAM Internacional

information@oxfaminternational.org

www.oxfam.org

127. Palestinian grassroots Anti-Apartheid Wall Campaign

mobilize@stopthewall.org

www.stopthewall.org

128. Peace Boat

y-nami@peaceboat.gr.jp
www.peaceboat.org

129. Peoples Health Movement

secretariat@phmovement.org
<http://www.phmovement.org>

130. Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo

regional@pidhdd.org
www.pidhdd.org

131. PPEHRC – Poor People’s Economic Human Rights Campaign

kwru@kwru.org
www.economichumanrights.org
www.kwru.org

132. Projeto K

Salvatore.cannavo@flashnet.it
ilpanelerose@hotmail.com

133. Public Citizen

tgeron@citizen.org
www.citizen.org

134. Red Latinoamericana Mulheres Transformando a Economia

mleon@interactive.net.ec
remte@fedaeps.org
<http://movimientos.org/remte>

135. Rede APM – Agricultures paysannes, sociétés et mondialisation

pvuarin@fph.fr
www.zooide.com/apm

136. Rede CONSEU (Conferencia de Naciones sin Estado de Europa)

activitats@ciemen.org

137. Rede Dawn de Mulheres

dawn@is.com.fj
www.dawn.org.fj

138. Rede de Solidariedade Ásia Pacífico

intl@dsp.org.au

139. Rede Latino-Americana e Caribenha de Mulheres Negras

criola@alternex.com.br
www.criola.org.org

140. Rede Mulher e Habitat

gem@agora.com.ar
<http://www.redmujer.org.ar>

141. Rede Mundial de Mulheres pelos Direitos Reprodutivos

office@wgnrr.nl
www.wgnrr.org

142. Rede Palestina de ONGs

bisanrd@palnet.com
www.pngo.net

143. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

rede@social.org.br
www.social.org.br

144. Rede Transforme!

elgauthi@internatif.org

145. Redes Socioeconomia Solidaria

creintjes@ideas.coop
www.reasnet.com

146. REPEM – Rede de Educação Popular entre Mulheres

repem@repem.org.uy
www.repem.org.uy

147. ROAD - Réseau Ouest Africain des Alternatives pour le Developpement

jubilecad-mali@cefib.com, baryaminatou@yahoo.fr

148. SIGTUR - Southern Initiative on Globalisation and Trade Union Rights

rlambert@ecel.uwa.edu.au

149. Social Movement Indaba**150. Social Watch**

socwatch@chasque.net
www.socialwatch.org

152. SODNET – Social Development Network

sodnet@sodnet.or.ke
<http://www.sodnet.or.ke>

153. Solidar

solidar@skynet.be
www.solidar.org

154. Solidarity Africa Network in Action

njoki@igc.org

155. The International Federation Terre des Hommes (IFTDH)

info@terredeshommes.org

www.terredeshommes.org

156. TIE – Transnational Information Exchange

tie@tie-brasil.org

<http://www.tie-brasil.org/tie.php>

157. TNI – Transnational Institute

tni@tni.org

www.tni.org

158. TWN – Third World Network

twn@igc.apc.org

www.twinside.org.sg

159. UBUNTU - Foro Mundial de Redes de la Sociedad Civil

ubuntu@ubuntu.upc.es

www.ubuntu.upc.es

160. Union Internacional de Estudiantes

ius@cfs-fcee.ca

www.ius-uie.org

161. Vasudhaiva Kutumbakam Network

vk-finland@kaapeli.fi

www.democracydialogues.org/

www.demokratiafoorumi.fi/wsf.html

162. Via Campesina

viacam@gbm.hn

<http://ns.rds.org.hn/via/>

163. World Association of Community Radio Broadcasters (Amarc)

amarc@amarc.org

<http://www.amarc.org>

164. World March of Women

www.ffq.qc.ca/marche2000/en/index.html

dmatte@ffq.qc.ca

165. Zanzibar International Film Festival Of Dhow

Contacto: Fatma ALLOO

faloo@zitec.org

166. Znet

sysop@zmag.org

www.zmag.org

OBSERVADORES

1. Comitê Organizador do Fórum Mundial de Educação

2. Comitê Organizador do Fórum Social Africano

taoufik@enda.sn

3. Comitê Organizador do Fórum Social Américas

fsmcontinental@fsmecuador.org

www.forosocialamericas.org

4. Comitê Organizador do Fórum Social Europeu

wsf@fse-esf.org

www.fse-esf.org

5. Comitê Organizador do Fórum Social Mediterrâneo

activitats@ciemen.org

fsmedi@terra.es

6. Comitê Organizador do Fórum Social de Migrações

7. Comitê Organizador do Fórum Social Pan-Amazônico

cri-pmb@belem.pa.gov.br

www.fspanamazonico.com.br

8. Comitê Organizador do Fórum Social Temático: Democracia, Direitos Humanos, Guerras e Narcotráfico

forosocialtematico@cable.net.co

www.fsmt.org.co

9. FNTG - Funders Network on Trade & Globalization

mark@fntg.org

www.fntg.org

10. Fórum São Paulo